

SIMPÓSIO 42

LÍNGUA PORTUGUESA: DISCURSIVIDADES CONTEMPORÂNEAS

COORDENAÇÃO:

Professora Vanise Gomes de Medeiros
Universidade Federal Fluminense
vanisegm@hotmail.com

Professora Bethania Mariani
Universidade Federal Fluminense
bmariani@terra.com.br

Professora Lucília Romão
Universidade de São Paulo
luciliamsr@uol.com.br

BRASILIENSE, BRASILIANO, BRASILEIRO, CANDANGO: O QUE DIZEM OS GENTÍLICOS NO BRASIL?

FERRARI, Alexandre¹
MEDEIROS, Vanise²

RESUMO: Quem nasce no Brasil é brasileiro; quem nasce em Brasília é candango. Evidências contemporâneas. Como, para um analista do discurso, nomear é um gesto com espessura histórica, surgem as perguntas: que história(s) se inscrevem nesses gentílicos? Que redes de sentido fazem parte dessas nomeações? Como se deu o processo de legitimação de um nome como gentílico do Brasil e de Brasília? O interesse por estes gentílicos especificamente decorre das polêmicas que se instauraram na nomeação do gentílico de Brasília. Em pesquisas anteriores observamos que a construção Brasília trabalhava uma memória fundacional de Brasil e recuperava uma proposta de Brasil em se fazendo república. Na imprensa do período JK, para além das querelas acerca da nova capital, outras se faziam presentes, como a nomeação de quem iria nascer em Brasília. Antigas designações retornaram, e dentre elas, antigas denominações para o gentílico de Brasil. Uma consulta é feita pelo governo à Academia Brasileira de Letras, que nomeou uma comissão para designar um nome. Antigos sufixos retornam; outros nomes se apresentam. Nosso objetivo nesta comunicação é analisar os gentílicos de Brasil e de Brasília, tendo como suporte teórico a análise de discurso pecheutiana. Como percurso para a análise, recuperamos as posições enunciativas que se inscrevem e sustentam tais nomeações.

PALAVRAS-CHAVE: Língua; Gentílico; História das Ideias Lingüísticas; Análise de Discurso.

I. Primeiras Palavras

Dois são os objetivos com este trabalho³: refletir discursivamente sobre gentílico, isto é, pensar tal categoria não como metalinguagem da ordem da evidência – um país, por exemplo, tem a ele vinculado um gentílico – mas em seus efeitos enquanto metalinguagem na relação com sujeito; e analisar o processo de instauração de um termo como sendo o gentílico de um país, no caso, o gentílico “brasileiro”.

1 FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA/GTDIS/Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Colegiado de Letras. Rua Paraná, 4424, ap. 100, Centro, Cascavel, Paraná, Brasil. CEP. 85810-011. asferraris@globo.com

2 UFF/ FAPERJ/GTDIS-LAS. Instituto de Letras, Departamento Ciências da Linguagem. Rua Aarão Reis, 146, apt. 201, CEP 20240090, Santa Teresa, Rio de Janeiro, Brasil. vanisegm@yahoo.com.br.

3 Este trabalho faz parte uma pesquisa em andamento acerca de gentílicos do Brasil.

II. Reflexões Discursivas Sobre Gentílico

Em análise de discurso, denominar não é escolher aleatoriamente designações, é discurso e como tal tem história, determinações que permitem tais nomes e/ou impedem outros. As denominações criam sítios de significância (ORLANDI: 1996: 15), constroem regiões discursivas que produzem efeito de sentido sobre o denominado. Para a Análise de Discurso não se trata de analisar a *referência*, o *referente* ou o *significado*, até porque neste domínio teórico elas são compreendidas como “relações instáveis produzidas pelo cruzamento de diferentes posições de sujeito” (GUIMARÃES, 1995), mas de analisar o processo de construção discursiva, ou seja, o modo como os discursos em relação podem produzir a ilusão de objetividade e evidência para uma *realidade*, como se *O sentido* já estivesse lá.

No caso do procedimento de atribuição de um gentílico a um país, trata-se de pensar na relação de pertencimento, do sujeito jurídico ao Estado, que se instaura com um gentílico. Os gentílicos são denominações que nos possibilitam compreender uma procedência, ele funciona como um batismo, pelo estado. Se um nome próprio é algo complexo que demanda corpo e ao corpo está integrado, diremos que com o gentílico o funcionamento é outro: ele pode ser preenchido por vários e distintos corpos, mas não se trata de homônimo, trata-se de uma ordem de identificação necessária na relação com sujeito/nação. Se o Estado jurídico impõe um nome próprio (com sobrenome) que opera como individualizador (daí a categoria homônimo – dois nomes semelhantes para corpos distintos), impõe, como nação, um gentílico (a ser preenchido em documentos oficiais): nome único para diferentes corpos que funciona como designação identificadora de pertencimento a um país. Um gentílico instaura um sujeito jurídico como sujeito de uma nação; uma ‘armadura’ supostamente vazia – um significante que decorre de outro e a outro retorna em movimento incessante de ir e vir - a ser ocupada por aquele que... nasceu ou é filho de ou pertence a um Estado-Nação.

Os gentílicos não são categorias metalinguísticas advindas com a formação do Estado-Nação, ao contrário, antecederam: serviram para indicar pertencimento à religião ou à região, abrangendo não somente homens mas coisas⁴. Se a categoria gentílico é anterior ao Estado-Nação, a formação de nação não se faz, no entanto, sem a instituição de um nome a ser o designador daquele a que pertence àquela região – movimento de ida e volta de que faz parte o nome que irá funcionar como indicador daquele pertencimento. Trata-se de um nome que vem a reboque de outro que o engendra no funcionamento linguístico da derivação, como ocorre com regularidade no português. E, com isto, estamos dizendo que há, por um lado, funcionamentos previstos para fazer com que de nomes de nação se façam gentílicos a partir do acréscimo de determinados sufixos. No entanto, como a língua é capaz de falha, o ‘impossível’ acontece, isto é, sufixos não previstos para gentílicos, como é o caso de *-eiro*, fazem furo e se instalam formando gentílico.

Estamos, pois, considerando que um gentílico não é, tal como supõe o discurso gramatical, uma categoria da língua independentemente da questão do sujeito. Se o fosse, o *-eiro* não vingaria como gentílico de Brasil. Apoiando-nos em Aurox, no encontro com a Análise de Discurso, diremos que cada denominação gramatical afeta a relação língua e sujeito. Se a constituição do gentílico pátrio decorre da instituição de Estado-Nação, a delimitação de um ou outro gentílico decorre de posições discursivas em tensão e da supremacia de uma em relação a outras, como veremos no caso do gentílico para Brasil.

As denominações caracterizam-se pela capacidade de condensar um substantivo, ou em um conjunto parafrástico de sintagmas nominais e expressões, *os pontos de estabilização de processo* resultantes das relações de força entre formações discursivas em concorrências num mesmo tempo. Elas tornam visíveis as disputas, as imposições, os silenciamentos existentes entre a formação discursiva dominante e as demais. No caso dos gentílicos, as denominações imobilizam sentidos. Elas se instalam no interdiscurso impedindo outras significações, disfarçando e apagando tensões. Ainda em relação aos gentílicos, as denominações permitem delinear e acompanhar as disputas e alianças históricas na produção de sentidos, seu passado e seu futuro, seu movimento, ou seja, as redes de filiações de sentido que organizam a rede discursiva. Passemos, então, ao gentílico brasileiro.

⁴ Conforme se pode ler na definição de gentílico em Mattoso Câmara “nomes referentes a homens ou coisas de uma dada região” (1984, pag. 126).

III. O Caso de um Gentílico

Quem nasce no Brasil é brasileiro; quem nasce em Brasília é... Evidências contemporâneas. Como, para um analista do discurso, nomear é um gesto com espessura histórica, surgem as perguntas para esta etapa de trabalho: que história(s) se inscrevem nesses gentílicos? Que redes de sentido fazem parte dessas nomeações? Como se deu o processo de legitimação de um nome como gentílico do Brasil?

O interesse pelo gentílico brasileiro especificamente decorreu das polêmicas que se instauraram na nomeação do gentílico de Brasília. Em pesquisas anteriores observamos que a construção Brasília trabalhava uma memória fundacional de Brasil e recuperava uma proposta de Brasil em se fazendo república (MEDEIROS, 2003). Na imprensa do período JK, para além das querelas acerca da nova capital, outras se faziam presentes, como a nomeação daquele que nasceria em Brasília. Uma consulta foi feita pelo governo à ABL, antigas designações retornaram, e, dentre elas, antigas denominações para o gentílico de Brasil. Neste trabalho focalizamos os dicionários brasileiros em circulação a partir dos anos 50 do século XX. Iremos, em nosso percurso de análise, recuperar dicionários brasileiros do século XIX e portugueses em circulação no Brasil no século XIX, dicionários etimológicos brasileiros, bem como lançaremos mão do discurso histórico e jornalístico. Para a análise recortamos o verbete *brasileiro* como também outros que entram em sítios de significância com ele. Vejamos quatro dos dicionários a seguir:

Brasileiro, *adj.* Que se refere ao Brasil; natural do Brasil; português que residiu no Brasil e que voltou rico à sua pátria.

Brasiliano, *adj.* O mesmo que *brasileiro*.

Brasílico, *adj.* Relativo ao povo ou às coisas do Brasil.

2 gên. Relativo ao Brasil; o mesmo que *brasileiro*. Variação: *brasilense*.

(*Dicionário Brasileiro contemporâneo, Francisco Fernandes, RJ, Porto Alegre, São Paulo: ed. Globo, 1953*)

Brasil. (...) s.2.gen. índio do *Brasil*; *brasileiro* (geralmente usado no plural);

Brasileiro. *adj.* Relativo ao *Brasil* (V. complexo) s.m. natural ou habitante do *Brasil*; alcunha dada pelos portugueses aos compatriotas que voltam ricos do *Brasil*.

Brasiliano: “*adj. Brasileiro*”

Brasiliense; “*adj. 2 gên. Referente ao Brasil; brasileiro.*”

(*Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa, Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira, Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1964, 11ª. edição.*)

Brasil. s.2.gen. índio brasileiro; pl. os brasileiros; as terras do Brasil.

Brasileiro. “*adj. Relativo ou pertencente ao Brasil; s.m. O natural ou habitante do Brasil; português que residiu muito tempo no Brasil e voltou rico à sua pátria.*”

Brasiliano: “*adj. e s.m. O mesmo que brasileiro*”

Brasiliense; “*adj. 2 gên. Relativo ao Brasil; brasileiro.*”

(*Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa, J. Carvalho e Prof. Vicente Peixoto, São Paulo, LISA - Livros Irradiantes S. A., 1971*)

Brasiliense: relativo ao Brasil, ou a Brasília, capital do Brasil; pessoa natural ou habitante de Brasília.

Brasileiro - Do Brasil; o natural ou habitante do Brasil; português que residiu muito no Brasil e voltou rico à sua pátria.

(*Novo Dicionário Prático da Língua Portuguesa, (por) Jânio Quadros, 1976, SP, ed. Riedel, 1976*)

Nos dicionários acima, editados ou reeditados nos anos de 1953, 1964, 1971 e 1976, encontramos para o verbete *Brasileiro* as acepções em torno do que é o *natural do Brasil* e o *Português que residiu no Brasil e voltou rico à*

sua pátria. Há, nessas correspondências, um sentido que se instala entre o nascido, o natural de, e o estrangeiro, não qualquer um, mas o *Português que aqui residiu*, não como o *habitante* (paráfrase com o *natural de*), mas com o que voltou rico para Portugal. Os verbetes não fazem referência a qualquer português, somente aos que retornaram rico. As variações desta segunda acepção são asseguradas apenas em relação ao tempo – largo – em que o português residiu em terras brasileiras. Além disso, o *Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa*, de Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira, nos informa que o epíteto *Brasileiro* em relação ao português que voltou rico é atribuição de outros portugueses: *alcunha dada pelos portugueses aos compatriotas que voltam ricos do Brasil*. Não parece haver em *residir por muito tempo* ou *residir muito no Brasil* tom pejorativo, mas uma denominação posta de outro lugar, de Portugal como marca de estrangeiridade em relação àquele que permaneceu na terra. No entanto, o *Dicionário Antonio Houaiss* (versão eletrônica), indicando um uso regionalista em Portugal, aponta que esta é uma denominação pejorativa para o português que saiu e voltou – rico – à sua terra.

Regionalismo: Portugal. Uso: **pejorativo:** *emigrado, ger. rico, que retorna do Brasil a Portugal* e também **Regionalismo: Portugal.** Uso: **pejorativo.** *novo-rico de mau gosto, sem educação ou cultura* (grifos nossos).

Em lugar de significar um feito positivizado, a saída com a volta, ainda que rico, desliza para ausência de cultura e educação. Não se demarca aí o português nobre. Nos dicionários de Buarque de Hollanda, de 1964, e de J. Carvalho e Prof. Vicente Peixoto, de 1971, o verbete *Brasiliense* faz paráfrase com *Brasileiro*. Não como a denominação preferencial (usando um termo dos dicionários) para designar o *natural* ou o *habitante*, mas em uma disputa de sentido em termos de valor em relação ao gentílico de Brasil. O sufixo *-ense*, de *brasilense*, formador de gentílicos (paranaense, cearense, catarinense, amapaense etc.) co-ocorre, nesses compêndios, como formas sinônimas, assim com *Brasiliano* (o mesmo que *brasileiro*). Da mesma forma o sufixo *-ano* (formador de gentílicos, tais como *goiano*, *alagoano*, *sergipano* etc.). Somente no dicionário de Jânio Quadros, de 1976 (mais de duas décadas depois da construção de Brasília), o verbete *Brasiliense* aparece como referente à Brasília: *relativo ao Brasil, ou a Brasília, capital do Brasil; pessoa natural ou habitante de Brasília*. Mas não de forma independente de uma referência a *Brasil*, como se efetivasse uma disputa de sentido, entre as formas como se poderiam denominar o *natural* ou o *habitante do Brasil*.

No dicionário de Napoleão Mendes de Almeida, de 1981, outra disputa se impõe já que *brasilense* se oficializa como o gentílico do Distrito Federal: *brasilense* ou *brasilês* como possibilidade do *natural* ou *habitante do Brasil*. Vejamos:

Brasil (...)

Adjetivo pátrio: *brasileiro* (brasilense, brasílico, brasílico)

Brasileiro – “Pergunta que frequentemente se faz e dúvida que não menos raro se padece é esta: Como preencher, numa ficha ou documento em que se discriminam os dados identificados de uma pessoa, o que pede a nacionalidade? Se homem. Como escrever na frente da palavra *nacionalidade*: *brasileiro* ou *brasileira*.”

Brasiliense – “(...) Temos, assim, para designar os habitantes de um país ou cidade, entre outros, os sufixos *ês* e *ense*, formas divergentes de *ensem*, do latim, que constitui a principal fonte de nossos sufixos. (...) Concluindo: Acrescentando-se ao radical *Brasil* o sufixo *ense* ou *ês*, só poderemos ter *brasilense* ou *brasilês*. É inteiramente gratuito e desnecessário o *i* como liame do sufixo. Considere-se, ademais, que *Brasiliense*, como pátrio de Brasil, ficará distinto de *Brasiliense*, pátrio de *Brasília*.

(*Dicionário de Questões Vernáculas*, Napoleão Mendes de Almeida, São Paulo, ed. Caminho Suave Limitada, 1981)

O autor vai buscar no latim, a principal fonte, os sufixos para compor os adjetivos pátrios de Brasil, a saber, *-ês* e *-ense*, formas divergentes de *ensem* do latim. E conclui que *brasilês* ou *brasilense* seriam, portanto, esses gentílicos. Em nota, acréscimo da edição de 1955, traz a distinção entre *brasilense* e *brasilense*, este pátrio de Brasília. Inscreve-se aí, portanto, a posição erudita, que, no entanto, não vinga para o gentílico pátrio de Brasil. Uma última observação, agora

sobre os dicionários Aurélio na edição de 1986:

Brasil. (...) s.2.gen. 4. Indígena do *Brasil*; 5. *Natural ou habitante do Brasil* (*M. us. No pl.*)

Brasileiro. adj. De, ou pertencente ou relativo ao *Brasil* () 2. O natural ou habitante do *Brasil* (nestas acepç.): *brasiliano, brasiliense, brasilense, brasílico, brasílio*; 3. *Alcunha dada pelos portugueses aos compatriotas que voltam ricos do Brasil.*

Brasiliense; “adj. 2 g. e s. 2g. V. *brasileiro*.”

Brasiliano: “adj. 2 g. e s. 2g. V. *brasileiro*.”

Brasiliense (1) “adj. 2 g. e s. 2g. V. *brasileiro*.”

Brasiliense (2) adj. 2 g. 1. De ou pertencente ou relativo a Brasília, capital do Brasil, ou à cidade do município de mesmo nome (MG). S. 2g. Natural ou habitante de Brasília (DF e MG) (cf. *brasilense*).

Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira, Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1986, 2ª. edição.

Nele, como se pode ler, *brasileiro* remete para *brasilense, brasiliano, brasilense, brasilense, brasílico, brasílio*, numa rede parafrástica que apaga uma memória sobre Brasil e sobre aquele a quem vai ser dado o nome de brasileiro. É hora de olhar outros domínios.

IV. Alnscrição do Ofício

Nos verbetes dos dicionários a partir dos anos 50, a inscrição do ofício no verbete “*brasileiro*” não comparece; é silenciada. Mas como o silêncio também fala, podemos lê-la em definições recorrentes como “português que residiu no Brasil e que voltou rico à sua pátria.” (FERNANDES, 1953), em que se silencia como se deu o enriquecimento: se voltou rico, enriqueceu como? Em outros lugares discursivos, encontramos pistas que resultam em outras tensões. Como se trata de uma pesquisa em processo, não pretendemos exaurir estes campos; mas mapear as disputas presentes que dizem da relação entre língua – metalinguagem – e sujeito.

IV. 1. De uma Ausência no Século XIX

Em se tratando de entradas do gentílico *brasileiro* em dicionários do século XIX, foi possível observar que o gentílico em questão não parece circular. No dicionário de Beaupaire-Rohan (1889) não há o verbete *brasileiro* nem *Brasil*. Em dois dicionários portugueses⁵ em circulação no Brasil (Nunes, 2006, pag. 206), a saber, Moraes e Silva e Caldas Aulete, a situação não parece ser diferente. Em Moraes Silva (edição de 1813), aparece apenas o verbete *Brasil* com a seguinte definição: *pao brasil* (...) *Os brasis: os índios natuaes do Brasil*⁶. Há referência a *brasis*, em relação aos nativos indígenas. No entanto, em termos morfológicos *brasis* não representa uma construção possível para os gentílicos que se inscrevem na língua, é uma forma sinônima em referência aos indígenas, uma forma que somente com indígenas faz paráfrase. *Brasil* não aparece como pátria e por deslizamento de sentido não há gentílico que se refira ao país nos dicionários publicados antes do país se tornar independente de Portugal. Como se a pátria fosse Portugal e os nascidos aqui – ou vindos para cá (português ou outros povos de além mar) – não pudessem ser identificados como *naturais de*. No dicionário de Caldas Aulete (edição de 1881), também não há referência ao gentílico de Brasil. Ausência de gentílico e silêncio em relação ao Brasil como nação. Não foi o que observamos em relação aos dicionários etimológicos. Mas, antes, duas palavras sobre o discurso histórico e jornalístico.

⁵ Horta Nunes faz referência a quatro dicionários portugueses em circulação no Brasil que “provocaram algumas reações no contexto brasileiro” (Nunes, 2006, p. 206). Como se trata de uma pesquisa ainda embrionária, não tivemos acesso a todos eles. Pretendemos dar continuidade à pesquisa também em outros em outros dicionários portugueses.

⁶ Em sua sétima edição (1877) não existem entradas para o gentílico de Brasil, tampouco na edição Comemorativa do Primeiro Centenário da Independência do Brasil em 1922.

IV.2. Duas Palavras sobre o Discurso Histórico e Jornalístico

Com este trabalho, não pretendemos esgotar fontes em diferentes campos, mas traçar um painel das tensões que se inscrevem na designação *brasileiro*. São muitos os sentidos em disputa em diversos lugares, os silenciamentos engendrados e os deslocamentos.

No que se refere ao discurso historiográfico, destacamos de Mariani (2004) a disputa de sentidos na designação “*brasileiro*” por ela analisada no livro *História da América Portuguesa* por Rocha Pita de 1730. Segundo a autora:

“Na determinação discursiva do nome ‘brasileiros’ percebe-se uma ambiguidade: os brasileiros são oriundos do povoamento feito por ‘claras Famílias de conhecida Nobreza’, mas também podem ser descendentes de ‘réu punidos pela Justiça’. Este ponto, embora mencionado uma única vez por Rocha Pita, introduz uma distinção no modo como vão sendo construídos discursivamente os referentes ‘Brasil’ e ‘brasileiro’. Assim, minimiza-se que, no processo de colonização, muitos dos portugueses que vieram habitar o Brasil eram ladrões ou degredados. Ao mesmo tempo, enfatiza-se a presença de ‘doutos, eruditos’ e grandes talentos, *descendentes* de nobres e heróis.” (MARIANI, 2004, p. 110, grifos do autor)

Com Mariani (2004), então, observamos que a designação ‘brasileiro’ em Rocha Pita remete a portugueses equivocando a procedência: ‘claras Famílias de conhecida Nobreza’ *versus* ‘réus punidos pela Justiça’. Os primeiros, ricos; os segundos, não... Ou seja, a designação “*brasileiro*” em Pita faz ver um espaço de tensão entre nobres e doutos *versus* ladrões e degredados. Não é esta a oposição (presente no século XVIII no discurso historiográfico) que comparece no discurso jornalístico do século XIX quando da independência do Brasil. Com a Independência, a questão do gentílico chega aos jornais. Em 1822, o jornal *O Correio Braziliense*, editado em Londres por Hipólito José da Costa, posiciona-se diante da querela acerca do gentílico para Brasil:

“chamamos **braziliense** o natural do Brasil, **brasileiro** o português europeu ou o estrangeiro, que lá vai negociar ou estabelecer-se, seguindo o gênio da língua portuguesa, na qual a terminação *eiro* denota a ocupação; exemplo, sapateiro, o que faz sapato; [...] A terminação *ano* também serviria para isto; como por exemplo de Pernambuco, pernambucano; e assim poderíamos dizer **brasiliano**, mas por via de distinção, desde que começamos a escrever este periódico, limitamos o derivado **brasiliano** para os indígenas do país, usando do outro **braziliense** para os estrangeiros e seus descendentes ali nascidos ou estabelecidos e atuais possuidores do país.” (*Correio Braziliense*, vol. XXVIII, no. 165, 2-1822, *apud* Pimenta, 2007, p. 48, grifos nossos)⁷.

Conforme Orlandi, (1997: p. 70), “toda denominação apaga necessariamente outros sentidos possíveis”. O que se observa no primeiro jornal brasileiro é uma disputa pela designação – *braziliense*⁸, *brasileiro* e *brasiliano* – e pelos sentidos de cada uma deles. Disputa que nos permite ver na opção feita pelo jornal para a denominação do gentílico do Brasil – *brasiliense* – a inscrição da posição erudita (afinal o sufixo *-ense* advém do latim, como já observamos com o Dicionário de Napoleão de Almeida). Optar por *braziliense* insere o gentílico do Brasil numa história que remonta ao latim: um lugar de prestígio na tradição da língua.

Se são três as denominações que aparecem neste jornal, de imediato, observamos uma disjunção entre *brasiliense* e *brasileiro* sobre a qual interessa refletir. O primeiro, *braziliense*, é posto como “*natural do Brasil*”; não podemos não lembrar que agora se trata de um Estado-Nação independente e que o gentílico será, portanto, um gentílico-pátrio e não um que indique região, procedência. Trata-se de tornar oficial o nome que deriva da Nação indicando seu pertencimento a ela, daí ser “*natural de*”. Já o outro, *brasileiro*, é posto para “*português ou europeu ou o estrangeiro que lá vai negociar e ou estabelecer-se*”. Os dois termos não designam um mesmo grupo de pessoas, não são termos

⁷ Agradeço aqui a Paulo Mario Beserra de Araújo (2008) que, em sua monografia de fim de curso de especialização, por mim orientada (Vanise Medeiros) me forneceu este recorte do jornal.

⁸ Iremos manter a ortografia do jornal à época.

postos em paráfrase. Cabe ainda uma questão: quem são, então, os naturais do Brasil? Para respondê-la, vejamos quem são os brasileiros antes.

Brasileiro remete para “*português ou europeu ou o estrangeiro que lá vai negociar e ou estabelecer-se*”. Se com tal definição inscreve-se uma memória na terminação *-eiro* indicando ofício (como veremos nos dicionários etimológicos), não há, aí, no entanto, uma remissão que indique um ofício em desprestígio: o verbo negociar retira o trabalho braçal (como veremos nos dicionários etimológicos) do fazer do português. Ou seja, produz um deslocamento que silencia o tipo de trabalho em jogo no sufixo *-eiro* presente em dicionários etimológicos. Ainda no jornal, *braziliense* passa a incluir “os estrangeiros e seus descendentes ali nascidos ou estabelecidos e atuais possuidores do país”. Ou seja, o termo *braziliense* se alarga para abarcar estrangeiros (portugueses ou não). Paráfrase com *brasileiro*, já que este também remete aos estrangeiros? Não é o caso. A diferença, sutil, que impede a alternância entre estes dois gentílicos encontra-se no tempo verbal (*brasileiro* indicaria aquele que “*vai negociar ou estabelecer*”; *brasiliense*, os descendentes, os estabelecidos) e na posse (“*possuidores do país*”). Ao termo *brasileiro* caberia, então, aqueles portugueses que para cá viriam; deste grupo, aqueles que se fixassem e que tivessem posse, seriam *brazilienses*. Lugar de prestígio, portanto.

Parece-nos que ao menos dois silenciamentos são aí impostos. Em primeiro lugar, em relação à ocupação dos portugueses que aqui vieram (extração de pau-brasil) na medida em que se rejeita o nome *brasileiro* – se há rejeição é porque tal designação ocorria no Brasil. Em segundo lugar, em relação à partição entre nobre e doutos *versus* pobres e ladrões de que fala Mariani, na medida em que tal partição diz daqueles que aqui vieram e trabalharam na extração do pau-brasil e daqueles que com tal extração enriqueceram. Uma distinção que diz da condição social do português. O termo *braziliense* funcionaria então como um apagamento deste passado que não se lê como glorioso: apagando-se o ofício, apaga-se a classe e um certo passado. Resta ainda uma observação: se o termo *braziliense*, como pretende legislar o jornal sobre a língua, irá indicar o ‘*natural de*’, este gentílico nem caberá a todos que aqui nasceram ou vierem a nascer: é o que nos mostra uma outra disjunção, agora entre *brazilienses* e *brasiliano*. Este servirá, segundo o jornal, para os indígenas. Não são “*naturais de*”, não são *brazilienses*...⁹.

IV. 3. Dos Dicionários Enciclopédicos

São três os dicionários etimológicos considerados: dois editados no Brasil e um editado em Lisboa¹⁰. Começemos pelo Dicionário de Antonio Geraldo da Cunha, editado em 1981 no Brasil.

1. Brasil: “designação com que os portugueses nomeavam os indígenas do Brasil (e sua língua) usada com mais frequência no plural / *brasis* pl. XVI” .

Brasileirense: séc. XVII

Abrasileirar: séc. XIX

Brasileiro 1833

Brasileirismo 1899

Brasiliense “adj. s2g. ‘brasileiro’ 1833; ‘relativo a, ou natural de Brasília, capital do Brasil’ XX”.

(*Dicionário Etimológico*, Antonio Geraldo da Cunha, RJ: ed. Nova Fronteira, 1981, negrito do autor)

Conforme Geraldo da Cunha, como se nota, a datação do termo *brasileiro* é de 1833; posterior à Independência. Ainda nele, o termo *brasileiro* faria paráfrase em 1833 à designação *brasiliense*, mas deste se separa para indicar o gentílico da capital do Brasil. Assim como no jornal *Correio Braziliense* do século XIX, *brasilienses* e indígenas não se sobrepõem, não funcionam sinonimicamente: os segundos seriam os *brasilianos* do jornal *Correio Braziliense*, ou os *brasis*, tal como o Dicionário do Aurélio aponta, mas não *brasilienses*, tampouco *brasileiros*. Se a datação da palavra em Geraldo da

⁹ A esse respeito, importa registrar o artigo de MAZIERE e GALLO(2006), em que as autoras mostram que o termo *Brasileiro* “confirma que nascer no Brasil não é ser indígena do Brasil” (idem, pag. 48). E que “há três maneiras de ser brasileiro: ter nascido no Brasil, naturalizar-se brasileiro, ter vivido um certo tempo no Brasil.” (ibidem).

¹⁰ Pretendemos, em outra etapa, investigar dicionários portugueses bem como dicionários etimológicos portugueses.

Cunha remete à fixação do significante ‘brasileiro’ como gentílico para Brasil a partir do século XIX (1833), o verbete *brasileiro* no dicionário de Silveira Bueno joga tal significante para antes de 1630, isto é, como anterior à publicação do livro de Frei Vicente de Carvalho¹¹. Vejamos:

2. Brasileiro – adj. Natural do Brasil. No tempo colonial, *brasileiro* era adj. que indicava profissão: tirador de pau-brasil. Como tal, sendo esses homens criminosos, banidos para o nosso país por Portugal, o adjetivo tinha significado pejorativo e por isto ninguém queria chamar-se *brasileiro*. Foi o franciscano Fr. Vicente do Salvador o primeiro que teve a coragem de usar *brasileiro*, não já na antiga significação de tirador de pau-brasil, mas na de originário, oriundo, nascido no Brasil. Assim procedeu Fr. Vicente do Salvador ao escrever a sua “História da Custódia Franciscana do Brasil”. Daí para cá, passou o adjetivo pátrio, aureolando-se da glória, do patriotismo, de nós todos os que aqui somos nascidos. Concorreu também para esta nova significação o desaparecimento do comércio do pau-brasil que era exportado para a Europa. Suf. *Eiro*.

Brasiliense – adj. Brasileiro, brasílico, etc. É forma alatinada, de *Brasília* e e o suf. *ense* do lat. *ensem*. Habitante de Brasília, capital do Brasil.

(*Grande Dicionário Etimológico Prosódico da Língua Portuguesa*, Silveira Bueno, SP: Saraiva, 1968, 2ª. tiragem)

Algumas são observações que pretendemos fazer a partir deste verbete. Em primeiro lugar, *brasileiro* comparece como ofício: “tirador de pau-brasil”. E indica aquele que praticaria tal profissão: “criminosos, banidos para o nosso país por Portugal”. Se Pita no século XVII equivocava *brasileiros* como vimos com Mariani (2004), não há equívoco no século XVI. Conforme Frei Vicente de Salvador, *brasileiros* não seriam nobres e doutos mas criminosos e banidos. Ainda no verbete de Silveira Bueno se pode ler o deslocamento de uma pejoratividade para uma positividade, advindo da posição do historiador trazida pelo verbete. De acordo com Dicionário de Silveira Bueno, “Foi o franciscano Fr. Vicente de Salvador o primeiro que teve a coragem de usar *brasileiro*, não já na antiga significação de tirador de pau-brasil, mas na de originário, oriundo, nascido no Brasil”. O que julgamos relevante destacar aqui é o gesto de leitura em Frei Vicente de Salvador para que a positividade fosse possível: apaga-se o ofício com o nascimento – “natural de”.

No verbete, cita-se Frei Vicente de Salvador para indicar a origem do termo bem como a mudança de sentido. E insere-o em uma cadeia discursiva na qual se justifica a mudança com o fim da atividade de extração de pau-brasil: “Concorreu também para esta nova significação o desaparecimento do comércio do pau-brasil que era exportado para a Europa”. Ou seja, uma vez desaparecida a atividade não se teria mais aquele que caberia tal nomeação. Julgamos tal discursividade vai tornando possível o deslocamento da atividade de extração para “negociar”, para “português que volta rico à sua pátria”, que comparece nos dicionários do século XX bem como no discurso historiográfico do século XX, como se pode observar em Novais (1998) por Mariani (2004):

“‘Brasileiros’, como se sabe, no começo e durante muito tempo designava os comerciantes de pau-brasil. A percepção de tal metamorfose, ou melhor, essa tomada de consciência, isto é, os colonos descobrindo-se como ‘paulistas’, ‘pernambucanos’, ‘mineiros’ etc., para afinal identificarem-se como ‘brasileiros’ – constitui, evidentemente, o que há de mais importante na história da Colônia, porque situa-se no cerne da constituição de nossa identidade.” (NOVAIS, apud MARIANI, 2004: 55)

Os sufixos *-ense* e *-eiro*, como se observou, constituíram duas posições discursivas distintas e em disputa em diferentes lugares: posição erudita de instituição de um gentílico-pátrio (*-ense*) e posição que diremos languageira em concorrência (*-eiro*). Esta vingou como gentílico-pátrio, a despeito da imposição do jornal e de outros gestos que a interditavam.

¹¹ O livro a que o verbete faz referência é de 1630.

IV. 4. Do Discurso Gramatical

Retomamos Pêcheux para lembrar que, do lugar da análise de discurso, a língua é “o espaço privilegiado de inscrição de traços linguageiros discursivos, que formam uma memória sócio-histórica.” (Pêcheux, 2011, p.146). Nesse traço incide o interdiscurso “como corpo de traços como materialidade discursiva” (*idem*, p. 145), isto é, “como corpo de traços que formam memória” (*ib.*, p. 147). Nesta etapa de nossa análise, destacamos um traço, da memória na língua, que se inscreve na formação do gentílico brasileiro: o sufixo *-eiro*.

Na gramática de Cunha (1985), na lista de sufixos que servem para formar gentílicos (*-ano*, *-eno*, *-ense*, *-ês*), não comparece o sufixo *-eiro*. Na gramática de Bechara (1992), ele se faz presente em um único exemplo (brasileiro). Em ambas, no entanto, se procurarmos, na parte referente a sufixos, os usos e sentidos de *-eiro*, não encontraremos o indicador de gentílico, mas outros sentidos, como, por exemplo, de ocupação, ofício, profissão, lugar onde se guarda algo, árvore ou arbusto, ideia de intensidade, aumento, objeto de uso, noção coletiva (Cunha, 1985, pag. 113)¹². Em outras palavras, podemos dizer que nas gramáticas o sufixo *-eiro* como indicador de gentílico funciona como exceção¹³. Faz parte do discurso gramatical a exceção e ela é tomada como evidência, afinal, a gramática funciona “assim”: regras e exceções... Para nós, analistas de discurso, a exceção é o lugar de tensão entre a língua imaginária e língua fluida (Orlandi, 1994), isto é, entre a língua que se julga apreender e a que flui. Tal tensão configura o sufixo *-eiro* no discurso gramatical – não é indicado como gentílico, mas comparece, por vezes, em uma lista de gentílicos.

Se o discurso gramatical é da ordem da sistematização e trabalha a língua como sistema, aquilo que falha e, portanto, posto como exceção. Para nós, como a língua é capaz da falha; não se trata de exceção, mas do funcionamento próprio da língua. Em outras palavras, do lugar da análise de discurso, no funcionamento de *-eiro* na língua temos a marca da inscrição do ideológico, da relação do sujeito com a língua. Marca que diz do apagamento no discurso gramatical do deslizamento de ofício (exposto nas gramáticas como um dos sentidos para *-eiro*) para gentílico.

Reflexões Finais

Orlandi (1995) nos diz que “as palavras não são apenas nomes, (almas) que se dissolvem. Elas são corpo (materialidade) e têm o peso da história.” O que pudemos ler percorrendo estes vários lugares discursivos dos séculos XIX e XX foi um longo processo de tensão na constituição da designação *brasileiro* como gentílico do Brasil. Rejeitada, pejorativizada, é longo o trabalho sobre tal significante de forma a apagar dele a inscrição de um certo ofício – *tirador de pau-brasil*. Se, como vimos, o termo da posição erudita – *brasiliense* – não vingou, não é, no entanto, sem o trabalho – dos dicionaristas, historiadores, jornalistas e gramáticos – sobre a língua. É preciso apagar o ofício e é preciso que o nascimento vá sendo imposto de forma a possibilitar a designação ora evidente. Por outro lado, se a designação *brasiliense* em disputa com *brasileiro* no século XIX não vingou no século XX, retorna como filho desejado a indicar o gentílico da nova capital: Brasília. É somente aí que *brasiliense* começa a deixar de disputar com *brasileiro*. No entanto, outra disputa se faz presente: a designação candango adentra os jornais durante a construção de Brasília. E continua a assombrar o significante “*brasiliense*” e a indicar a força do ofício na nossa língua.

Referências Bibliográficas:

ARAÚJO, Paulo Mario Beserra de. “‘Hum dicionario sem auctor’ versus ‘Hum auctor com dicionário’”. Monografia de especialização, Faculdade de São Bento do Rio de Janeiro, 2008.

¹² Em Bechara não há uma lista com sentidos para o sufixo *-eiro*.

¹³ Para este trabalho, não procedemos a um levantamento exaustivo de gramáticas. Fica aqui o registro para uma investigação posterior tanto de gramáticas pós-NGB, já que este foi o corte no discurso gramatical (Baldini, 1998; Orlandi, 2002), quanto de gramáticas anteriores à NGB.

BALDINI, Lauro. A NGB e a autoria do discurso gramatical, In: *Línguas e instrumentos lingüísticos*, n.1, São Paulo: Pontes, 1998.

BEAUREPARIRE-ROHAN, Visconde de *Dicionário de Vocábulos Brasileiros*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*, São Paulo, Companhia editora nacional. 1992, 34ª. edição.

CALVINO, Ítalo. *O cavaleiro inexistente*, São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso *Dicionário de Linguística e Gramática*, 1984

FERNANDES, Francisco. *Dicionário Brasileiro contemporâneo*, RJ; Porto Alegre, São Paulo ed. Globo, 1953.

GERALDO DA CUNHA, Antonio Geraldo da *Dicionário Etimológico*, RJ: ed. Nova Fronteira, 1981

MARIANI, Bethânia Correia. *O PCB e a imprensa – os comunistas no imaginário dos jornais 1922-1989*. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

_____. *Colonização lingüística*, Campinas, São Paulo: Pontes, 2004.

MAZIÉRE, Francine e GALLO, Solange. “A língua como esquecimento: um exemplo brasileiro”, *Revista Línguas e Instrumentos Lingüísticos*, no. 18, Campinas: Pontes e UNICAMP, 2006.

MEDEIROS, Vanise. *Dizer a si através do outro: do heterogêneo no identitário brasileiro*. Tese de doutorado, UFF, 2003.

NUNES, José Horta Nunes. *Dicionários no Brasil: análise e história do século XVI ao século XIX*, Campinas: Pontes; SP: Fapesp; São José do Rio Preto, SP: Faperp, 2006.

ORLANDI, Eni. *Discurso Fundador*. Campinas: Pontes, 1993,

_____. “A língua brasileira”, *Revista Trabalho Lingüística Aplicada*, no. 23, Campinas, jan-jun, 1994.

_____. “Efeitos do verbal no não verbal”. *Revista de Desenvolvimento da Criatividade da UNICAMP*. Revista RUA, no. 1, SP, Campinas: Unicamp/NUCREDI, 1995.

_____. *Interpretação: autoria, leitura e feitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes. 1996

_____. *Formas do silêncio: nos movimentos dos sentidos*, Campinas: UNICAMP, 1997.

_____. *Língua e conhecimento lingüístico; para uma história das idéias no Brasil*. São Paulo, Cortez Editora, 2002.

PIMENTA, João Paulo G. *Brasil y las independencias de Hispanoamérica*. Castelló de la Pla-na: Universitat Jaume I. Publicaciones, 2007.

Revista da Academia Brasileira de Letras, 1960, 1º. Semestre, janeiro a junho.

SILVEIRA BUENO, *Grande Dicionário Etimológico Prosódico da Língua Portuguesa*, SP: Saraiva, 1968, 2ª. tiragem

LÍNGUA, COLONIZAÇÃO E REVOLUÇÃO: DISCURSO POLÍTICO SOBRE AS LÍNGUAS EM MOÇAMBIQUE

MARIANI, Bethania¹⁴

(UFF/CNPq/FAPERJ / bmariani@terra.com.br)

À Rita Chaves e Antonio Sopa¹⁵

“Sim, tinha de falar português e a minha madrastra não admitia que falássemos na nossa língua africana. Até mesmo os empregados domésticos estavam proibidos de falar conosco em ronga. Eu procurava falar as duas línguas. Hoje ainda percebo perfeitamente. Falo o que for preciso falar, mas não correntemente. E eu sinto isso como uma perda, como se fosse aleijado, se me faltasse um braço, uma perna. Mas sinto também que comigo não acontece como com muitos outros, outros mulatos que nem uma palavra sequer sabem falar. De fato havia uma proibição, mas as pessoas reagem de diferentes formas. (...) Devíamos ser bilíngües, mas os portugueses não aceitavam isso.” (José Craveirinha¹⁶)

RESUMO: A colonização lingüística dá início a um enorme trabalho da(s) língua(s), um trabalho que se materializa na prática discursiva marcada por uma heterogeneidade lingüística. Pode-se pensar, então, que os sujeitos são tomados por esse trabalho, são tomados pela(s) língua(s), nelas e com elas. É um processo social e histórico sem controle total (que uma política lingüística visa, justamente administrar), fazendo surgirem palavras, deslocarem-se sentidos, modificarem-se sistemas gramaticais etc. Assim sendo, o objetivo deste trabalho é apresentar, sistematizar, comparar e analisar o papel dos *línguas*, primeiros intérpretes, cuja posição nos séculos XVI e XVII era ambígua – portugueses ou falantes nativos que eram, muitas vezes bilíngües, filhos de misturas étnicas. Assim sendo, é nosso interesse fazer um levantamento das citações feitas sobre as línguas e os línguas nos discursos coloniais relativos à conquista da África, para estabelecer um quadro comparativo com o material que já temos organizado sobre a questão das línguas e dos línguas na colonização lingüística brasileira. Esse retorno ao passado nos incita a pensar o presente: qual o lugar dos línguas no presente?

PALAVRAS-CHAVE: Moçambique, História das Ideias Lingüísticas, Análise de Discurso, Colonização Lingüística

¹⁴ Professora do Departamento de ciências da Linguagem e da Pós-Graduação em estudos da Linguagem da Universidade Federal fluminense. Pesquisadora 1C do CNPq e bolsista cientista do Nosso Estado, da FAPERJ e Coordenadora do Laboratório Arquivos do Sujeito. Endereço: Rua Paissandu, 186/104 Flamengo Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 22210-080. E-mail: bmariani@terra.com.br. Telefone de contato: 55-21-2556-6441

¹⁵ Este texto não seria possível sem a ajuda e o apoio de muitos pesquisadores brasileiros e moçambicanos. Agradeço, especialmente, a Rita Chaves (USP) que, com infinita paciência, me abriu espaço para que eu pudesse contactar pesquisadores, políticos e intelectuais quando chegasse em Maputo, capital de Moçambique, para fazer esta pesquisa. Fica registrado, igualmente, meu agradecimento a Laura Padilha (UFF), por seu estímulo constante que inclui o empréstimo de livros preciosos. Em Maputo, fica aqui meu enorme agradecimento à generosidade do historiador Antonio Sopa, diretor do Arquivo Histórico, que foi incansável na busca de materiais para meu trabalho. Também agradeço a Matheus Ângelus, diretor da biblioteca da embaixada de Portugal em Maputo, pela confiança no empréstimo de material de pesquisa. Para a lingüista Perpétua Gonçalves, fica meu agradecimento pela esclarecedora conversa no jardim do hotel. Da mesma forma, com José Luiz Cabaço, a conversa sobre a história e os rumos econômicos e políticos de uma revolução foi fundamental para compreender a complexa historicidade que perpassa a questão lingüística em Moçambique. Quero mencionar, também, a relevância da intensa e extensa produção teórico-analítica de meus colegas pesquisadores integrantes do projeto História das Ideias Lingüísticas, cuja contribuição está registrada nessas páginas. Por fim, Sem o apoio da bolsa de produtividade do CNPq não teria sido viável viajar para Maputo e retornar com o material que alimenta o texto em tela.

Aproveito para registrar que este texto está no livro organizado: ZANDWAISS, A. E ROMÃO, L. Leituras do político. Coleção Ensaios, Editora da UFRGS, Porto Alegre, 2011.

¹⁶ Parte da entrevista concedida pelo poeta moçambicano José Craveirinha à professora e pesquisadora Rita Chaves (2005).

Introdução

O poeta moçambicano Craveirinha, na epígrafe acima, descreve os sentidos da interdição de falar o ronga, língua materna de sua mãe, como se lhe faltasse um braço, uma perna. Metáfora bastante contundente essa que mostra a proibição do uso da língua materna como uma perda inscrita no próprio corpo, um corpo social atravessado pela colonização lingüística e pela guerra revolucionária. “Devíamos ser bilíngües, mas os portugueses não aceitavam isso.” O discurso colonizador, como se verá ao longo do artigo, estabeleceu políticas de línguas que produziram uma censura, um silenciamento local (Orlandi, 1984), uma submissão ideológica à língua portuguesa, como menciona Craveirinha. O discurso revolucionário, por sua vez, estabeleceu políticas de língua com o objetivo de construir um homem novo em uma nova sociedade moçambicana unificada, e, para tanto, sem desprestigiar as línguas autóctones, estabeleceu a língua portuguesa como língua oficial.

Este é um texto difícil e delicado de ser escrito, pois trata dos efeitos lingüísticos resultantes da colonização portuguesa, que durou mais de quatro séculos, e trata também da revolução moçambicana que ocorre nos anos 70 da década passada. Até o momento, o interesse das pesquisas que tenho realizado sobre a história das línguas em países colonizados tem sido o de formular uma discussão sobre o político na organização de políticas de língua e vice-versa: de que forma o movimento linguageiro incide na vida do político, produzindo ‘necessidade’ de regulamentação? Lembremos, aqui, que o político é da ordem do conflito (Orlandi, 1990) e “é próprio da divisão que afeta materialmente a linguagem”. (Guimarães, 2002) O exercício da política, por sua vez, é o exercício jurídico e administrativo de regulação do conflito. Trago uma reflexão sobre o acontecimento histórico e político do processo revolucionário de instituição do estado moçambicano, um processo histórico realizado durante mais de uma década e meia por um grupo de moçambicanos que mesclava políticos, intelectuais e a população em geral, sem distinção de raça e de língua, o qual tem várias faces, passa por várias fases, traz várias posições de sujeito.

Moçambique: Opressão e Resistência Linguística

Nos dias atuais, das dez mais importantes línguas da África subsaariana, cada uma com mais de três milhões de falantes, quatro são bantos: “o kirwanda, o zulu, o xhosa e o emakhwa (macua), esta última falada só em Moçambique.” (Rocha, 2006, p. 14) Para muitos historiadores e lingüistas, e de acordo com o Censo Populacional Moçambicano de 1997, há algo em torno de 60 línguas da família Banto, com suas variantes dialetais, faladas em Moçambique, sendo que mais de seis milhões de moçambicanos (40% da população) são falantes de Makua-Lomwe (Rocha, *op.cit.*, p. 19) De um modo geral, conforme Firmino (2006) as línguas autóctones são usadas no meio familiar na região rural. Essas línguas também são usadas no rádio e na televisão¹⁷ em programas de entrevistas, comunicados oficiais, músicas, noticiários. Há, também, casos de bilingüismo em várias regiões do país. O meio religioso protestante se vale do uso de línguas autóctones; já na igreja católica, seguindo a ideologia colonizadora, usa-se menos as línguas da terra e mais a portuguesa. (Firmino, 2006, p. 63-65) Essa complexa situação lingüística de Moçambique, porém, não se inaugura agora.

Mas retornemos ao processo de colonização lingüística (Mariani, 2004) e suas políticas de silenciamento. Quando recuamos para o século XIX, vemos que a futura questão da descolonização da África portuguesa se inicia no final do século, com as Conferências de Berlim (1885) e a de Bruxelas (1887) que determinaram a partilha da África pelas potências européias a partir de regras internacionais uniformes para ocupação do território. A posse da terra não dependia mais apenas dos direitos decorrentes das descobertas, mas principalmente da efetiva ocupação territorial. Nesse período, pondo fim à hegemonia da igreja católica, procedeu-se à aprovação da prática missionária de quaisquer credos, em quaisquer territórios. Em decorrência desse reposicionamento político internacional, Portugal passa a administrar seu território de Ultramar com medidas socio-educativas que objetivavam efetivamente a ocupação e a civilização dos povos africanos pela introdução da língua e dos costumes portugueses.

¹⁷ Firmino menciona que a televisão em Moçambique não tem uma transmissão para todo o país, atingindo sobretudo regiões urbanas, onde há uma concentração de falantes de língua portuguesa. A rede RTK, porém, apresenta seu noticiário em Xichangana. (Firmino, 2006, p. 66, nota 60)

Como já tive oportunidade de dizer (Mariani, 2005 e 2007), decretos promulgados em 1845 e em 1869 organizaram um novo sistema educacional, o qual “definia os diferentes tipos de educação a serem ministrados a africanos e europeus” (E. Ferreira, *op. cit.*, p. 63). Mais para o final do século, novas missões católicas portuguesas se dirigem à África e instituem escolas missionárias voltadas para os portugueses que lá se encontravam, mas sobretudo para os africanos. Em se tratando de política religiosa, o modo de trabalho em nada diferia dos séculos anteriores: “Os encarregados das escolas das missões estavam sobretudo preocupados em obter conversões. (...) O ensino era geralmente ministrado na língua africana local, e por vezes em português” (*idem*, p. 65). É, portanto, a partir do final do século XIX que Portugal começa, de fato, a implementar uma política lingüística de tornar a língua portuguesa a língua hegemônica e civilizatória.

Nas palavras de Firmino (2006)

“com a consolidação do domínio colonial em Moçambique, o Português tornou-se a língua oficial através da qual as políticas coloniais eram implementadas. O português foi imposto como o símbolo da identidade cultural portuguesa e tornou-se um dos mais importantes instrumentos da política assimilacionista promovida pelas autoridades portuguesas. No contexto da ideologia colonial, os nativos só podiam tornar-se <<civilizados>> depois de demonstrarem o domínio da língua portuguesa.” (Firmino, 2006, p. 69)¹⁸

A imposição do português como língua de civilização durante a colonização se realizou com uma política de silenciamento das línguas africanas autóctones, como nos contou o poeta Craveirinha na epígrafe deste trabalho. As línguas autóctones não podiam ser usadas no âmbito institucional e seu uso tornou-se obrigatório nas escolas no início do século. No entanto, apenas uma pequena parcela da população africana tinha acesso à escolarização. Assim, a língua portuguesa significa a língua da elite, meio de expressão de uma classe social mais elevada, que ocupa postos mais relevantes no governo colonial em todos os centros urbanos. Havia um gesto duplo de dominação e de exclusão: através de uma pretensa democratização no acesso à escola e pela imposição de uma língua com o silenciamento das demais (como demonstram, por exemplo, o decreto 6322, de 24/12/1919, o Ato Colonial, de 1930, ou ainda, o decreto-lei 31207, de 05/04/1941).¹⁹ Esse discurso jurídico refere-se aos habitantes das colônias africanas afirmando sua “mentalidade de primitivos” e a necessidade de diminuir a distância “de estado civilizatório” entre eles e os portugueses. Falar, ler e escrever em português era uma forma de demonstrar uma possível inclusão no mundo civilizado, legitimando uma mudança na posição social. Foi se estreitando uma relação entre domínio da língua portuguesa, sobretudo na sua modalidade escrita transmitida pela escola, e posição social de prestígio, porém não para todos, como relata Firmino:

“Uma vez que a educação era o factor-chave para obter as necessárias credenciais para a mobilidade social, o requisito do uso do Português como o único meio de ensino garantia que só os que dominassem esta língua podiam ter a oportunidade de ascender na sociedade. (...) O conhecimento do Português não era apenas um investimento compensador do ponto de vista econômico e social, mas também um capital social distinto...” (Firmino, *op.cit.*, p. 70)

Nesse período, inventa-se juridicamente a categoria de “assimilado”, ou seja, ganhariam o estatuto de “assimilado”, com um “alvará de cidadania”, aquele africano que incorporasse as práticas culturais, sociais e lingüísticas de Portugal. A sociedade moçambicana fica assim dividida em três categorias:

“os brancos (‘não indígenas’) portugueses e seus descendentes, gozando de plenos direitos de cidadania; os ‘assimilados’, negros que sabiam ler e escrever português e gozavam, ao menos teoricamente, dos mesmos

¹⁸ Firmino baseia-se em Mondlane 1976 [1969] e em Newitt, 1995.

¹⁹ Conforme Firmino, citando Isaacman & Isaacman (1983) “As possibilidades de um negro africano ir à escola eram muito fracas (...). Por volta de 1960, apenas 400.000 crianças de um universo de aproximadamente 3 milhões da população em idade escolar freqüentavam a escola; mais de 90% destas estavam inscritas nas três primeiras classes e apenas 1% freqüentava o liceu.” (Firmino, nota 71, pg. 69) Esses decretos, e outros, estão relacionados em Mariani 2005.

direitos dos brancos; e os negros ('índigenas') que não possuíam direitos de qualquer espécie face à lei portuguesa." (Rocha, 2006, p. 47)

Mas como afirmamos repetidas vezes, não há colonização lingüística sem a resistência lingüística (Mariani, 2004). À resistência que se fazia na forma revoltas na zona rural, de greves na zona urbana e de ações culturais, como a fundação do Grêmio Africano de Lourenço Marques (Rocha, 2006, p. 47), formas de contradizer essa ideologia política civilizatória, vinculada a uma visível política de línguas, associa-se o fato de que as línguas africanas permaneceram sendo faladas, cantadas e transmitidas através de gerações com base em narrativas orais. A resistência fazia-se em termos do uso efetivo e da valorização dessas línguas sem escrita e, também, por meio de discussões entre intelectuais "misto de jornalistas-literatos e funcionários" (Rocha, 2006, p. 47) sobre a identidade africana, em geral, e a moçambicana em particular.

Aos poucos, nas décadas iniciais do século XX, um acontecimento lingüístico modifica o espaço de comunicação moçambicano (Auroux, 1992), qual seja, as línguas africanas faladas em Moçambique começam a ganhar forma escrita instaurando um uma circulação de sentidos opacos aos portugueses. Essa escrita, uma das formas de resistência ao colonizador, instalou-se na imprensa, uma imprensa dirigida por uma elite moçambicana insatisfeita "que fazia circular artigos redigidos nas línguas da terra. (...) Essa presença das referências africanas, no entanto, não chega a reduzir a importância da língua portuguesa como instrumento de afirmação dos excluídos" (Chaves, 2005, p.253, 236). Assim, a resistência ao opressor colonial materializa-se linguisticamente em duas línguas: nas línguas africanas, seja na modalidade oral, seja na modalidade escrita, e na língua portuguesa. Em conseqüência, o espaço de comunicação da resistência moçambicana, constitutivamente marcado por uma heterogeneidade lingüística (Orlandi, 2002), fica contraditoriamente marcado por mais de uma língua de resistência com forma escrita.

Retomando o depoimento de Craveirinha (*apud* Chaves, 2005), ficamos sabendo que no movimento de resistência e de busca de afirmação de identidade nacional, discutia-se a africanidade e a moçambicanidade, não importando em que língua. Diz o poeta referindo-se ao período pré-revolucionário:

"Era uma fase de grande inquietação. Estávamos ligados pela vontade de mudar. Tínhamos consciência da injustiça que dividia essa sociedade. (...) A Associação [Associação Africana] era um lugar onde se discutia o que era ser africano o que era ser moçambicano." (*In* Chaves, *op.cit.*, 238)

Por outro lado, a historicização da língua portuguesa, nesse momento em que a luta pela descolonização se inicia, ganha um outro contorno: à imagem de língua do colonizador agrega-se a imagem de língua pela independência. Ou seja, dois sentidos para língua portuguesa entram em circulação: de um lado, mantém-se a memória língua do colonizador como língua da opressão; de outro, o acontecimento (futuro) da revolução aponta para uma língua portuguesa como língua da revolução, que não se realiza sem as demais línguas da terra. Assim, o acontecimento da colonização lingüística portuguesa, enquanto memória-e-esquecimento, não perde seu vigor, mas é absorvido e ressignificado pela elite e pelos revolucionários, provocando uma virada nos modos da língua portuguesa, como objeto simbólico, fazer sentido. Mas isso não se fará sem tensões, pois as relações de poder funcionam contraditoriamente e as contradições se inscrevem na língua. É o que nos permite ler, na história das sociedades, a história das línguas e vice-versa, conforme já sinalizou Orlandi (2002).

Independência e descolonização : uma questão de Língua e de Estado

A língua do colonizador é uma marca indelével nas línguas que resultam da história das colonizações, é uma marca indelével tanto quanto o silenciamento das línguas da terra. Em termos de Brasil, a questão da língua nacional provoca desconforto nos discursos pós-independência bem como nos de instauração da república. A língua nacional será significada como continuidade ou como ruptura? Como saudosismo da língua do colonizador ou como instauração do

novo? (Bouchard, 2003) Nesses discursos de independência e pós-independência, intelectuais, gramáticos e literatos, quando oriundos das elites, constroem sentidos para fazer emergir um nacionalismo que para se constituir é significado naquela que foi a língua do colonizador. Uso o verbo no passado – "foi a língua do colonizador" – porque de fato, para além de alterações vocabulares e morfofonológicas, para além do desconforto que sua utilização pode causar nos discursos dos ideólogos²⁰, há que se considerar que ocorre um processo de ressignificação da língua do colonizador como língua nacional enquanto objeto simbólico.

Podemos pensar, ainda em termos de Brasil, na tensão presente nos discursos políticos que visavam conferir essa qualidade de pertencimento à terra: de um lado, a dispersão dos falares do português-brasileiro somada às inúmeras línguas indígenas; de outro, a persistência de uma vontade político-ideológica de unificação que passava, necessariamente, pela constituição de uma língua nacional homogênea. Podemos, então, supor que entra em jogo nesse momento histórico brasileiro uma outra concepção da noção de território e, portanto, da ocupação discursiva desse território. Administrar o território brasileiro como Império ou como República foi um processo político e também lingüístico que se realizou com o desenvolvimento de saberes lingüísticos sobre uma língua nacional almejada.

No movimento de independência do Brasil, na história da formação social e lingüística brasileira como estado-nação, memória e esquecimento são constitutivos da contradição instalada entre o lembrar e o esquecer tais marcas constitutivas da língua nacional. (Orlandi, 2002) A visibilidade do que é chamado como língua nacional (compreendida como objeto simbólico) porta essa contradição ao mesmo tempo em que o Estado investe nos efeitos de homogeneidade e unidade lingüística, buscando legitimar a língua, a memória de uma herança lingüística permanece, bem como o desejo, para muitos, do reconhecimento definitivo das diferenças. A função do Estado, através de mecanismos jurídicos, administrativos e educacionais é provocar um efeito "universalizante" de reconhecimento da unidade lingüística da nação: em uma dada formação social, os sujeitos falantes de uma da língua nacional e oficial sabem, e, se não sabem, deveriam saber, como é essa língua, qual é a sua norma escrita etc. Como afirma Orlandi, "a construção da unidade da língua, de um saber sobre ela e os meios de seu ensino (criação de escolas e programas) ocupam um lugar primordial na construção dessa unidade." (Orlandi, 2009, p. 175) Assim, há todo um investimento do Estado nessa direção de anular as diferenças, sejam elas entre a língua nacional e a do colonizador, sejam elas internas, em termos das variações diastráticas, diatópicas e diafásicas. Um investimento que se materializa na alfabetização, na elaboração de instrumentos lingüísticos, no uso dessa língua nacional na literatura, na imprensa e, sobretudo, como instrumento jurídico.

Guardadas as devidas diferenças, a questão lingüística tanto no movimento de independência quanto no movimento republicano brasileiro, ambos do século XIX, pode ser pensada analogamente à questão lingüística das chamadas "revoluções burguesas" européias²¹. Ou seja, à constituição e institucionalização do estado nacional brasileiro soma-se o projeto político de constituição e institucionalização da unidade da língua nacional em sua realização concreta como língua materna dos cidadãos (que vão à escola para aprender sua modalidade inscrita, que vão ler jornais e que terão suas vidas reguladas juridicamente por esta mesma e única língua). Como nos lembra Auroux, "a velha correspondência *uma língua, uma nação*, tomando valor não mais pelo passado, mas pelo futuro, adquire um novo sentido: as nações transformadas, quando puderam, em Estados, estes vão fazer da aprendizagem e do uso de *uma* língua oficial uma obrigação para os cidadãos." (Auroux, 1992, p. 49, grifos do autor)

Essa descrição da situação das línguas em relação às revoluções européias ocorridas em séculos passados e a descrição sucinta que trouxemos do movimento de independência e da revolução brasileira apontam para processos históricos que se constituíram durante séculos, nos quais uma relação língua nacional, nação e formação social está de alguma forma imbricada em relações de imposição, dominação e resistência com outras línguas. A língua colonizadora, com o passar do tempo, se modifica não apenas pelo contato com outras línguas, não apenas porque se encontra deslocada

20 Veja-se, por exemplo, os dizeres dos constituintes de 1823, a disputa quanto ao nome da língua nacional, as querelas travadas no âmbito literário no final do século XIX etc.

21 Cf. Pêcheux, quando trata das revoluções burguesas européias ([1981], 2004, p. 37). Podemos ter em mente que, já no século XVIII, Marquês de Pombal dá início ao projeto de unificação lingüística, quando impõe a obrigatoriedade do uso da língua portuguesa em todo o território da colônia, banindo o uso do tupi jesuítico, a língua geral até então amplamente falada.

da metrópole de origem, mas também em função dos processos de resignificação que entram em jogo em função da colonização. Nas Américas, no Brasil, em especial, os processos de independência do século XIX se realizam com uma língua de colonização já de alguma maneira modificada. As línguas indígenas, faladas apenas nas comunidades dos povos indígenas (com exceção do Paraguai), tornam-se objeto literário ou uma lista de palavras em gramáticas. Elas não ameaçam a idealização e a construção de uma unidade lingüística nacional.

Em Moçambique, porém, a história se passou de outro modo. A ideologia do movimento de independência e a revolução se realizaram de outro modo: luta armada, luta pelo sonho de uma sociedade socialista. Luta que busca uma ruptura política e ideológica com o modelo social e político anterior. Para além do rompimento com o sistema colonial, a revolução em Moçambique propõe um outro modo de sistema político, baseado em outro modo de produção.

Retomando a descrição que Firmino (2006) formula sobre a situação lingüística atual em Moçambique, lemos que

“as línguas usadas em Moçambique podem ser divididas em dois grupos, cada um com sua história, implantação social e usos específicos: o das línguas autóctones e o das línguas de origem estrangeira. O português, devido à sua história, papéis e estatuto peculiares, deve ser demarcado das outras línguas de origem estrangeira, tais como o inglês e algumas línguas asiáticas.” (Firmino, 2006, p. 47)

O português tem um lugar demarcado dentre as “outras línguas estrangeiras”, sua inscrição na historicidade da sociedade moçambicana é diferenciada.

Considerando esse mapeamento apresentado por Firmino, quando nos situamos na revolução moçambicana ocorrida na década de 70, no século XX, à questão da língua do colonizador soma-se o fato lingüístico da presença efetiva das línguas da terra, ou autóctones, sendo usadas pela maioria da população. A colonização lingüística de Moçambique não se efetuou como a colonização lingüística no Brasil: não houve um investimento na gramatização das línguas banto, nem houve um investimento, até o século XX, no incremento do português para a população em geral. No momento da revolução e no pós-revolucionário, a densidade da questão lingüística se constitui: Como falar-se no e para o mundo moderno?

Para os dirigentes revolucionários, coube a difícil escolha e justificativa política da imposição do português como língua oficial, uma língua que permitisse um reconhecimento externo – reconhecimento necessário às relações internacionais - e uma língua que produzisse uma integração interna, ou seja, uma só língua, unificada, fundamental para um equilíbrio institucional interno. E a escolha recaí sobre a língua do ex-colonizador.

Mas cabe a pergunta: enquanto língua oficial, essa língua do ex-colonizador pode ser considerada língua nacional? (Firmino, 2006, p. 45) Afinal, se é uma língua escolhida para a integração nacional, seria o português uma língua que habitaria a subjetividade de todos os moçambicanos? Afinal, é possível ponderar: a língua portuguesa nunca chegou a ser uma língua nacional em Moçambique, ou melhor, uma língua materna com sentimento de nacionalidade. A língua portuguesa era uma língua estrangeira, falada por uma elite reduzida, e tornou-se elemento de barganha na política assimilacionista portuguesa, como já foi dito.

A FRELIMO e o Discurso Político sobre as Línguas

Para apresentar as linhas gerais do movimento revolucionário moçambicano e a política de línguas proposta pelo governo moçambicano pós-independência, vamos nos ater à leitura da terceira edição do livro *Datas e documentos da história da FRELIMO*, escrito por Armando Pedro Muiuane (2006). Vamos articular esse livro com a compilação dos *Documentos do 1º seminário nacional da informação*, realizado em Maputo dois anos após a independência, em 1977.

Este é o material básico que constitui o arquivo²² desta discussão sobre a língua em Moçambique e o discurso político que dá direções de sentidos a tal discussão. Um discurso político construído em nome da coletividade, visando a um futuro para essa coletividade, veiculado pelos líderes moçambicanos e produzido em dois momentos relevantes: durante os dezesseis anos da guerra revolucionária e após a declaração de independência, em 1975.

Entre 1850 e 1930 ocorre a efetiva demarcação, dominação e administração das terras moçambicanas, em meio a muitas guerras. A conquista do estado de Gaza, em 1897, maior ponto de resistência aos portugueses, com a deportação do rei Gungunhana e de seu filho Godido, bem como a conquista da parte central e do norte do território dá início a uma exploração mais sistemática da terra. Ao lado dessa exploração interna, realiza-se também uma exploração dos moçambicanos como mão-de-obra em um sistema de trabalho forçado nas minas da África do Sul. (Rocha, 2006, 45) Com o final da segunda guerra mundial, o governo português incrementou e promoveu uma imigração branca, ao mesmo tempo em que começa a ocorrer uma imigração de trabalhadores em busca de oportunidades. Nesse meio tempo, uma “pequena elite de assimilados”, com acesso à formulação de idéias nacionalistas em circulação, põe em andamento o projeto de independência e descolonização. A repressão portuguesa, organizada na PIDE, a polícia política, prende, deporta e mata, mas não impede a produção e circulação de manifestações literárias e jornalísticas nas vozes de João Dias, Marcelino dos Santos, Bertina Lopes e Malangatana Ngwenya (escritores), Noêmia de Sousa (poeta), José Craveirinha (jornalista e poeta) e Fany Mpúmbo (música). (Rocha, 2006, p. 50 e 59)

Na tentativa de assegurar o território de ultramar, a partir de 1961, Portugal altera sua política colonial, abolindo o Estatuto do Indigenato²³ (decreto-lei 43.983), o trabalho forçado, o ensino obrigatório de culturas, e passa a incrementar a escolaridade, chegando mesmo a criar uma instituição de nível superior. (Rocha, 2006, p. 50). Se com a abolição do Estatuto do Indigenato, do dia para noite os “indígenas” e os assimilados se tornam cidadãos, isso não significa que o acesso à educação e às oportunidades oferecidas para a elite branca passou a ser idêntica para todos. Isso não significa, também, a possibilidade de ter na língua portuguesa uma língua materna.

Em 1968, em entrevista ao historiador Basil Davidson, Samora Machel, presidente da Frente de Libertação Nacional após o assassinato de Eduardo Mondlane, e Sebastião Mabote, outro líder revolucionário, falam sobre o engodo e a revolta que a política de assimilação produzia:

“Conseguí obter alguma instrução, e, eventualmente, acabei um curso técnico de enfermagens (um dos melhores empregos abertos aos assimilados na África Portuguesa). Durante a nossa prática, convivíamos com brancos, e foi só depois de receber o diploma que descobrimos o diferente tratamento, as atitudes diferentes, que nos davam e lhes davam. Descobrimos também o nível diferente de ordenados.” (Machel *apud* Muiuane, 2006, p. 92)

“(…) Mesmo assim quiseram que eu aceitasse o estatuto de assimilado. Meu pai era contra isso e eu também. Porquê? Porque eu sabia qual era a situação real dos assimilados, era a mesma dos indígenas. Mais tarde tive de ser assimilado para obter melhor colocação, mas nunca pude encontrá-la. (Mabote *apud* Muiuane, 2006, p. 93)

Desde 1960, conforme Muiuane (2006, p. 05), as revoltas começam a se manifestar mais frequência. A Frente de Libertação de Moçambique - FRELIMO - é fundada em 25 de junho de 1962, período em que Angola e Guiné-Bissau

²² A categoria 'arquivo' é compreendida aqui como um conjunto heterogêneo de monumentos textuais que dizem respeito a uma determinada temática, conjunto considerado em termos do seu funcionamento discursivo. Dito de outra maneira, em tal conjunto é possível depreender a discursividade (ou seja, a inscrição de efeitos lingüísticos materiais na história) que rege as configurações de enunciados múltiplos e dispersos que podem ser depreendidos em tal conjunto heterogêneo. Criticamente, essa discussão foi realizada levando em consideração que em qualquer monumento textual se produz um “policiamento dos enunciados”, uma “normalização asséptica” dos sentidos produzidos, um “apagamento seletivo da memória histórica” que organiza os arquivos e que está também constituindo a discursividade em torno da língua como objeto simbólico. (Pêcheux, 1994) Ler o arquivo hoje, desse ponto de vista proposto, é fazer trabalhar “a discursividade como inscrição de efeitos lingüísticos materiais na história”. (Pêcheux, id.,58) Ou, como afirmam Guilhaumou e Maldidier (1989, 1984), “o arquivo não é o reflexo passivo de uma realidade institucional, ele é, dentro de sua materialidade e diversidade, ordenado por sua abrangência social; ele permite uma leitura que traz à tona dispositivos e configurações significantes...” (Guilhaumou e Maldidier, 1994, pg. 164)

²³ Desde o início da colonização da África, os termos “indígena” e “indigenato” figuram no discurso da colonização portuguesa como forma de fazer referência aos povos africanos.

já estavam com movimentos revolucionários mais organizados. A FRELIMO era um movimento político que reunia em um movimento unitário diferentes grupos que se encontravam no país e fora dele²⁴; era um movimento responsável pela organização da luta armada contra o conquistador português, era “uma organização política nacionalista, composta de elementos provenientes de todas as partes...” (Muiuane, 2006, p. 85) Durante o congresso de fundação, em 1962, Eduardo Mondlane foi eleito presidente da FRELIMO, movimento que reunia nomes como Marcelino dos Santos, Samora Machel, Joaquim Chissano e Armando Guebuza.

Mas interessa observar, aqui, que os líderes revolucionários tanto se utilizam da língua portuguesa quanto de suas próprias línguas maternas africanas. E isso é registrado em atas e documentos. Eduardo Mondlane, por exemplo, a pedido de um pastor, escreve sua biografia em “idioma Changane”. (Muiuane, 2006, p. 7) Em outro período, durante o congresso de 1962, dentre as resoluções tomadas para o momento pós-independência, destaca-se a de número 07: “Promover imediatamente alfabetização do Povo Moçambicano, criando escolas onde for possível”. (Muiuane, 2006, p. 43).

A questão lingüística está presente nos gestos interpretativos dos líderes frente à diversidade de línguas, inscreve-se nos discursos políticos da FRELIMO. E a questão lingüística se encontra vinculada a uma discussão mais ampla, que é a da diversidade de tribos e costumes em relação ao projeto de unidade nacional presente nos discursos políticos da FRELIMO. Como organizar esses discursos de unidade política nacional sem apagar as diferenças existentes?

No congresso de 1967, se autodefinindo como uma “organização política nacionalista, composta de elementos provenientes de todas as partes, de tribos ou grupos étnicos nacionais” (Muiuane, 2006, p. 85), a FRELIMO busca definir e depreender, no âmbito moçambicano, os traços culturais que permitiriam mapear as tribos ou etnias, e seu significado na luta de libertação nacional, afirmando que

“uma tribo ou etnia é um agrupamento populacional cujos membros partilham da mesma expressão lingüística e inclui o uso de certos dialectos que muitas vezes servem como linha de diferenciação entre populações que realmente pertencem ao mesmo grupo.” (Muiuane, 2006, p. 79)

Observando o conjunto da população de Moçambique e com base em critérios lingüísticos, durante esse congresso da FRELIMO de 67, depreende-se sete grupos étnicos ou tribais. No entanto, a diversidade lingüística não

“significa que as **manifestações culturais** de uma tribo sejam completamente estranhas às de outras tribos. (...) **todos nós pertencemos à nossa família lingüística Banto**, caracterizada pela mesma forma gramatical, **mesma origem** de palavras, mesma estrutura de frases e períodos.” (Muiuane, 2006, p. 81, grifos nossos)

A designação de pertencimento é feita de maneira inclusiva e generalizante, marcada pelo uso da primeira pessoa do plural “todos nós”, “nossa família lingüística Banto”. As sete etnias ou tribos, todas são remetidas a uma “mesma origem” de “forma gramatical”, “palavras” e “estrutura de frases e períodos.” As diferenças entre os grupos étnicos são colocadas no plano econômico, ou seja, são diferenças que dependem das condições materiais de vida, de subsistência, conforme a região que cada tribo habita.

De acordo com os registros de Muiuane, o maior vetor das diferenças foi o colonialismo, que “impôs uma separação geográfica forçada”. Sem o colonialismo, afirma o autor da compilação de documentos da FRELIMO, “não parece exagerado afirmar”, teria ocorrido um “processo natural de assimilação social e cultural (...) e depois de alguns séculos, as diferentes etnias teriam se fundido em uma só” (Muiuane, 2006, p. 82) em função do processo histórico resultante de guerras intertribais que foram produzindo uma mescla de usos e costumes. Enfatiza-se nesse narrar uma mesma origem, sobretudo no âmbito das línguas faladas pelos diferentes grupos étnicos. Assim, nesse narrar depreende-se um processo de recontar a história, agora sob a ótica do africano revolucionário, que traz os sentidos de um passado irrealizado, e

²⁴ A UDENAMO (União Democrática Nacional de Moçambique), a UNANI (União Nacional para Moçambique Independente) e a MANU (União Africana Nacional de Moçambique). (Muiuane, 2006, p. 20)

apresenta possibilidades históricas de sentidos outros, caso não tivesse ocorrido a colonização. Eduardo Mondlane, em discurso reproduzido por Muiuane, afirma:

“Os portugueses, cientes das contradições culturais e históricas **entre nós**, utilizaram-nas, manobrando uma tribo contra a outra. (...) **faltava-nos**, ainda, *a consciência nacional...*” (Mondlane, *apud* Muiuane, 2006, p. 152, grifos nossos e do autor)

Do ponto de vista da Análise do Discurso, a memória é constituída por lembrança e esquecimento, ela é não linear, é lacunar, é móvel. Nesse relato de um passado histórico que poderia ter sido outro, o discurso político da FRELIMO constrói um elo entre a necessidade de união como resistência e forma de luta contra o colonizador e um passado interrompido. O irrealizado histórico, nesses discursos, é evocado como a possibilidade de transformação de um passado de diferenças em um futuro de unidade. O fio discursivo construído no discurso político de Mondlane tece uma genealogia para um processo de produção de sentidos entre aquela atualidade da luta de independência, o que poderia estar esquecido na história da moçambicanidade e um futuro a ser realizado.

Em outras palavras, o acontecimento histórico da colonização e, posteriormente, os acontecimentos que dividiram o território africano entre os europeus (as Conferências de Berlim, em 1885, e de Bruxelas, em 1887), de acordo com o discurso político revolucionário moçambicano, inviabilizaram um processo social, cultural e lingüístico que teria produzido uma África Austral unificada. A construção desse discurso político unificador, que remonta (a) uma memória escrita com um “não parece exagerado afirmar” (Muiuane, 2006, p. 81), postulando a possível presença de uma unidade, é um discurso que funciona como um aglutinador político nesse momento de guerra de independência. Deste modo, se as interrelações intertribais foram interrompidas por colonialistas que “**nos** exploravam a todos sem distinção”, europeus que “**nos** escravizavam a **todos**”, só “na **unidade** dos vários grupos tribais é que nosso povo **teria conseguido** resistir contra o invasor europeu.” (Muiuane, 2006, p. 82, grifos nossos) A forma verbal colocada no futuro anterior – “teria conseguido” - formula a condição de ficção do irrealizado da temporalidade histórica, ao mesmo tempo em que expressa a possibilidade desse irrealizado vir a se concretizar com a revolução socialista.

“A Luta de Libertação Nacional é em si própria um processo de **criação** de uma **nova** realidade. Enquanto o nosso passado era caracterizado pelas divisões lingüísticas, culturais e históricas, o nosso **futuro** está sendo estabelecido numa base de **unidade**.” (Muiuane, 2006, p. 85, grifos nossos)

“A Unidade nacional é a arma fundamental na nossa luta contra o Colonialismo e na construção do nosso país. (Mondlane, *apud* Muiuane, p. 151)

“Ora, nós sabemos que a organização tribal é uma forma caduca de organização social que no momento em que vivemos impede o progresso porque impede a expansão das relações humanas por todo o país.” (Documento sobre *Qualidades de um membro do Comitê Central*, *apud* Muiuane, p. 148)

Naquele momento revolucionário, o discurso político constrói elos entre um passado interrompido e dividido – as relações intertribais poderiam ter caminhado para uma formação social menos fragmentada se o colonizador português não tivesse interrompido o processo - e um futuro sócio-histórico que quer construir uma “nova realidade” “numa base de unidade” necessária à fundação de uma nação independente. Ao mesmo tempo, preserva-se uma concepção de unidade na qual há o reconhecimento da existência de tribos e de grupos étnicos diferenciados entre si. Assim, defende-se o “não antagonismo entre os vários grupos étnicos e a Unidade nacional”. A unidade da luta contra o opressor não inviabiliza a preservação das “formas de expressão lingüística”, nem as “peculiaridades regionais, as músicas e danças.” (Muiuane, 2006, p. 87)

Retomando o discurso de Eduardo Mondlane, observa-se a construção de um sentido para nação que inclui Moçambique na “maior parte das nações do mundo”. Nesses discursos políticos revolucionários, a diversidade étnica não é exclusiva dos povos africanos e não impede uma união nacional. Mas o racismo impede. Assim, uma política de combate ao explorador português e de construção de unidade nacional com a preservação das diferenças tribais, é também uma forma de combater o racismo.

“A Nação Moçambicana, **como a maior parte das nações do mundo**, é composta de gentes com diferentes tradições e culturas, *mas unidas pela mesma experiência histórica e os mesmos fins políticos, econômicos e sociais, empenhados na mesma tarefa sagrada: lutar pela sua libertação.*” (Muiuane, 2006, p. 153, grifos nossos e do autor)

“O militante combate o racismo. O racismo é uma política de negação do direito de igualdade econômica, social e política de uma raça por parte de outra. Seja ela de que direção for: DO BRANCO PARA O NEGRO OU DO NEGRO PARA O BRANCO, O RACISMO É UMA POLÍTICA REACCIONÁRIA, DE OPRESSÃO E EXPLORAÇÃO DO HOMEM PELO HOMEM.” (Documento sobre *Qualidades de um membro do Comitê Central*, apud Muiuane, p. 154, grifos do autor)

Em 1970, com a morte de Eduardo Mondlane, é eleito Samora Machel para o cargo de Presidente da FRELIMO. Em 1974, cai o governo de Salazar em Portugal e em 07 de setembro de 1974 é assinado um acordo entre a FRELIMO e o governo português, após doze anos de guerra. Em 25 de junho de 1975, dia de aniversário da fundação da FRELIMO, é proclamada a independência de Moçambique e tem início, de fato, o projeto de reconstrução nacional.

Os Discursos sobre a Língua após a Independência²⁵

Em 20 de setembro de 1974, o governo de transição dirigido pela FRELIMO, promovendo a saída de uma forma de governo colonial, e passando para um regime socialista de Estado, divulga um longo comunicado dirigido aos moçambicanos, no qual pontua as tarefas a serem desenvolvidas bem como as principais questões políticas, econômicas e financeiras da nação prestes a se tornar independente. Nesse comunicado, educação e cultura são apresentadas como prioridade. O combate ao analfabetismo é colocado lado a lado à luta contra “a ignorância, o obscurantismo, a superstição, o individualismo, o egoísmo, o elitismo, a ambição, a discriminação racial, social com na base do sexo.” (Muiuane, 2006, p. 217) Essas são as bases de um movimento revolucionário que pretende a “criação de um homem novo com uma mentalidade nova.” (Muiuane, *idem, ibidem*) Enfatiza-se, nesse documento, a necessidade de retomada das manifestações culturais moçambicanas, o trabalho coletivo, o clima de confiança, a camaradagem, a valorização do talentos. E, num contexto desses, busca-se uma escola de tipo novo, que valorize a cultura moçambicana.

No congresso de Mocuba, ocorrido em fevereiro de 1975, reafirma-se o conjunto de diretrizes já formuladas e retomase o tema da unidade nacional, com o entrelaçamento de uma política educacional e uma política de línguas. Dentre as diretrizes formuladas, o tema de uma política de alfabetização é vinculado, dessa vez, à explicitação de uma política de línguas voltada para a maioria da população não falante de português. Se a alfabetização é significada como condição necessária para o estabelecimento de um Poder Popular com acesso à divulgação científica mundial, à língua portuguesa cabe o papel de ser um “veículo de comunicação”, como se pode ler abaixo:

“Impõe-se assim o estudo a nível provincial das palavras geradoras em português, dado que é o veículo de comunicação de acordo com as realidades locais.” (Muiuane, 2006, p. 301)

“A língua portuguesa é o meio de comunicação entre todos os moçambicanos que permite quebrar as barreiras criadas pelas línguas maternas. Através dela, a ideologia do partido FRELIMO, que encarna os interesses das massas trabalhadoras e exprime os seus valores revolucionários, é difundida e estudada para ser aplicada, orientando o nosso povo na luta pela criação de uma sociedade mais justa, próspera e feliz, a sociedade socialista. A língua portuguesa é também a língua veicular do conhecimento científico e técnico. (...) É ainda utilizando a língua portuguesa que comunicamos com outros povos do mundo, transmitindo a rica experiência do nosso povo e recebendo a contribuição do patrimônio cultural mundial.” (discurso da Ministra da Educação e Cultura, 1975, apud Firmino, 2006, p. 141)

Com a independência propriamente dita, o Estado formaliza uma política de línguas na qual o português torna-se

²⁵ Em outro artigo discuto os primeiros textos publicados em jornais moçambicanos sobre a questão linguística. Cf. Mariani, 2011, Revista Letras da UF de Santa Maria.

língua oficial e se espera que passe a funcionar, simbolicamente, como elemento de unidade nacional. Com essa institucionalização (formalizada na Constituição de 1990) o discurso político produz uma disjunção entre língua nacional e língua oficial. Não se trata do estabelecimento de uma língua nacional a partir da qual se regulam as relações com outras línguas (Guimarães, 2005); essa regulação é dada a partir da institucionalização de uma língua oficial que não é nacional, que é considerada para a maioria da população como uma língua estrangeira.

Através da língua portuguesa, o governo da revolução pode realizar seu ideal de unidade jurídica e lingüística, homogeneizando os cidadãos. Firmino (2006) menciona que o português aparece, então, “como um instrumento adequado” para ir além das diferenças lingüísticas assim como para estimular a idéia de nação una e igualitária. Porém, desse ponto de vista, apesar de a política de línguas do Estado revolucionário institucionalizar a língua portuguesa como oficial, não há explicitamente um gesto de silenciamento das demais línguas faladas no país.

Depreende-se na diretriz política formulada no congresso, tanto uma retomada quanto um deslocamento da “velha correspondência *uma língua, uma nação*” (Auroux, 1992, já citado anteriormente), pois tanto essa tomada de decisão política quer posicionar Moçambique em relação a um futuro ainda por vir, postulando a alfabetização com UMA língua oficial, quanto desloca a relação dessa língua oficial como uma obrigação única para os cidadãos, o que negaria e silenciaria o uso das demais línguas em circulação no território nacional.

Lembremos que, durante o processo da guerra revolucionária, as diferenças lingüísticas eram tanto minimizadas e valorizadas (considerando-se a “nossa origem Banto comum”) quanto defendidas como parte integrante da nação a ser construída. Com o fim da revolução e com a constituição do Estado nação moçambicano, a questão de uma língua que promovesse uma unidade nacional era uma necessidade do Estado; e a questão da defesa das demais línguas tribais (ou autóctones, como nomeia Firmino) também. A decisão política recai sobre o português já que era uma língua com “uso institucional (...) de prestígio, funcionando como marca distintiva da identidade das pessoas” (Firmino, 2006, p. 164), enquanto que as línguas africanas não tinham sido gramatizadas e não havia nenhuma que fosse comum em todo o território. Firmino ainda acrescenta que a escolha do português tinha a ver com “as elites integradas nas instituições do Estado (...) não conhecerem bem as línguas autóctones a ponto de as usarem como línguas de trabalho em actividades oficiais” (Firmino, 2006, p. 164) em outras palavras, as línguas africanas nunca tinham sido utilizadas em situações oficiais e de prestígio institucional.

O Estado, porém, reconhecia a necessidade política de usar as línguas autóctones como forma de aproximação dos moçambicanos que não falavam português, sem deixar de impor a necessidade do seu aprendizado. No *I congresso nacional da informação*, realizado em Maputo, 1977, “decide-se pela utilização das línguas moçambicanas nos meios de comunicação de massa, sobretudo nas emissões de rádio, (...) como meio insubstituível de tornar a sua acção efectiva junto das largas massas. É necessário eliminar qualquer vestígio de conteúdo regionalista e tribalista. (...) Os programas, em línguas e dialectos moçambicanos deverão ter a preocupação de incentivar a aprendizagem da língua portuguesa.” (Atas do *I congresso nacional da informação*, 1977, p. 73)

Nos anos iniciais do pós-independência, o discurso político oficial encaminha o processo de descolonização com a língua portuguesa e, ao mesmo tempo, mantém aceso o prestígio das demais línguas autóctones: elas são um “riquíssimo depositário”, nelas “residem e se preservam os principais elementos constitutivos da nossa singularidade cultural.” (Discurso de abertura do Ministro da Educação no seminário de padronização das ortografias das línguas moçambicanas, em 1988, organizado pelo NELIMO, apud Firmino, 2006, p. 164) No entanto, sem promover um investimento no sentido de estudar e gramatizar essas línguas, ou seja, provê-las com gramáticas e dicionários, instrumentos lingüísticos necessários para sua difusão e institucionalização, sobretudo no meio educacional, o “riquíssimo depositário” se encontrava restrito a representar, quase como no discurso dos românticos do século XIX, as raízes da identidade, as origens, as tradições genuínas e verdadeiras.

Aí se encontra, para Firmino e outros intelectuais, uma forte contradição no discurso político moçambicano oficial: de

um lado, as línguas tribais eram consideradas a expressão da moçambicanidade²⁶, objetos simbólicos de identidade nacional, mas nada se fazia no sentido de colocá-las em um patamar de prestígio semelhante ao do português; de outro, o português, que era a língua oficial da unidade nacional, não era uma língua que funcionasse de fato como objeto simbólico da nação. Firmino chama a atenção para essa contradição, afirmando:

“Uma ilustração viva desta contradição é visível nas expressões usadas para referir tanto as línguas autóctones como o português. Frequentemente, o discurso oficial designa as línguas autóctones como *línguas moçambicanas* ou *línguas nacionais*, mas nunca como *línguas étnicas*. Em contraste, o português é referido como *língua oficial* ou língua da *unidade nacional*, mas nunca como *língua moçambicana* ou mesmo língua nacional. A expressão *línguas indígenas* nunca foi usada para referir as línguas autóctones devido às suas conotações coloniais. O discurso colonial usava a palavra *indígena* para designar a população africana vista como ‘incivilizada’ e não assimilada à cultura portuguesa (...).” (Firmino, 2006, p.166, grifos do autor)

Ainda sobre estes anos iniciais de descolonização, é interessante observar que sobre a língua portuguesa como língua oficial não nacional nada se diz sobre as diferenças sociais produzidas com o uso do próprio português. Também nada se diz sobre suas possíveis modificações em território africano. Ela é mencionada não como uma herança, mas como um instrumento que se pretende neutro, um meio acadêmico, escolarizado, um canal político para políticos. Seu uso, no entanto, demarca posições na sociedade, traçando fronteiras entre quem pode enunciar adequadamente valendo-se da língua de descolonização.²⁷

Assim, paradoxalmente, ao invés de promover a unidade nacional, a língua portuguesa excluía, segmentava, promovia diferenças internas entre o meio rural e o meio urbano, entre os escolarizados e os não escolarizados, os alfabetizados e os não alfabetizados. (Firmino, 2006, p. 166). Ou seja, no discurso político da escolha da língua portuguesa como língua oficial, mantiveram-se traços de memória, mesmo que indesejados, do funcionamento ideológico do português como língua de colonização. Se a língua portuguesa funcionou como uma língua franca durante a guerra revolucionária, por outro lado, sua institucionalização como língua oficial não estabeleceu processos identificatórios com a maioria da população moçambicana.

Apenas na década de 80, após a resistência de intelectuais, de escritores e de membros do próprio Estado, é que se inaugura uma nova fase, na qual teve início um mapeamento da diversidade lingüística moçambicana, com um investimento no sentido de promover algumas línguas ao estatuto de línguas nacionais, buscando incentivar o bilingüismo e o uso do português bem como o dessas línguas nas escolas e em atividades culturais. (Firmino, 2006, p. 168)

Nessa época, é o início também de discussões sobre o sentido de língua portuguesa no Estado moçambicano. E começa a circular a ideia de que institucionalizar o português não representa a preservação de uma língua estrangeira na qual os moçambicanos estariam alienados, mas estaria em curso uma apropriação da língua, ou seja, uma moçambicanização do português. Isso implica um redirecionamento na produção de sentidos para língua portuguesa. (Firmino, 2006, p. 143) É o que diz um documento da Secretaria de Cultura, escrito em 1983 e reproduzido por Firmino:

“O português falado em Moçambique há-de necessariamente transformar-se e distanciar-se do português de Portugal porque a realidade moçambicana, à partida diferente da de Portugal, tem o seu próprio curso de desenvolvimento.” (Firmino, 2006, p. 169)

²⁶ Vale a pena citar o comentário de Firmino: “De facto, já ouvi muitas pessoas questionarem a moçambicanidade de alguém da seguinte forma: ‘Que tipo de moçambicano é este que não conhece uma língua moçambicana?’” (Firmino, 2006, p. 66, nota 64)

²⁷ Novamente, outro comentário de Firmino: “em Maputo, dirigir-se a uma pessoa desconhecida em língua autóctone pode ser encarado como uma ofensa e um sinal de ‘tribalismo’.” (Firmino, 2006, p. 144) Firmino chama essa apropriação do português pelo moçambicano como “nativização”.

É muito importante observar que, pejorativamente, essa apropriação e modificação do português em função de sua historicização enquanto língua de colonização, era chamada de “pretuguês”. “Pretuguês”, conforme Firmino, era o nome dado ao uso de “formas incorrectas” (Firmino, 2006, p. 146) tradicionalmente associada aos falantes africanos. A oposição português / pretuguês demarca um modo de significar a língua através da tradição de uma língua gramatizada, com escrita estabilizada, com instrumentos lingüísticos que tentam assegurar a forma imaginária dessa língua. E, nesse sentido, é um uso asséptico da língua, em detrimento da língua que foi se historicizando, se modificando e incorporando traços da cultura do outro. Ou seja, a língua imaginária se aprende na escola, mas a maior parte da população moçambicana, como vimos, dela estava ausente, em função do modo como se processou a colonização lingüística.

A oposição português / pretuguês valoriza ideologicamente o conhecimento escolarizado de quem aprende o português europeu. Essa oposição pode ser compreendida como a expressão da diferença entre a língua imaginária - aquela organizada e sistematizada nas gramáticas e ensinada nas escolas - e a língua fluida, onde práticas lingüísticas sócio-historicamente configuradas, produzindo movimento nas estruturas, circulam nas ruas. (Orlandi, 2009, p18) Talvez na expressão “pretuguês” esteja materializado o sintoma do modo como se processou a historicização do português nesse tempo-espaço outros, algo que o governo revolucionário só tenha de fato começado a valorizar e incorporar nos anos 80.

Admitir que a língua portuguesa não é um bem a ser preservado, mas que como objeto simbólico é uma língua perpassada por um processo histórico no qual outras línguas nela interferiram é algo que já está em curso em Moçambique. O trabalho da língua sobre si mesma não se interrompe. Na materialidade de seu funcionamento histórico e ideológico, a língua portuguesa em Moçambique vem se transformando: alterações fonético-fonológicas, alterações lexicais e morfo-sintáticas bem como neologismos tem sido observados e começam a ser analisados como a presença de um português-moçambicano. (Firmino, 146-150)

Considerações Finais

Atualmente, segundo Firmino (2006, pg 171), na revisão da política de línguas que ora se efetua, vários planos e propostas vem sendo debatidos a fim de serem implementados. Defende-se a manutenção do português como língua oficial e sua promoção a língua nacional; além disso, pretende-se dar a algumas línguas autóctones o estatuto de língua nacional. Defende-se o bilingüismo - língua portuguesa/línguas moçambicanas - com a gramatização das línguas nacionais, a escolarização dessas mesmas línguas e seu uso efetivo na administração pública.

Da colonização aos dias de hoje, muito há ainda a ser discutido sobre o discurso político e a questão lingüística em Moçambique. Em texto que discuti as relações político-lingüísticas entre lingüística e economia (Mariani,2008), observei que, nos dias atuais, há que se prestar atenção crítica a outros discursos políticos que vem sendo produzidos com a incorporação de idéias que significam a língua como variável econômica. Alguns lingüistas, por sua vez, em seus comentários, afirmam que um dado precisa ser acrescentado pelos políticos e pelos economistas ao observarem as relações entre as línguas e o mercado de trabalho: a relação custo-benefício na aquisição de uma segunda língua por parte do trabalhador, afinal trata-se de um projeto custoso e de médio prazo de aquisição de um bem com uma finalidade específica. A não ser que haja um incentivo governamental, ou a perspectiva de um incremento pecuniário, os trabalhadores tendem a permanecer apenas com sua própria língua materna. Mas seria esse, realmente, o ponto principal? A questão seria a de aprendizagem de uma nova língua ou a de abrir mão de uma língua materna em nome de vantagens financeiras?

Chamei a atenção também para um outro discurso político-econômico o qual proclama os benefícios e a inevitabilidade da globalização enquanto formação de um mercado mundial único, com uma moeda comum e uma língua comum. Nesses discursos, afirma-se: “a multiplicidade de línguas é um obstáculo ao comércio e à mobilidade do trabalho e da

tecnologia”.²⁸ Assim, fronteiras lingüísticas seriam elementos que impediriam uma integração econômica, sendo que o problema se acentuaria sobretudo para os países mais pobres, onde para muitos, a existência e a permanência do multilinguismo pode desacelerar a modernização. Para este tipo de discurso, uma economia “ideal” supõe uma única língua.

Torno a perguntar: mas seria esse, realmente, o ponto principal? A questão seria abrir mão das línguas maternas, autóctones, em nome de um crescimento econômico nacional?

Referências Bibliográficas

AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas, Ed. Da UNICAMP, 1992.

Atas do I congresso nacional da informação. Maputo, Publicação do Ministério da informação política popular de Moçambique, 1977

CHAVES, Rita. *Angola e Moçambique. Experiência colonial e territórios literários*. São Paulo, Ateliê Editorial, 2005.

COULMAS, Florian. *Language and economy*. Oxford: Blackwell Published, 1992. ISBN 0-631-18524-0

FIRMINO, Gregório. *A questão lingüística na África pós-colonial. O caso do Português e das línguas autóctones em Moçambique*. Maputo, Texto Editores, 2006.

GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica do acontecimento*. Campinas, Pontes, 2002.

Brasil, país multilíngüe. In *Ciência e cultura: línguas do Brasil*. Ano 57, no. 2, 2005

HENRIQUES, Isabel Castro. *Os pilares da diferença. Relações Portugal-África, séculos XV-XX*. Lisboa, Centro de História & Caleidoscópio, Universidade Nova de Lisboa, 2004.

MARIANI, Bethania. *Colonização lingüística*. Campinas, Pontes, 2004

------. Da colonização lingüística portuguesa à economia neoliberal: nações plurilíngües. In *Gragoatá*, número 2005.

------. Quanto vale uma língua? Custo e benefício político nas relações econômicas e lingüísticas. In: Santos, Ana Cristina dos; Almeida, Claudia; Pontes Jr., Geraldo (orgs.) *Relações Literárias Internacionais II; Interseções e fricções entre fónias*. Niterói, Rio de Janeiro, Editora da Universidade Federal Fluminense & de Letras, 2008.

------. Uma revolução e seus impasses lingüísticos: Moçambique. IN *Revista LETRAS, Universidade de Santa Maria*, Segundo semestre, 2011 (no prelo)

MUIUANE, Armando Pedro. *Datas e documentos da história da FRELIMO*. Ciedima, SARL, Maputo, 2006.

ORLANDI, Eni. *Língua brasileira e outras histórias*. Discurso sobre a língua e o ensino no Brasil. RG Editora, Campinas, 2009.

------. *Política lingüística no Brasil*. Campinas, Pontes, 2007.

------. *Língua e conhecimento lingüístico; para uma história das idéias no Brasil*. São Paulo, Cortez Editora, 2002.

²⁸ O'BRIEN, apud COULMAS, op. cit., p. 121

------. *As formas do silêncio no movimento dos sentidos*. Campinas, Editora da Unicamp, 1984.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso; estrutura ou acontecimento*. Campinas, Pontes, 1994.

------. *A língua inatingível; o discurso na história da lingüística*. Campinas, Pontes, 2004

MIA COUTO E GRACILIANO RAMOS: O DISCURSO OS UNE

MAGALHÃES, Belmira 2930

RESUMO: Este artigo discute, a partir das narrativas *Vidas secas*, de Graciliano Ramos e o *Outro pé da sereia*, de Mia Couto, escritores de língua portuguesa de continentes diferentes, a posição do sujeito do discurso. Embora os narradores utilizem a língua dos colonizadores para conduzir a narrativa, palavras de dialetos locais irrompem no texto, mostrando ao mesmo tempo o conflito e a resistência dos dominados. Mesmo não compreendendo, muitas vezes o significado de algumas palavras, percebe-se pela posição dos sujeitos dos discursos, os sentidos e os efeitos de sentidos provocados, que sempre apontam para impossibilidade de um domínio absoluto das subjetividades.

PALAVRAS-CHAVE: Sujeito do discurso, conflito, resistência, língua portuguesa e dialetos

Introdução

Este artigo tem como objetivo, através dos romances *Vidas secas*, de Graciliano Ramos e *O outro pé da sereia*, de Mia Couto, discutir como narrativas ficcionais, que utilizam termos desconhecidos para outras comunidades fazem sentido e não impedem a compreensão dos textos. Utilizando trechos de narrativas desses autores, pudemos perceber que mesmo não entendendo o significado de determinadas palavras - mandacaru, jirau, aio, mulambe, luande, nayanga, mambo - não se perde o sentido do discurso. Nos romances analisados, além da língua, enquanto estrutura, há a posição do sujeito discursivo que une as duas narrativas, fazendo com que o leitor de língua portuguesa o identifique na formação discursiva da resistência à dominação, na busca de soluções para romper o lugar pré-determinado pelas relações sociais, para seus protagonistas. Em todos dois textos, o narrador toma a direção da narrativa, mostrando-se onisciente e conhecedor da forma culta da língua do dominante, mas é por meio da forma linguageira do dominado, que irrompe na narrativa, que a contradição é mostrada e a resistência se faz presente.

Para tratar a problemática das narrativas partimos do imbricamento do escopo teórico da análise do discurso (AD) de linha francesa, principalmente sobre a constituição do sujeito e dos efeitos discursivos (Pêcheux, 1988) e da concepção estética de Lukács (1966-67), que afirma o cotidiano como a fonte primeira da reflexão artística, ao mesmo tempo que assinala o caráter antropomórfico da arte.

1. O lugar da Arte no Processo Discursivo

A grande dificuldade da compreensão do reflexo artístico, com uma instância específica, se dá, primeiro, por seu caráter antropomórfico, que o une, por exemplo, às formas mágicas e religiosas; em segundo, pelo caráter *post-festum* da consciência nas formas do reflexo, só há condições de se pensar sobre uma obra de arte após sua realização. e em terceiro pela relação desse reflexo com a cotidianidade: “Nesse sentido, percebe-se a estreita vinculação entre a cotidianidade e a arte: um processo que parte da vida cotidiana, eleva-se ao estatuto da arte, isto é, à reflexão do gênero, e volta à vida cotidiana para novamente recomeçar.” (Magalhães, 2007, p. 30)

No entanto, afirmar esses aspectos não a distingue, por exemplo, da ciência que também parte do cotidiano; há necessidade de outro passo: a percepção pelo homem de que as formas efetivadas pelo trabalho e pela técnica já conquistada, possuem algo mais que sua utilidade prática. A diferenciação do reflexo artístico implica *consciência* desse ato como artístico. Com essa afirmação não estamos excluindo o lugar constitutivo do inconsciente na constituição do sujeito, mas apenas ressaltando que, para a estética lukacsiana, há por parte do sujeito artístico uma consciência do seu fazer. Em contrapartida, o objeto pode ser elaborado como obra de arte, mas ainda, em nível social, só ser percebido

29 Professora/pesquisadora do Doutorado em Letras da UFAL.

30 Endereço: Rua Álvaro Correia de Araújo, 222. Farol, Maceió, Alagoas, Brasil. CEP: 57052-487

como finalidade do trabalho pela comunidade. Nesse sentido é que Lukács ressalta o caráter antropomórfico do reflexo estético – sempre uma relação entre sujeitos.

Outro aspecto a ressaltar é que por mais elevado que seja o reflexo estético, no sentido de desprendimento da realidade objetiva, e ele o é verdadeiramente, há uma vinculação direta com o mundo do trabalho: a teleologia³¹ que possibilita o reflexo estético possui autonomia, mas não autonomia absoluta em relação à teleologia diretamente ligada ao mundo do trabalho (material).

Sendo nesse sentido que se pode considerar o cotidiano como o grande **Arquivo** do discurso literário. A partir das contradições que determinam a forma-sujeito das diversas sociabilidades e da problematização posta pelos seres sociais, o artista constrói seu reflexo estético, realizando uma práxis social específica.

Lukács, afirma que através da particularidade artística, própria das obras de arte de valor, que questionam a relação entre indivíduo e generidade humana, é possível discutir a subjetividade humana de determinada fase da história e, paralelamente, apontar para novas possibilidades de relações sociais. A base do reflexo estético se dá a partir da relação do artista (ser social), da sociabilidade e das questões gerais do gênero humano. A relação entre a produção artística e as condições mais amplas de produção na sociedade estão relacionadas.

3 – Forma Sujeito Moderna e Reflex Estético

As narrativas discutem as contradições de sociedades periféricas do capitalismo em que não é possível, principalmente para os dominados, se inserir plenamente na forma sujeito da autonomia, efetivada pela ideologia dominante da sociedade capitalista.

A lógica capitalista necessita de sujeitos formalmente livres que entrem em relação a partir de efeito ideológico de que há consentimentos mútuos e de que os sujeitos são senhores de suas ações. Para a sociedade capitalista no que se refere a luta de classes, o silêncio é o fundante de qualquer discurso dessa sociedade, na medida em que, diferentemente das anteriores, as diferenças de classes devem ser justificadas: “O silêncio de que falamos aqui não é ausência de sons ou de palavras. Trata-se do silêncio fundador, ou fundante de toda significação (ORLANDI, 1993, p. 70).

Pode-se sintetizar essa contraditoriedade, explicitada acima, afirmando que todo e qualquer discurso criado numa sociedade desse tipo, por menos que diretamente esteja vinculado à estrutura de classes, ocupará hegemonicamente um dos lados do conflito: ou terá que continuar silenciando a real estrutura da sociedade, ou explicitará esse silenciamento estrutural. O jogo das ideologias (dominante e dominada) se faz a partir dessa contradição, que assumem diferentes efeitos de sentido.

Para a análise do discurso as determinações sociais e o recalque inconsciente são o ponto de partida para a elucidação do sujeito do discurso. Partimos da noção de pré-construído, isto é, há socialmente lugares ideológicos postos que determinaram as possibilidades de o sujeito³² se expressar. Nesse sentido, a AD trabalha com o conceito de Formação Ideológica (FI) que explicita o lugar social, dentro da estrutura da classe, em que o sujeito se posiciona, “Fala-se de formações ideológicas por caracterizar um elemento susceptível de intervir como uma força confrontada à outras forças no conjunto ideológico característico de uma formação social em um momento dado” (Courtine: 1981,34).

Toda práxis social, e o discurso é sempre uma práxis, pressupõe uma forma de resposta à objetividade. É o surgimento da subjetividade que instaura o ser social; e a história do gênero humano é a história da intervenção da subjetividade na objetividade. É nessa relação que se consubstancia a força do sujeito. Dialeticamente, o limite do sujeito artístico

31 Teleologia – o pôr-social com objetivo.

32 Sujeito determinado pelas relações sociais de produção de uma certa sociabilidade e todo o aparato ideológico jurídico-político que reproduz essa relação.

é dado pela objetividade que mesmo nesse reflexo particular, não permite qualquer tipo de intervenção. Assim estamos entendendo o reflexo estético que analisaremos como resultado de um trabalho de individualidades que são essencialmente sociais e históricas. Cada uma das narrativas analisadas traz as marcas de suas sociabilidades, mas ambas discutem o mundo contemporâneo.

Sintetizando temos que o discurso é sempre um discurso socialmente constituído, isto é, parte de um determinado lugar ideológico (FI) e de dizer (FD). No entanto esse sujeito precisa ter a ilusão de que tem o domínio sobre seu dizer, sendo o discurso fruto de sua própria autoria, mecanismo que possibilita ao sujeito se sentir sujeito de seu próprio fazer discursivo. Complementando a necessidade de controle do seu dizer, o sujeito estará, ainda, submetido à ilusão de que a forma escolhida para explicitar seu dizer é transparente a ponto de não criar ambigüidades nem polissemias Pêcheux (1990). Essas ilusões são “esquecidas” pelo sujeito, isto é, seu condicionamento ideológico e seu funcionamento inconsciente, fazem com que o mesmo se sinta como único autor de seu dizer.

4 – As Discursividades Literárias

Nos dois romances, com formas de narrar completamente diferentes, uma realista e outra em que o fantástico, o sobrenatural dominam a cena, com fortes pressões religiosas, o uso da força bruta tenta impedir o vislumbre de autonomia.

O posicionamento dos sujeitos discursivos, do ponto de vista da formação ideológica, é o de mostrar as contradições de classes entrelaçadas pela diferenças étnicas e culturais sempre condenando a exploração, ao mesmo tempo em que aponta para possibilidades de resistência, inclusive dentro das relações imperialistas.

Em seu texto, Mia Couto mostra a religião do dominante sendo professada, mas ironiza os atos da religião, nomeia personagens tanto com nomes católicos como das etnias locais, apela para as tradições criando símbolos como a árvore do esquecimento, que não permite a culpabilização do passado. A proposta para enfrentar o imperialista (americanos) e tentar subverter a ordem, se dá, não de peito aberto, mas com artimanhas. Os recortes abaixo demonstra as diferentes maneiras com que a narrativa expõe as contradições e a resistência.

- 1- O encontro teria lugar no fim da manhã e decorreu na cozinha do pátio, isolado do resto da casa, oculta entre as ramagens da frondosa mangueira. Constança insistiu que a conversa só poderia suceder no luande, no recinto onde ela mais se sentia dona da sua palavra.
Lá dentro de casa fica a cozinha de Jesustino. A minha é aqui fora, como sempre foi na nossa terra. (p.167)

A preservação dos costumes é usada como forma de poder, de controle das atividades pelo dominado. Importante perceber como a sequência discursiva mostra a inter-relação entre língua e poder: para ser dona da palavra, isto é, conduzir o encontro, o espaço é fora dos domínios da casa dominada por Justino. O narrador apresenta a resistência, que embora precise se deslocar para os fundos da casa, existe, pois afirma o passado e a história daquele povo: “Lá dentro de casa fica a cozinha de Jesustino. A minha é aqui fora, como sempre foi na nossa terra. (p.167)”

- 2- Quando D. Gonçalo da Silveira se ajoelhou no centro da povoação para iniciar as orações, o mambo Ynhamoyo não pôde deixar de evitar um malicioso sorriso. Para o chefe indígena, o missionário, prostrado daquela maneira, finalmente reconhecendo a sua submissão. Quem toca assim a terra é porque se sujeita aos poderes das locais autoridades. (p.259).

Para cada ato do dominador, o dominado percebe uma forma de subjugar-lo aos poderes locais. O chefe indígena percebe como o fato de impingir uma religião nova aos locais acarreta contraditoriamente uma submissão aos chefes locais. Não é possível haver um confronto direto, mas o malicioso sorriso mostra que a dominação nunca é completa nem absoluta, embora sempre violenta.

- 3- Virando-se para o americano, Lázaro Vivo apontou para uma grande árvore junto ao caminho.
- Esta é a árvore.
- A árvore?
- A árvore do esquecimento.

Não havia em toda redondeza um exemplar maior de mulambe. A árvore era conhecida desde há séculos, como “a árvore das voltas”: quem rodasse três vezes em seu redor perdia a memória. Deixaria de saber de onde veio, quem eram seus antepassados. Tudo para ele se tornaria recente, sem raiz, sem amarras. Quem não tem passado não pode ser responsabilizado. O que se perde emamnésia, ganha-se em amnistia. (p.276).

Isto só é possível a partir de uma reflexão sobre o cotidiano dessas sociabilidades que servem como arquivo histórico e presente ao mesmo tempo. Amnésia e amnistia, se complementam, não há esquecimento, há práticas de defesa. Os símbolos locais são criados para fortalecer a resistência, permitindo a preservação da história ao mesmo tempo que exime de culpa os atos dos dominados.

Por outro lado, Graciliano Ramos através do narrador de Vidas secas, conta os fatos de uma família de futuros migrantes do sertão alagoano, nordestino nos anos 30 do século passado. A tradição é mostrada como forma de perpetuar os lugares sociais, a reprodução do trabalhador não pode sofrer mudanças. As atitudes corporais estão ligadas as profissões e precisam ser mantidas. Ao mesmo tempo o narrador apresenta as habilidades de seu protagonista que mistura conhecimento das tarefas – frasco de creolina- com credences populares – se o bicho não estivesse morto voltaria para o curral que a reza era forte.

- 1- Fabiano curou no rastro a bicheira da novilha raposa. Levava no aió um frasco de creolina, e se houvesse achado o animal, teria feito o curativo ordinário. Não o encontrou, mas supôs distinguir as pisadas dele na areia, baixou-se, cruzou dois gravetos no chão e rezou. Se o bicho não estivesse morto, voltaria para o curral, que a oração era forte.(p.17)

A narrativa mostra a sociabilidade dominante e poderosa dos donos da terra e seu aparato policial e religioso que dá sustentação ao poder. Contraditoriamente, não permite que Fabiano mate o soldado amarelo, uma coisinha insignificante, dentro do jogo do poder.

- Medo daquilo? Nunca vira uma pessoa tremer tanto assim. Cachorro. Ele não era dunga na cidade? Não pisava os pés dos matutos, na feira? Não botava gente na cadeia? Sem vergonha, mofino. Guardava a sua força. Vacilou e coçou a testa. Havia muitos bichinhos assim ruins, havia um horror de bichinhos assim fracos e ruins. (p.107).

Graciliano Ramos e Mia Couto nos livros analisados estão discutindo as formas de apagamento das individualidades pelo poder, ou melhor, as formas de construção ideológica de subjetividades pelo poder dominante e o escape possível, mesmo que apenas em termos literário, dessas subjetividades.

A base de possibilidade para se constituir a união dessas narrativas numa mesma formação discursiva dominante, está tanto na memória histórica de países colonizados por Portugal, como no funcionamento lingüístico próprio de uma mesma língua, do que na compreensão do sentido de palavras que surgem tendo como referência realidades específicas.

Narrativas que partem de reflexões sobre realidades diferentes, com uma diversidade de caminhos históricos, mas que possuem marcas essenciais que as unem, pois como dissemos o aspecto que discute as particularidades de sociedades dominantes, que necessitam usurpar a história dos dominadas e conseqüentemente suas línguas nativas, precisam, ao mesmo tempo, construir subjetividades submissas.

Moçambique e Brasil não têm uma história única, mas o poder tem sempre que pretender dominar as subjetividades para se manter enquanto poder. A forma de dominação pode ser diferente, mais violenta, mais ideológica, mas haverá sempre muita violência e, contraditoriamente, também, sempre resistência.

Concluindo reafirmamos a possibilidade de compreensão de uma narrativa ficcional através, evidentemente, do entendimento do funcionamento da língua a qual o autor se expressa, mas também no estabelecimento de relações com a história e a memória discursiva que sustenta a posição do sujeito do discurso, pois há sempre o *outro* nas sociedades e na história, sendo por essas ligações que as filiações históricas podem se organizar em memórias e as relações sociais em redes de significantes (Pêcheux, 1990). A força de determinadas palavras que para muitos críticos literários tornam esses textos regionalistas, não expressam essencialmente apenas um espaço sócio-geográfico, mas sim a possibilidade de emersão do dominado a partir de palavras próprias de seu lugar, que no discurso são apreendidas por todos na força de seu significante.

Esse é o lugar da literatura nas práxis humanas, possibilitar através das obras de valor, isto é, daquelas que chegam a particularidade artística, que discute ao mesmo tempo a sociabilidade do autor e as questões da generidade humana, como as aqui analisadas, a elevação da subjetividade como um todo e individualmente porque fazem com que cada receptor se sinta parte daquela representação humana e se perceba como integrante do gênero humano, possibilidade essencial para que haja o sujeito transformador tanto do ponto de vista discursivo como do ponto de vista da conquista da emancipação humana.

Referências Bibliográficas

- COURTINE, JJ. *Analyse du discours politique*. Paris: Larouse, 1981
- COUTO, Mia. *O outro pé da sereia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006
- FLORÊNCIO, Ana M.G. [ET AL.] *Análise do Discurso: fundamentos & práticas*. Maceió: Edufal, 2009
- LUKÁCS, Georg. *As bases ontológicas fundamentais do pensamento e da atividade humana*. Temas de Ciências Humanas, 4, 1978.
- LUKÁCS, Georg. *O Estético: la peculiaridad de lo estético*. Trad. esp. Barcelona e México: Grijalbo, 1966-67.
- LUKÁCS, Georg. *O Trabalho*. Tradução de Ivo Tonet. Maceió: 1997, mimeo.
- LUKÁCS, Georg. *A Ideologia*. Tradução de Ester Vaismann. João Pessoa, 1989, Mimeo
- MAGALHÃES, Belmira. *As Marcas do corpo contando a História: um estudo sobre a violência doméstica*. Maceió: EDUFAL, 2005.
- MAGALHÃES, Belmira. *Os desejos de sinhá Vitória*. Curitiba, HDLivros, 2001.
- RAMOS, Graciliano. *Vidas secas*. 105. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2008.
- MAGALHÃES, Belmira. *Vidas Secas: os desejos de sinhá Vitória*. Curitiba: Hdlivros, 2001.
- PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 1990.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, Editora da Unicamp, 1997.

“O PORTUGUÊS É UMA DAS MELHORES COISAS QUE OS TUGAS NOS DEIXARAM”: O ESTATUTO DA LÍNGUA PORTUGUESA NOS DISCURSOS DE LIDERANÇAS POLÍTICAS NA LUTA PELA LIBERTAÇÃO DE ANGOLA, MOÇAMBIQUE, GUINÉ BISSAU E CABO VERDE NOS ANOS 70.

Letícia Cao PONSO³³

RESUMO: O presente trabalho pretende analisar comparativamente alguns dos discursos produzidos nos anos 1960/70 pelas três maiores lideranças intelectuais dos movimentos de libertação dos países africanos de língua portuguesa - Amílcar Cabral (Guiné Bissau e Cabo Verde), Agostinho Neto (Angola) e Eduardo Mondlane (Moçambique) - a respeito do estatuto do português, língua de colonização. O objetivo é tentar compreender a mudança discursiva na historicização da língua portuguesa, que passa a língua ex-colonial a partir do acontecimento histórico da independência de tais países. Essa discursividade produzida pelos dirigentes de movimentos de libertação acaba descrevendo e caracterizando certa valorização do português africano, estabelecendo para ele um novo papel, que é reverter em benefícios para os africanos o uso das línguas coloniais europeias.

PALAVRAS-CHAVE: colonização linguística; línguas africanas; português

0. Introdução

Angola, Moçambique e Guiné Bissau são os três maiores países africanos de língua oficial portuguesa (PALOPs), em território e em população. No entanto, embora a língua portuguesa seja a língua oficial, de escolaridade e de administração em todos eles, não é a língua majoritária em nenhum. Atualmente, de acordo com Couto e Embaló (2010, p. 28), o pequeno país da **Guiné-Bissau** abriga cerca de 20 línguas, que coabitam com o crioulo, língua vernacular e nacional, e **o português, língua oficial, conhecido por 13% da população**. Com base no recenseamento feito em 1991, as principais línguas étnicas são: fula (25%), balanta (24%), mandinga (14%), manjaco (9%), papel (9%), brame (4%), beafada (3%), outras (12%). Em **Angola**, o Instituto Nacional de Estatística (INE) indica que **apenas 26% dos angolanos têm o português como língua materna**, que convive com o umbundu (30%), o kimbundu (16%), o kikongo (8%), o tchokwe (6%) e outras mais de 30 línguas (14%). Em **Moçambique**, também de acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE), **o português é língua materna de 10% da população**, e as principais línguas autóctones são: macua (27%), tsonga (12%), sena (9%), lomwe (8%), shona (6%), tswa (6%), chuabo (6%), ronga (4%), além de mais uma dúzia de outras línguas.

Assim, o português dos PALOPs convive com dezenas de línguas autóctones – que por sua vez desmembram-se em dezenas de dialetos – e a característica predominante de seus falantes é a alternância entre uma língua e outra de acordo com domínios específicos. Como é de se imaginar, o forte multilinguismo e a preeminência política do português geram tensões e conflitos que permeiam os diversos referentes simbólicos que mobilizam a vida cotidiana das pessoas. Um deles, a implementação de uma política educacional adequada ao contexto de línguas em contato, ainda é um dos principais problemas de ordem político-social na África de colonização portuguesa. O sistema educativo que vigora até hoje é veiculado em uma língua não-materna para a maioria das crianças, que sofrem grandes perdas por não dominarem a língua oficial do ensino: o português.

A nosso ver, a questão linguística na África reflete e acirra conflitos sociais entre grupos de interesses diferentes e tem a ver com as relações de poder simbólico de determinados usos linguísticos e suas implicações sociais, políticas e econômicas. Conforme Cooper (1997, p. 47), a planificação linguística geralmente responde a objetivos não-linguísticos, como integração nacional, controle político, desenvolvimento econômico, criação de novas elites ou manutenção das existentes, pacificação ou assimilação de grupos minoritários. Nos PALOPs, tal jogo de tensões e interesses dá-se em um cenário de dificuldades para a construção da democracia e da nacionalidade, não apenas pelo legado do tráfico, da escravidão e da colonização e pela

³³ UFF-CAPEs – Instituto de Letras - Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem. Rua Voluntários da Pátria, 389 apto 306, Botafogo - CEP 22270-000. Rio de Janeiro - RJ, Brasil. lecapon@gmail.com

violência das guerras civis, mas também pelos atuais conflitos étnicos, violação dos direitos humanos, falta de investimentos em ciência e tecnologia, governos corruptos, altos índices de analfabetismo, precário sistema de educação, etc.

Um olhar retrospectivo à época das lutas de libertação nacional em tais países identifica o gérmen do estatuto de oficialidade do português nas novas nações independentes. Percebe-se nos discursos dos movimentos pró-independência na década de 70 o reconhecimento da importância dessa língua como fator de unificação nacional, ao passo que ao multilinguismo associavam-se fatores considerados prejudiciais ao desenvolvimento dessas nações. No entanto, como o português não foi nativizado, isto é, não se tornou a língua materna da maioria da população, tampouco as línguas autóctones africanas foram oficializadas (Firmino, 1996, p. 305), o planejamento de sua aquisição em um sistema educacional multilíngue ficou comprometido e não chegou, nas últimas décadas, a um desenvolvimento satisfatório.

A presente comunicação, parte de meu trabalho de pesquisa de tese doutoral, pretende analisar comparativamente alguns dos discursos produzidos nos anos 1970 pelas três maiores lideranças intelectuais dos movimentos de libertação dos países africanos de língua portuguesa - Amílcar Cabral (Cabo Verde), Agostinho Neto (Angola) e Eduardo Mondlane (Moçambique) - a respeito do estatuto do português, língua de colonização.

O objetivo é tentar compreender a mudança discursiva na historicização da língua portuguesa, que passou a língua ex-colonial a partir do acontecimento histórico da independência de tais países. Alguns dos discursos dos principais dirigentes dos movimentos de libertação descrevem e caracterizam certa valorização do português africano, estabelecendo para ele um novo papel, que é reverter em benefícios para os africanos o uso das línguas (ex-)coloniais. Enquanto objeto simbólico, a língua portuguesa atualiza-se em tal momento histórico como língua de revolução, de construção, de unificação nacional. Tal sentido, construído historicamente na época da independência, revela um sentimento otimista de nacionalismo e de “filiação” (Orlandi, 1993) que embasou os discursos políticos do Partido Africano da Independência da Guiné Bissau e Cabo Verde (PAIGC), do Movimento pela Libertação de Angola (MPLA) e da Frente pela Libertação de Moçambique (FRELIMO) e cujos ecos ainda hoje se podem ouvir nas políticas linguísticas e nos discursos oficiais sobre o português e as línguas autóctones de tais países.

Partimos da idéia de que o saber que se constituiu sobre a língua portuguesa nas colônias recém independentes está inscrito nos modos próprios do seu ato de construção (Auroux, 1992), relacionados à formação das novas nações. Além disso, que são inseparáveis os processos de produção de conhecimento sobre a língua e a constituição da própria língua enquanto objeto simbólico e elemento constitutivo de identidade nacional (Orlandi, 2001, 2009; Payer, 2006). Para abordar tal relação, portanto, movemo-nos no âmbito dos estudos da História da Idéias Linguísticas (Auroux, 1992; Pêcheux, 1988 e 1990; Orlandi, 1993, 2001, 2002 e 2009 e Mariani, 2004, 2005 e 2011) a fim de debruçarmos sobre o estatuto e o papel da língua portuguesa no processo de colonização e descolonização linguística das colônias portuguesas na África, bem como sobre o seu contato com as línguas autóctones angolanas, cabo-verdianas e moçambicanas durante as lutas pela libertação dessas nações multilíngues.

O foco principal é refletir sobre como aparecem nos discursos dos dirigentes dos movimentos de libertação as tensões decorrentes de, por um lado, posições pró-unidade, que buscam legitimar a língua portuguesa como língua de unificação do novo Estado-nação, e, por outro, o multilinguismo como uma das características principais dos países africanos descolonizados. Tal análise entende a língua em seu funcionamento sócio-histórico e político, implicado nos sentidos que ela produz em certo tempo e espaço.

1. Colonização e descolonização linguística nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPs)

As guerras pela libertação de Angola, Moçambique, Cabo Verde e Guiné Bissau, empreendidas entre 1961 e 1975, fizeram parte de um levante conjunto de países africanos que nessa mesma época contestaram a ordem colonial

européia e tudo o que ela significava em termos de exploração econômica, opressão, miséria, fome, mutilação, aniquilação cultural, etc. Tal movimento teve sua gênese final do século XIX e início do XX, mas culminou após 1950 em uma busca de autonomia e emancipação político-econômica que se deu em muitos países africanos descontentes com a negligência e os abusos das metrópoles em relação a suas colônias (Lentin, 1977, Koscher, 2005).

Em sucessivas conferências (Bandung, 1955; Cairo, 1955; Gana, 1958; México, 1961, Primeira Declaração de Havana, 1961, Segunda Declaração de Havana, 1962; Cairo, 1966), povos solidários e unidos lutaram contra o inimigo comum: o imperialismo (aqui sob uma ótica comunista). Com o apoio da URSS e de Cuba, avançaram os processos de independência política e descolonização tardia dos países africanos que, na segunda metade do século XX, ainda estavam sob domínio das colônias europeias.

Para Portugal, as guerras coloniais tornaram-se um fardo muito pesado tanto em termos de orçamento (por volta do fim dos anos 1960, elas absorviam cerca da metade do seu orçamento anual), quanto em termos de cobranças da opinião pública, que era desfavorável ao prosseguimento dos conflitos. O custo humano e econômico das guerras não deixou aos portugueses outra alternativa senão acabar com a dominação colonial. Depois da Revolução dos Cravos e da queda de Salazar em Portugal, reconheceu-se o direito das colônias à independência, e, em 8 de setembro de 1974, a metrópole assinava os acordos de Lusaka, que concediam provisoriamente a autonomia interna a Angola e Moçambique, respectivamente dirigidos pelo MPLA e pela FRELIMO.

O conjunto de discursos (políticos, jornalísticos, literários³⁴) que se teceram junto à história no acontecimento dessas independências constitui uma memória localizada num espaço-tempo específico e reflete certos traços identitários e ideológicos relacionados a essa época. A história importa como espaço de produção dos sentidos que constituem a estrutura da língua, ao passo que esta produz historicidade através da materialidade significativa dos seus discursos. Em outras palavras, a relação entre linguagem e história é de constituição mútua. As línguas, sistemas simbólicos (Bourdieu, 1998) intimamente “colados” à historicidade, produzem para um determinado tempo histórico uma interpretação possível e adquirem determinado estatuto conforme o momento em que se inscrevem.

Por isso, não se colocam aqui como objeto de análise apenas o estatuto e o papel das línguas autóctones e das línguas coloniais durante o processo de descolonização, mas também alguns dos discursos que se produziram sobre essas línguas durante a luta pela libertação da metrópole, Portugal.

Durante os primeiros séculos da colonização portuguesa na África, a imposição do português como língua de poder foi imprescindível para que a metrópole colonial mantivesse sua estrutura de dominação através de intermediários, que faziam a máquina administrativa funcionar e eram chamados de “assimilados”:

Para conseguir o estatuto de “assimilado” e obter o direito de cidadão, o africano tinha de atingir os 18 anos de idade; *falar corretamente o português*; possuir uma profissão ou ocupação que lhe garantisse a si e aos seus o mínimo necessário para viver; “comportar-se condignamente”; possuir um determinado nível de formação e cultura; cumprir escrupulosamente o serviço militar. (Fituni, 1985, p. 55, *grifo nosso*)

A escolarização, nos países coloniais, acontecia exclusivamente em português, para uma minoria rigorosamente selecionada, servindo fundamentalmente para formar a restrita camada que ajudaria a exploração estrangeira a se perpetuar. A grande maioria dos africanos desconhecia o português e usava as línguas autóctones para a comunicação. Não apenas na África de colonização portuguesa, mas também nas colônias francesas, inglesas, holandesas, a competência na língua europeia era um passaporte para o prestígio social e para trabalhos melhor remunerados. Logo, as línguas europeias eram vistas favoravelmente, enquanto as línguas africanas eram vistas como inferiores (Obeng e Adegbiya, 1999, p. 356).

³⁴ No caso da Independência de Angola e de Moçambique, o discurso literário esteve muito imbricado ao discurso político. O boom da literatura africana dos países de língua portuguesa coincidiu com os processos de descolonização. Sobre o assunto, conferir Chaves, 1999 e 200, Macêdo, 2008 e Padilha, 1995. Sobre o discurso jornalístico, conferir Bittencourt, 1999.

A respeito das línguas europeias coloniais, permita-se abrir um parêntese. Historicamente, as línguas de colonização transplantadas para os territórios colonizados fazem parte de um conjunto linguístico de línguas europeias que desde o séc. XV foram sistematizadas, ou seja, “instrumentadas” na base de duas tecnologias basilares para o nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário (Auroux, 1992, p. 65). Para Auroux, a revolução tecnológica da gramaticalização reduziu a variação das descontinuidades dialetais e “mudou a ecologia da comunicação e o patrimônio linguístico da humanidade” (op. cit., p. 69-70).

Com a gramaticalização – logo a escrita, depois a imprensa – e em grande parte graças a ela, constituíram-se *espaços/tempos de comunicação* cujas dimensões e homogeneidade são sem medida comum com o que pode existir em uma sociedade oral, isto é, numa sociedade sem gramática. Isto não vale somente para as grandes línguas europeias, mas também para todas as línguas do mundo em que os instrumentos gramaticais europeus serão impostos aos locutores indígenas [...]. (Op. cit, p. 70)

Em outras palavras, ao estatuto de oficialidade das línguas coloniais é acrescido um peso simbólico que se construiu historicamente, desde que a formalização das línguas nacionais na Europa acompanhou a constituição dos Estados Nacionais. Tal prestígio é também explicado pelo que René Balibar (1985) chama de “aparelho de línguas” - aparelhos ideológicos que funcionam socialmente, institucionalizam, dão legitimação aos sentidos e os normatizam. Segundo a autora, a partir do momento em que uma língua é escrita, gramaticalizada, sistematizada e pode ser ensinada, torna-se objeto simbólico do Estado-nação (mesmo que a cultura oral seja tão importante, como no caso africano). A consolidação das línguas nacionais lhes confere o poder da unificação.

Por outro lado, em relação às línguas africanas, o processo foi o inverso. Lembremos com Orlandi (2009) que a configuração peculiar do contato entre a língua de superestrato e as línguas de substrato, e as diferentes discursividades produzidas em torno delas, tornam diferenciados os processos de colonização e descolonização em cada um dos países de língua oficial portuguesa. No caso dos PALOPs, a política assimiladora do regime colonial impôs medidas oficiais contra as línguas indígenas desde os primeiros anos de colonização. Tem-se como exemplo a publicação do decreto nº 77 (estampado no então Boletim Oficial de Angola, nº50, 1ª série) de 9 de dezembro de 1921, que indicava a proibição de se falar as línguas africanas de Angola. O referido decreto foi emitido pela mais alta autoridade colonial da época, o governador-geral, general Norton de Matos:

Artigo 1º (ponto 3): É *obrigatório*, em qualquer missão, o ensino da língua portuguesa;

(ponto 4): É *vedado* o ensino de qualquer língua estrangeira;

Artigo 2º: Não é *permitido* ensinar, nas escolas de missões, línguas indígenas;

Artigo 3º : O uso de língua indígena só é *permitido* em linguagem falada na catequese e, como auxiliar, no período do ensino elementar de língua portuguesa;

§ 1º: É *vedado*, na catequese das missões, nas escolas e em quaisquer relações com os indígenas, o emprego das línguas indígenas, por escrito ou faladas, ou de outras línguas que não sejam a portuguesa, por meio de folhetos, jornais, folhas avulsas e quaisquer manuscritos;

§ 2º: Os livros de ensino religioso não são permitidos noutra língua que não seja o português, podendo ser acompanhado o texto de uma versão paralela, em língua indígena;

§ 3º: O emprego da língua falada, a que se refere o corpo deste artigo, e o da versão em língua indígena, nos termos do parágrafo anterior, só são permitidos transitória e enquanto se não generalize, entre os indígenas, o conhecimento da língua portuguesa, *cabendo aos missionários substituir, sucessivamente e o mais possível, em todas as relações com os indígenas e na catequese, as línguas indígenas pela portuguesa.* (BARBOSA, 1986, p. 139 grifos nossos)

O uso de verbos como *obrigar*, *vedar*, *permitir*, *proibir* aplicados à atividade da fala demonstra tanto a violência simbólica da coibição, - como a falta de reconhecimento da alteridade; em outras palavras, os angolanos não tinham

direito à língua³⁵. Tratava-se de um estado multiétnico e multilíngue que o governo pretendia unificar, pela força e pela coerção, em torno de uma única língua.

Entretanto, o português não se tornou a língua majoritária em Angola (e não o é até hoje nos PALOPs), apesar de ser a língua de comunicação corrente entre a diminuta classe dos administradores que impunham os valores culturais “civilizados e civilizadores” do imperialismo europeu, num processo que Bethania Mariani chama de colonização linguística:

Colonização linguística resulta de um processo histórico de encontro entre pelo menos dois imaginários linguísticos constitutivos de povos culturalmente distintos – línguas com memórias, histórias e políticas de sentidos desiguais – em condições de produção tais que uma dessas línguas, chamada de língua colonizadora, visa impor-se sobre a(s) outra(s), colonizadas. (2004, p. 28).

A autora destaca como um ponto importante nesse processo o fato de haver, de um lado, o encontro dessa língua com outras, e, de outro, um paulatino “desencontro” dessa língua com ela mesma; ou seja, “a partir dos novos sentidos construídos nas situações enunciativas oriundas dos contatos linguísticos é que surgirão uma língua e um sujeito nacionais” (Mariani, 2004, p. 28). Isso significa, em última análise, que o português brasileiro, o português moçambicano, o português angolano, etc. são singularizados de acordo com as contingências históricas de cada colonização linguística e com as línguas de substrato e adstrato que lhes dão características de especificidade.

Já no final do século XIX e início do século XX, entretanto, foi essa mesma língua portuguesa que proporcionou a veiculação de ideias de emancipação em certos setores das sociedades angolana, moçambicana e guineense, os quais passaram a vislumbrar a libertação desses países da dominação de Portugal. Alguns líderes originários da elite (dentre os quais uma minoria de formação escolar baseada no tipo europeu) transformaram-se em porta-vozes desses anseios populares, e vagarosamente, do final do séc. XIX em diante, a língua portuguesa passou a ceder um espaço a demandas que durante o longo processo de colonização estiveram silenciadas ou abafadas pelo jugo colonial.

Quando se deflagraram as guerras de libertação nacional, a língua portuguesa ganhou um outro papel: facilitar o contato entre guerrilheiros de diferentes origens étnicas. Os africanos, assim, usaram o português como uma arma de combate contra o inimigo, utilizando-se da língua trazida e imposta por ele. Pela luta armada, buscava-se uma ruptura política com a metrópole, e essa ruptura também se pretendia através da língua, seja ela o português ressignificado, sejam as línguas autóctones, agora valorizadas como patrimônio.

Nessa época, a literatura dos PALOPs começava a trazer à tona um português enriquecido pelas línguas nacionais, um português mesclado às manifestações de sua tradição cultural, através da voz dos personagens que retratavam a vida das camadas populares, os sonhos de liberdade dos guerrilheiros, as frustrações dos ideais e das utopias, a luta dos intelectuais por, libertos da metrópole, tornarem-se sujeitos da sua própria história. Assim, o surgimento de uma literatura e de uma expressão cultural nacionais representava a construção não apenas de um novo país, mas também de um homem novo.

Em 10 de dezembro de 1975, um mês após a independência de Angola, é fundada a União dos Escritores Angolanos, encabeçada por Agostinho Neto, com a intenção de levar os escritores angolanos a participarem coletiva e ativamente do processo revolucionário³⁶ e viabilizar a publicação de inúmeras obras escritas durante o regime colonial. De 1976 a 1979, a UEA editou cinquenta e dois livros, onze livros de bolso, e vinte quatro cadernos, totalizando 798.040 exemplares (Santos, 2007, p. 41).

A ação política passa então a uma elaboração estratégica de desenvolvimento da cultura e da educação na nova

³⁵ ... enquanto no Brasil algumas línguas indígenas, como o Tupinambá, foram estudadas e gramaticalizadas pelos missionários jesuítas. Sobre as diferenças da colonização linguística portuguesa no Brasil e na África (Moçambique), conferir Mariani, 2011.

³⁶ Nessa época, a indústria tipográfica era pouco desenvolvida, e muitos estrangeiros, especialistas na área, abandonaram o país; portanto, uma parte significativa das obras dos escritores angolanos teve de ser publicada no exterior.

Estado-nação. Por isso, no 1º Congresso do MPLA- Partido do Trabalho, realizado em Luanda em 1977, congresso em que o Movimento de Libertação passa a Partido, criando uma “nova cultura socialista” em ajuste com os ideais de revolução, propõe-se uma série de medidas no domínio da cultura: fundação de escolas de arte; incentivo ao estudo das línguas nacionais; criação e fomento da arte cinematográfica; desenvolvimento da música e da coreografia; apoio a escritores, atores, artistas, cineastas, etc.

Não é por acaso que todos os escritores de Angola estão no MPLA. Estão ou estiveram, estiveram aqueles que já não existem, que desapareceram; aqueles que estão vivos estão dentro do MPLA. Esse fato é significativo porque a *literatura em Angola, e podemos estender um pouco mais dizendo a arte em Angola, esteve sempre ao serviço da Revolução*. (NETO, 1980, p. 13-14, grifos nossos)

Portanto, o estatuto da língua portuguesa foi paulatina e inextricavelmente enraizado no papel que a língua do colonizador assumia diante da língua do colonizado durante os anos da colonização, mas também depois que as novas nações obtiveram a independência. Na base dessa concepção, está a idéia de que uma língua ocidental, europeia, comum a todos os cidadãos, facilitaria não só a unidade nacional, como o desenvolvimento da ciência, a modernização, a inserção na política e no mercado internacionais. É o que defendia, em 1974, Amílcar Cabral em discurso no qual se percebe, na disputa do espaço simbólico entre as línguas africanas e a língua portuguesa, a defesa desta última:

Há muita coisa que não podemos dizer na nossa língua, mas há pessoas que querem que ponhamos de lado a língua portuguesa, porque nós somos africanos e não queremos a língua de estrangeiros. Esses querem é avançar a sua cabeça, não é o seu povo que querem fazer avançar. Nós, Partido, se queremos levar para a frente o nosso povo, durante muito tempo ainda, para escrevermos, para avançarmos na ciência, a nossa língua tem que ser o português. E isso é uma honra. [...] Para nós tanto faz usar o português, como o russo, como o francês, como o inglês, desde que nos sirva, como tanto faz usar tratores dos russos, dos ingleses, dos americanos, etc., desde que tomando a nossa independência nos sirva para lavrar a terra. (CABRAL, 1976, p. 100)

Nota-se no discurso de Cabral uma visão utilitarista da língua. Ela seria um instrumento que traria benefícios para os africanos, uma vez que era veículo do conhecimento de uma sociedade “mais avançada”.

2. Os discursos dos líderes dos movimentos de libertação sobre o estatuto do português e das línguas autóctones de Angola, Moçambique e Guiné Bissau

Apresentam-se a seguir alguns discursos, especificamente de líderes dos movimentos de libertação de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau nos anos de luta pela independência da metrópole portuguesa. Interessa observar, nos discursos de tal projeto político das novas nações, o *locus discursivo*, o lugar de onde se fala, e de que maneira esse lugar constrói uma discursividade “datada”: em que medida os discursos sobre a língua são penetrados e penetram a história, produzindo um saber sobre a língua e seu papel. Assim, a partir do acontecimento histórico da libertação nacional, o estatuto que se confere à língua portuguesa e às línguas autóctones, no contexto da descolonização e consequente nacionalização de tais países, inaugura um discurso fundador sobre sua situação sociolinguística.

Temos que ter um sentido real da nossa cultura. O português (língua) é uma das melhores coisas que os tugas³⁷ nos deixaram, porque a língua não é prova de mais nada, senão um instrumento para os homens se relacionarem uns com os outros; é um instrumento, um meio para falar, para exprimir as realidades da vida e do mundo. [...] É a única coisa que podemos agradecer ao tuga, ao fato de ele nos ter deixado a sua língua, depois de ter roubado tanto da nossa terra. (Cabral, 1976, p. 101)

O português trazido pelo colonizador ganha, nesse momento histórico, um outro estatuto, conforme atesta essa

37 portugueses.

famosa declaração de Amílcar Cabral, líder do Partido Africano de Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC). A declaração do guineense Cabral, um dos grandes ideólogos da luta de libertação dos povos africanos, interpreta como positivo o contato linguístico da língua de colonização com as línguas autóctones, defendendo o uso do português (a única coisa a agradecer) como um instrumento, útil no domínio da ciência e da tecnologia, por exemplo. O fato de “o tuga ter deixado a sua língua depois de ter roubado tanto a nossa terra” pressupõe uma ideia de troca, de reciprocidade, em meio a um contexto de total assimetria e exploração.

Também a FRELIMO toma a resolução de que, entre tantas línguas faladas em Moçambique, o português seria aquela falada pelos combatentes, sob o pretexto de ser uma língua “neutra” para servir aos objetivos da luta e também combater o tribalismo (Liphola, 1998 *apud* Namburete, 2006, p. 67). “Não há, portanto, antagonismo entre a existência de um número de grupos étnicos e a Unidade Nacional. Nós lutamos juntos; juntos reconstruímos o nosso país, criando uma nova realidade, um novo Moçambique, unido e livre.” (Mondlane, *apud* Muiuane, 2006)

A língua portuguesa é o meio de comunicação entre todos os moçambicanos que permite quebrar as barreiras criadas pelas línguas maternas. Através dela, a ideologia do partido FRELIMO, que encarna os interesses das massas trabalhadoras e exprime seus valores revolucionários, é difundida e estudada para ser aplicada, orientando nosso povo na luta pela criação de uma sociedade mais justa, próspera e feliz, a sociedade socialista. A língua portuguesa é também a língua veicular do conhecimento científico e técnico. (...) É ainda utilizando a língua portuguesa que nos comunicamos com os outros povos do mundo. (discurso da Ministra da Educação e Cultura, 1975, *apud* FIRMINO, 1996)

Mas tal escolha pelo português como língua oficial não se deu tão pacificamente, sem resistências de certos grupos dentro dos movimentos de libertação, como revela a declaração de Agostinho Neto:

Felizmente já se criou entre os intelectuais angolanos *hesitação e dúvida* sobre se a cultura portuguesa que serviu algumas camadas angolanas desligadas do seu povo é ou não aquela que deveria ser apresentada como a emanção cultural do povo angolano. Essa dúvida levar-nos-á à afirmação. Evidentemente, a cultura não pode inscrever-se no chauvinismo, nem pretender evitar o dinamismo da vida. (...) E no contexto angolano, a expressão cultural resulta, senão de cópia, - por enquanto -, pelo menos do resultado de uma aculturação secular, pretendendo refletir a evolução material do povo, que de independente tornou-se submisso e completamente independente para voltar a ser independente em novas condições. (Neto, 1980, p. 41-42)

Encontramos na base ideológica dos movimentos de libertação algumas razões para a defesa da oficialidade do português. Em primeiro lugar, eles idealizavam a questão da “unidade nacional”. Baseados nas teses do socialismo científico marxista-leninista, reivindicavam a eliminação do imperialismo e do colonialismo, bem como a supressão de relações de dependência e subordinação com outros países. Segundo Mazrui & Wondji, “o socialismo não consistia senão em um apêndice da plataforma nacionalista” (2010, p. 190). Os representantes dos movimentos de libertação nacional teriam sido levados a “incorporar slogans socialistas no curso da luta empreendida” para obter e afirmar a independência política e atingir os objetivos nacionais e de reconstrução do país (Op. cit., p. 190).

Tal nacionalismo e necessidade de unificação pressupunham que angolanos, guineenses e moçambicanos das mais diferentes etnias pudessem comunicar-se em uma língua comum. Por isso, a questão linguística e educacional em torno da língua portuguesa, além do fomento a uma literatura nacional de auto-representação estiveram no cerne do projeto dos novos Estados-nação.

Mas muitos camaradas, com sentido oportunista, querem ir para a frente com o crioulo. Nós vamos fazer isso, mas depois de estudarmos bem. Agora a nossa língua para escrever é o português. Por isso é que tudo vale a pena falar-se aqui tanto o português como o crioulo. Não somos mais filhos da nossa terra se falarmos crioulo, isso não é verdade. Mais filho da nossa terra é aquele que cumpre as leis do Partido, as ordens do

Partido, para servir bem o nosso povo. (Cabral, 1976, p. 101)

Para o Partido, era conveniente que a língua portuguesa fosse o alicerce da nova nação edificada. Também em Angola, o tema da unidade nacional aparece em muitos momentos como objetivo geral do MLPA, como se pode ver em um dos objetivos gerais do seu “Programa e Estatutos”:

- Contribuir para o reforço da unidade de todo o povo angolano, de Cabinda ao Cunene, como garantia fundamental da Unidade Nacional (Estatutos do MLPA)

Mais adiante, configuram entre os diversos “deveres do militante do MLPA”:

- Ser um lutador intransigente contra os preconceitos tribais, raciais e regionais, as práticas obscurantistas e de corrupção (Estatutos do MLPA)

Agostinho Neto, em conferência na Tanzânia em fevereiro de 1974, antes da independência, denuncia o neocolonialismo como uma forma mais sutil de dominação,

em que o sujeito da exploração não se identifica mais com a designação de colonizador, mas que, em diferentes níveis, atua da mesma maneira. No entanto, as formas de submissão interna, *causadas pelo fracionamento em pequenas congregações étnicas ou linguísticas*, pelo desenvolvimento de classes privilegiadas e dotadas de um dinamismo próprio, não deixam de ser também formas de opressão ligadas às formas visíveis e conhecidas como colonialismo, antigo ou novo, ou racismo. Elas *aliam-se facilmente ao imperialismo* e facilitam sua penetração e influência (Neto, p. 11 grifos nossos)

Nota-se a relação de causalidade entre o tribalismo e as brechas para a exploração neocolonial. O líder associa a submissão ao imperialismo às contradições que este pode encontrar na sociedade dominada, que por sua vez são oportunizadas por facções étnicas, tribais, raciais. Então a diversidade, o múltiplo, aqui é visto como negativo, como uma fragilidade, como a propiciar o caminho para a segregação, como a desfavorecer o progresso social. Por isso, a unidade linguística em torno da língua portuguesa (a idéia nacionalista de “um estado, uma língua”, que remonta à formação das nações europeias no séc. XIX) era encarada como um fortalecimento da nova nação.

Também em Moçambique, Eduardo Mondlane defende essa união:

É nesse sentido que o militante da FRELIMO deve repudiar o tribalismo e fortalecer o seu espírito unitário. Estamos certos que se o colonialismo não tivesse imposto a separação geográfica forçada, o processo natural de assimilação social e cultural que estava tomando lugar em toda a África Austral teria resultado na fusão de diferentes grupos étnicos em um só grupo. (Mondlane, apud Muiuane, 2006, p. 151.)

O tribalismo e o regionalismo impedem assumir a grandeza do nosso país e da luta, não permitem compreender a complexidade da nossa Pátria e, sobretudo, dispersam as nossas forças. (Mondlane, apud Muiuane, 2006, p. 309.)

Em segundo lugar, à língua portuguesa atribuíam-se os papéis de língua da ciência, da tecnologia, da literatura, da administração, da escolarização, etc. O discurso que legitima essa língua “é um discurso que se impõe pela força e pela escrita, ou melhor, impõe-se com a força institucionalizadora de uma língua escrita (muitas vezes já gramatizada) trazendo consigo uma memória do colonizador sobre sua própria história e sobre sua própria língua” (Mariani, 2007, p. 87)

Por exemplo, nós dizemos assim: a Lua é um satélite natural da Terra. Satélite natural, digam isso em balanta, digam em mancanha. É preciso falar muito para o dizer, é possível dizê-lo, mas é preciso falar muito, até

fazer compreender que um satélite é uma coisa que gira à volta de outra. Enquanto que em português basta uma palavra. Falando assim, qualquer povo no mundo entende. E a matemática, nós queremos aprender matemática, não é assim? Por exemplo: raiz quadrada de 36. Como é que se diz raiz quadrada em balanta? (Cabral, 1976, p. 100)

No entanto, essa língua de colonização não era a língua da maior parte da população, pouco ou nada escolarizada. Era a língua de uma restrita classe de funcionários do governo colonial, de assimilados, de líderes originários da elite. Era o português institucionalizado, sistematizado em gramáticas e dicionários, com um rígido sistema de ensino formal, o português que organiza e veicula o próprio aparelho de Estado, consoante tantas outras línguas coloniais na África a ele interligadas e detentoras do mesmo poder (*aparelho de línguas*, conforme Balibar, 1985).

Na visão dos dirigentes dos partidos que assumiram o governo (PAIGC, MPLA e FRELIMO), era conveniente que o português passasse a representar a língua de unidade nacional. Porém, tal item programático não foi respaldado pelas práticas e necessidades linguísticas da maioria da população, nem procurou responder se tal medida representaria um benefício que respondesse a uma demanda geral ou a um sentimento identitário dos falantes, já que o português não era a língua materna da grande maioria (Mariani, 2011).

À data da independência 90% da população angolana não sabia ler nem escrever (Fituni, 1985, p. 87), e uma das principais dificuldades no longo processo de desenvolvimento da nação pós-colonial foi o analfabetismo massivo. Na Guiné Bissau, uma trágica estatística aponta para 99% de analfabetos no momento da independência (Couto e Embaló, 2010, p. 16). Além disso, as camadas sociais oriundas do campo permaneceram marginalizadas e afastadas da maioria dos partidos nacionalistas (Fanon, 1968, p. 46). Em geral, o camponês que vivia distante dos centros urbanos, na periferia do universo cultural colonial, é quem mantém o vínculo com a cultura autóctone. Para Fanon, é no campo que se conserva o foco da resistência cultural (e poder-se-ia dizer também linguística).

A preocupação dos dirigentes com a educação, com a língua, com a cultura nacional presente nos discursos políticos dessa época constroem os sentidos que pretendem institucionalizar um novo Estado-nação. Os discursos fundadores merecem atenção, porque funcionam como referência básica no imaginário constitutivo do país, conforme aponta Eni Orlandi no livro “Discurso Fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional”. Para Orlandi, o que caracteriza o discurso fundador é

que ele cria uma nova tradição de sentidos, ele re-significa o que veio antes e institui aí uma memória outra. (...) Cria tradição de sentidos projetando-se para frente e para trás, trazendo o novo para o efeito do permanente. Instala-se irrevogavelmente. É talvez esse efeito que o identifica como fundador: a eficácia em produzir o efeito do novo que se arraiga no entanto na memória permanente (sem limite) (1993, p. 13).

E mais adiante:

É discurso fundador o que instala a formação de outros, filiando-se à sua própria possibilidade, instituindo em seu conjunto um complexo de formações discursivas, uma região de sentidos, um sitio de significância que configura um processo de identificação para uma raça, uma cultura, uma nacionalidade (Op. cit, p. 24).

Em princípio, o discurso fundador da Angola pós-colonial (e também Moçambique e Guiné Bissau) considera a premência do português como meio de integração dos cidadãos no sistema nacional e como facilitador do desenvolvimento das instituições políticas e sociais.

Para além disso, porém, apenas o português parece não dar conta da complexa realidade sociolinguística angolana, moçambicana e guineense; por isso, os movimentos admitem a necessidade de se elaborarem programas educativos considerando as línguas africanas como bases, como se pode ver abaixo:

O uso exclusivo da língua portuguesa, como língua oficial, veicular e utilizável atualmente na nossa literatura, não resolve os nossos problemas. E tanto no ensino primário como provavelmente no médio, será preciso utilizar as nossas línguas. E dada a sua diversidade no País, mais tarde ou mais cedo, deveremos tender para a aglutinação de alguns dialetos a fim de facilitar o contacto. Todo o desenvolvimento do problema linguístico, naturalmente, dependerá também da extinção das barreiras regionais, da consolidação da unidade nacional, da extinção dos complexos e taras herdadas do colonialismo e do desenvolvimento econômico". (Neto, 1980, p. 32-33)

Percebem-se, assim, inscritas nos discursos dos movimentos de libertação, por um lado, a importância da educação para a construção das novas nações e, por outro lado, a pressuposição de que a "unidade nacional", requisito para a ascensão da nação como um todo, deveria eliminar regionalismos. Não sem certo esforço para evitar contradições e colocar em antagonismo a ideia da unidade nacional e da pluralidade étnica e cultural, constroem-se paralelamente o discurso em torno da importância da língua portuguesa e o discurso em defesa das línguas autóctones. Estas, associadas ao tribalismo, a rivalidades históricas e a diferenças de valores entre os grupos étnicos, representavam um pluralismo cultural que ameaçava de certa forma o Estado, por serem um obstáculo à unidade política do Estado-nação.

Não podemos, não devemos travar guerra entre nós. É preciso preservar a unidade nacional. Nós somos um Povo que desde há séculos tem uma maioria de pretos, mas também milhares de mestiços e brancos. O que importa é neutralizar qualquer pretensão de grupos raciais que desejam manter uma supremacia econômica ou social no País. (Agostinho Neto. 23 de maio de 1976. Discurso no encerramento do 1º curso de ativistas do MPLA) ³⁸

O aparato burocrático da política pós-independência desencorajava o uso das línguas nacionais, não apenas nos setores oficiais do Estado, mas também na atitude governamental de não promoção das línguas autóctones fora do âmbito regional ou doméstico, ou da alfabetização bilíngue às crianças, sob a escusa de que o português seria a língua de união entre falantes com línguas ininteligíveis.

De certa forma, o plurilinguismo em âmbitos secundários do uso linguístico favoreceu o monolinguismo nos âmbitos primários, mas isso ocorreu paralelamente a uma mudança no estatuto do português, não mais com a conotação colonial e escravizadora, mas como língua legítima de reconstrução da identidade nacional. Portanto, os dirigentes dos Estados pós-coloniais viam a promoção das línguas autóctones com extrema prudência, tanto para não se oporem às antigas potências coloniais e aos quadros nacionais aculturados, quanto para se comprometerem com a unidade nacional, ameaçada por divisões étnicas baseadas no tribalismo.

Por todas estas razões, não se reconheceu às línguas africanas senão um limitado estatuto geográfico social e cultural: o campo, os adultos e a tradição oral. Porém, o desafio era relevante: tratava-se, nem mais nem menos, do acesso das populações africanas tanto à educação e à cultura quanto ao seu exercício (Mazrui e Wondji, 2010, p. 641)

Coloca-se aqui uma das questões fundamentais da história ideológica africana: o debate entre coletivismo e individualismo; entre pluralismo e nacionalismo, no que concerne à etnicidade e minorias linguísticas e culturais (Mazrui e Wondji, 2010, p. 597). Alguns estudiosos, como Fishman (1972, apud Firmino, 2002, p. 71), Geertz (1973, id., ibid) e Calvet (2005), conceituam o dilema da escolha entre uma língua autóctone e uma língua ex-colonial como resultado de dois objetivos que os países em desenvolvimento perseguem: a) o estabelecimento de um quadro comunicacional que possa estar à altura do caminho para a modernidade e b) o desejo de preservar as tradições locais. Reforçam o primeiro objetivo o bom funcionamento das instituições sociais, a integração dos diferentes grupos étnicos e as relações do país pós-colonial no cenário econômico internacional. Por outro lado, as línguas (ex-)coloniais são acessíveis apenas a uma pequena parte da sociedade. (Firmino, 2002, p. 71-72)

³⁸ Disponível em <http://patriciaguinevere.blogspot.com/2008/06/discursos-politicos-iii-agostinho-neto.html>. Acesso em 19.01.2011.

Essas aparentes contradições estão costuradas ao seu momento histórico, como alguns dos sentidos possíveis para o estatuto que a língua portuguesa adquire em tal momento e, circunstanciados por tal historicidade, passam a significar o sentido literal, ou predominante. Orlandi afirma a respeito dos sentidos como produto da história:

Não há um centro, que é o sentido literal, e suas margens, que são os efeitos de sentido. Só há margens. Por definição, todos os sentidos são possíveis e, em certas condições de produção, há a *dominância* de um deles. O que existe, então, é um sentido dominante que se institucionaliza como produto da história: o *literal*. No processo que é a interlocução, entretanto, os sentidos se recolocam a cada momento, de forma múltipla e fragmentária (1983, p. 132-133).

Até o acontecimento da independência, o estatuto do português nos PALOPs era o de língua de colonização e de dominação. As marcas com que se construiu esse estatuto de dominância, de legitimidade, de prestígio - e ao mesmo tempo de opressão - constroem lugares na memória linguística na população.

Depois da independência (durante todo o processo, cujo germen na verdade situa-se em finais do séc. XIX), uma outra memória pode ser instituída a respeito da língua portuguesa. O que se vê aqui é a construção de uma realidade discursiva que não havia em um momento anterior, produzindo uma nova historicidade e um imaginário em que se exige um novo valor para essa língua. O português passa a ser dois, o do colonizador e o do revolucionário. A mesma língua – que não é a mesma – ocupa o mesmo espaço, num processo que aparentemente seria contraditório e disjuntivo, mas que constrói discursividades paralelas. Ambos os sentidos são possíveis nas margens do sentido literal, e neste momento da história colocaram-se de forma conjunta, embora disjuntiva.

Em vez de uma substituição do valor simbólico da língua, há o acréscimo de um outro sentido para a língua de colonização, que, segundo Orlandi, não é simplesmente transportada, mas constituída de acordo com sua historicidade, que é outra. Mariani analisa tal processo em Moçambique no período pré-revolucionário³⁹:

Dois sentidos para língua portuguesa entram em circulação: de um lado, mantém-se a memória língua do colonizador como língua da opressão; de outro, o acontecimento (futuro) da revolução aponta para uma língua portuguesa como língua da revolução, que não se realiza sem as demais línguas da terra. Assim, o acontecimento da colonização linguística portuguesa, enquanto memória-e-esquecimento, não perde seu vigor, mas é absorvido e ressignificado pela elite e pelos revolucionários, provocando uma virada nos modos da língua portuguesa, como objeto simbólico, fazer sentido. (Mariani, 2011, *no prelo*)

3. Considerações Finais

O status de que goza certa língua ou certa variedade linguística pode implicar a legitimação de certos discursos e o silenciamento de outros, proferidos em outras línguas, em outras variedades - não autorizadas, não hegemônicas, não normativas, não letradas. Lembrar que o político não pode ser dissociado do linguístico nos leva a considerar que os discursos que produziram os sentidos da língua portuguesa como elemento simbólico da unidade nacional, do progresso das novas nações, das relações internacionais, da edificação, etc. durante as lutas de libertação nacional dos PALOPs, constituíram de certa forma essa mesma língua, e, por que não dizer, essas nações. No entanto, também levaram ao apagamento e ao silenciamento de toda uma fonia bantu com a qual ela estava em contato, sem que, no entanto, fossem silenciadas as dezenas de línguas bantu da África subsaariana e seus milhões de falantes.

Na história dos PALOPs, o 'acontecimento' do discurso que acompanha a luta pelas independências nacionais (no qual o linguístico se tece ao histórico) é relevante na medida em que o re-significar do papel da língua instaura uma série de práticas linguísticas também embasadas nessa ideologia. Há a instauração de novos sentidos e a criação de uma nova

³⁹ Angola e Moçambique obtiveram a independência no mesmo ano, pelo mesmo processo de luta armada e com apoio de países socialistas.

memória histórica irrevogável para a comunidade de falantes.

O sistema da língua é, de fato, o mesmo para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário, para aquele que dispõe de um conhecimento dado e para aquele que não dispõe desse conhecimento. Entretanto, não se pode concluir, a partir disso, que esses diversos personagens tenham o mesmo discurso: a língua se apresenta, assim, como a base comum de processos discursivos diferenciados. (Pêcheux, 1988, p. 91)

Percebe-se que não são excludentes as funções linguísticas socialmente assumidas pelos falantes, tampouco as discursividades que se produzem sobre elas, ainda que aparentemente contraditórias. Assim, os interesses em jogo à época pós-revolucionária opunham um sonho socialista de nação unificada à pluralidade etnolinguística que os governos atuais buscam salvaguardar com muitos esforços.

De qualquer forma, a constituição heterogênea da cultura linguística característica dos PALOPs, multilíngüe, de transmissão oral, de resistência e preservação da identidade e dos valores autóctones foi colocada à margem dos discursos dos movimentos de libertação, que viram nela uma ameaça. A língua portuguesa, assim, foi-se constituindo entre os discursos hegemônicos e autorizados que costumam cercar as línguas de colonização. Infelizmente, a oficialização do português como a língua ex-colonial não foi acompanhada por medidas que permitissem o seu domínio pela maioria dos cidadãos.

Referências Bibliográficas

- Auroux, Sylvain. *A revolução tecnológica da gamaticalização*. Trad: Eni Orlandi. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.
- Balibar, R. *L'Institution du français; essai sur le clinguisme des Carolingiens à la République*. Paris: Presses Universitaires de France, 1985.
- Bittencourt, Marcelo. *Dos Jornais às Armas. Trajectórias da Contestação Angolana*. Lisboa: Vega Editora, 1999.
- Boudieu, Pierre. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Ed. da USP, 1998.
- Cabral, Amílcar. *Apontamentos sobre a poesia caboverdiana*. Vozes: Petrópolis, 1976.
- Cabral, Amílcar. "A cultura nacional" In: *A arma da teoria: unidade e luta*. Vol. I. Coordenação de Carlos Comitini. Rio de Janeiro: Codecri, 1980 (Coleção Terceiro Mundo; v.n.41).
- Calvet, Jean-Louis. "Globalización, lenguas y políticas linguísticas" In: *Synergie*. Santiago, 2005. Site: <http://perso.wanadoo.fr/Louis-Jean.Calvet/> Acesso em: 06 janeiro de 2008.
- Chaves, Rita. *A formação do romance angolano: entre intenções e gestos*. São Paulo, Via Atlântica, 1999.
- Cooper, Robert L. *Planificación Lingüística Y Cambio Social*. Cambridge: CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS, 1997.
- Couto, Hildo Honório do e EMBALÓ, Filomena. *Literatura, Língua e Cultura na Guiné-Bissau, um país da CPLP*. PAPIA - Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares, Número 20, 2010.
- _____. *Angola e Moçambique: experiência colonial e territórios literários*. São Paulo: Ateliê, 2005.

Fanon, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. pp. 197-207.

Firmino, Gregorio. *A questão linguística na África pós-colonial: o caso do português e das línguas autóctones em Moçambique*. Maputo: Promedia, 1996.

Fituni, L. L. *Angola: natureza, população, economia*. Moscou: Edições Progresso, 1985.

Kocher, Bernardo. "De Bandung a Bagdá. Cinquenta Anos de Economia Política do Terceiro Mundo". In: *X Encontro Nacional de Economia Política, 2005*, Campinas. Anais do X Encontro Nacional de Economia Política, 2005.

Lentin, Albert-Paul. "De Bandung a Havana" In: SANTIAGO, Théo (org.). *Descolonização*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

Macêdo, Tania. *Luanda, cidade e literatura*. São Paulo: Editora Unesp; Luanda (Angola): Nzila, 2008 (240 p.).

Mariani, Bethania. *Colonização linguística*. Campinas, Pontes, 2004

_____. "Da colonização linguística portuguesa à economia neoliberal: nações plurilíngües". In *Gragoatá*, número 2005.

_____. "Quando as línguas eram corpos — sobre a colonização linguística na África e no Brasil". In: ORLANDI, Eni (org.) *Política Linguística no Brasil*. Campinas: Pontes, 2007

_____. "Língua, colonização e revolução: discurso político sobre as línguas em Moçambique", 2011, *no prelo*.

Mazrui, Ali A. & Wondji, Christophe. *História geral da África, VIII: África desde 1935*. Brasília : UNESCO, 2010.

Muiuane, Armando Pedro. *Datas e documentos de história da FRELIMO : de 1960 a 1975 - ano da independência de Moçambique*. Maputo : CIEDIMA, SARL, 2006.

Neto, Agostinho. *Sobre a Libertação Nacional*. Cadernos Lavra e Oficina. Luanda, UEA, 1977.

_____. *Ainda o meu sonho*. Luanda: União dos Escritores Angolanos ; Edições 70, 1980. - 84 p.

Obeng, Samuel Gyasi & Efurosibina Adegbiya. "Sub-saharian Africa". In: FISHMAN, Joshua. *Handbook of Language and Ethnic Identity*. New York: Oxford University Press, 1999, p. 353-368.

Obeng, Samuel Gyasi & Echu, George. "West African languages in contact with european languages" in: *Africa meets Europa: language contact in West Africa*. New York: Nova Science Publishers, 2004.

Orlandi, Eni. *A Linguagem e seu Funcionamento*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. (org.). *Discurso Fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas, SP: Fontes, 1993.

_____. *Língua e Conhecimento Linguístico*. Campinas: Pontes, 2001.

_____. *Língua Brasileira e Outras Histórias — Discurso sobre a língua e ensino no Brasil*. Campinas: RG editores, 2009.

Padilha, Laura Cavalcante. *Entre voz e letra: o lugar da ancestralidade na ficção angolana do século XX*. Niterói, EDUFF, 1995.

Pêcheux, Michel. *Semântica e Discurso*. Uma crítica a afirmação do óbvio. Campinas, Ed. da Unicamp, 1988.

_____. *O Discurso: Estrutura ou Acontecimento*. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 1990.

Programa e Estatutos do MLPA. Disponível em: <http://www.mpla-angola.org/>. Acesso em 19.01.2011.

Santos, Donizeth Aparecido. “Da ruptura à consolidação: um esboço do percurso literário angolano de 1948 a 1975” In: *Publicatio UEPG: Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes*, Vol. 15, No 1, 2007.

Yazid, M’hamed. “De Bandoung à Alger” in: *Democratie Nouvelle*, apud LENTIN, Albert-Paul. “De Bandung a Havana” In: SANTIAGO, Théo (org.). *Descolonização*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

Brasil, uma ilha na América do Sul: língua geral e língua portuguesa na constituição da identidade nacional

Fernanda Castelano Rodrigues⁴⁰

RESUMO: A imagem do Brasil como uma “ilha” de língua portuguesa no continente americano hispano-falante é recorrente num certo senso comum que trata de definir os espaços ocupados pelas línguas na América do Sul. Em busca dos sentidos dessa metáfora – e a partir de uma perspectiva discursiva –, este trabalho persegue a origem da *Ilha-Brasil* na mitologia celta, sua disseminação pela Península Ibérica, sua chegada à América no imaginário dos primeiros colonizadores e sua representação na cartografia colonial, além de suas relações com o imaginário de unidade linguística daquele período. Expresso por meio da *língua geral*, esse imaginário serviu de base para a fundação de uma identidade brasileira, frente às identidades dos povos da porção espanhola do continente. A “ilha da língua geral” – unidade defendida por Alexandre de Gusmão no *Tratado de Madri* (1750) – foi sucedida pela “ilha da língua portuguesa” – após o *Diretório dos Índios* do Marquês do Pombal (1759) –, num gesto de política linguística que determinou o que seria, posteriormente, um aspecto constitutivo da identidade nacional. A imagem do “Brasil-ilha” foi reforçada também em momentos dos séculos XIX e XX em cujas discursividades se destacam a descontinuidade e o *isolamento* do Brasil em relação aos países sul-americanos. No século XXI, a presença da língua portuguesa “monumentalizada” continua produzindo efeitos que se relacionam à “ilha” e ao “isolamento” que constitui a identidade nacional. Tanto é assim que podemos detectar em circulação um pré-construído a partir do qual o Brasil aparece como “líder natural” e continua sendo uma “ilha” na América do Sul.

PALAVRAS-CHAVE: língua geral, língua portuguesa, identidade nacional, política linguística, pré-construído

1. “O Brasil tornou-se uma Ilha”

A imagem do Brasil como uma “ilha” de língua portuguesa no continente americano hispano-falante parece ser recorrente em muitos âmbitos quando se trata de definir os espaços ocupados por cada uma dessas duas línguas na América do Sul.

Nos meios de comunicação, por exemplo, é frequente que essa imagem identifique o lugar do Brasil no contexto americano ou sul-americano:

De alguna manera **el aislamiento lingüístico y geográfico de Brasil** puede contribuir a generar una imagen arrogante de esta sociedad. A fin de cuentas **el portugués** –pese a su parecido con el castellano– **es una barrera para la comunicación** y las principales ciudades brasileñas están separadas por miles de kilómetros del resto de América Latina.

‘Es verdad que **muchos brasileños no se sienten latinoamericanos porque no hablan español** y el contacto con el resto de la región nunca ha sido muy estrecho’, indicó el académico [Ronaldo Lima Lins, UFRJ]. (HERNÁNDEZ, 2010)

Lagares (2009), ironizando um certo exagero no uso da imagem da “ilha” por parte da imprensa espanhola, afirma:

Suelo leer con distancia irónica los titulares de la prensa española sobre la imparable difusión de la lengua española en **Brasil, esa “isla” de portugués rodeada por todas partes de países castellanoparlantes**. Lo de la insularidad lingüística de Brasil me recuerda siempre aquel dicho inglés sobre el aislamiento del continente europeo.

As observações do autor nos ajudam a mostrar o alcance com que esse pré-construído circula em discursividades dos

⁴⁰ UFSCar, Centro de Educação e Ciências Humanas, Departamento de Letras. Rodovia Washington Luis, km 235, CEP 13656-905, São Carlos – SP, Brasil. E-mail: fecastel@gmail.com. Apoio: FAPESP.

âmbitos em que é discutida a questão das línguas portuguesa e espanhola na América.

Perseguindo os sentidos a que essa metáfora poderia remeter e os efeitos que ela poderia provocar em discursividades sobre o processo de integração na América do Sul, nossa pesquisa nos levou a narrativas fundadoras do imaginário nacional que articulavam componentes de mitos célticos difundidos na Península Ibérica na Idade Média a relatos indígenas pré-coloniais. Essas narrativas remontam a aspectos que contribuem para a compreensão da dimensão que a imagem do “Brasil=ilha” tem nas discursividades sobre este território na América do Sul.

1.1. A Ilha-Brasil na Mitologia Celta

A origem do mito da *Ilha-Brasil* remonta ao universo da mitologia celta: *Ui Breasail*, *Hy Brazil* ou *Breasal* são alguns dos nomes que designam uma ilha que, já no século treze, aparecia em mapas da cartografia medieval, localizada ao oeste da Irlanda. Segundo Donnard, são inúmeras as lendas relativas à ilha Brasil no folclore celta:

A Irlanda possui um elenco numeroso de pequenas ilhas míticas, como satélites em torno da grande ilha que é a própria Irlanda. Cada ilha possui sua lenda específica, mas em quase todas as lendas as ilhas aparecem e desaparecem, deslocando-se, mais ao norte ou mais ao sul. Essa mobilidade e visibilidade intermitente é parte integrante do folclore irlandês e a ilha Brasil tornou-se a mais famosa entre todas as ilhas-fantasma, ganhando sua internacionalização desde a época medieval” (DONNARD, 2009: 21).

Partindo da hipótese de que a lenda dessa ilha mítica irlandesa se disseminou pelo território do que hoje são Portugal e Galícia devido “não apenas a uma tradição cartográfica medieval, (...), mas também às influências bretãs na península ibérica” (id.: 23) – notadamente sobre a literatura medieval dessa região –, a autora afirma que “a ilha Brasil surge nos mapas e permanece neles como uma tradição celto-portuguesa” (id.: 20).

Para Donnard, mesmo não existindo provas de que essas lendas célticas tenham “algum fundo de realidade factual” (ibid.) a ponto de haverem influenciado os navegantes portugueses em suas expedições, a existência da “ilha Brasil” e seu progressivo deslocamento em direção ao sudoeste, registrados em mapas da cartografia medieval, são dados importantes a serem considerados na influência que o mito pode ter exercido sobre a própria designação do território colonizado pelos portugueses (Brasil). De nossa parte, também destacamos a importância desse mito que, tendo sofrido deslocamentos e reformulações, ressaltados por historiadores e geógrafos, foi fundamental no desenvolvimento de uma imagem que, como veremos a seguir, contribuiu para a formação e a consolidação tanto do território quanto do imaginário nacional, e produz seus efeitos nas discursividades sobre a integração da América do Sul.

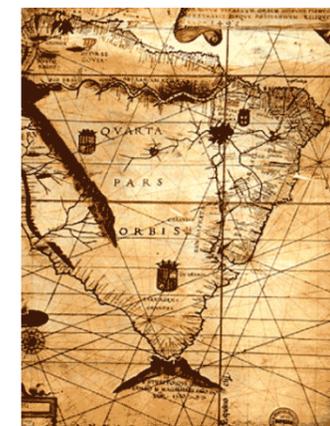
1.2. A Ilha-Brasil e o Território Colonial

As representações da “ilha Brasil” em mapas dos séculos XVI e XVII que correspondiam ao território colonizado por Portugal na América foram estudadas profundamente por Cortesão (1956). Algumas de suas conclusões, porém, foram relativizadas por, entre outros, Magnoli (1997).

Segundo o historiador português, a cartografia portuguesa foi responsável por elaborar uma representação figurativa do território colonial que posteriormente foi utilizada pela metrópole como argumento político que justificava o não cumprimento dos limites estipulados pelo Tratado de Tordesilhas: “Desde o primeiro quartel do século XVI várias cartas portuguesas começam a delinear uma entidade geográfica, compreendida entre o delta amazônico e o estuário platino, que excede largamente os limites impostos pelo Tratado de Tordesilhas”⁴¹ (op. cit.: 135-136, tomo II). Esse território corresponderia a uma “insulação” que, numa primeira fase das representações cartográficas, se dava por meio do

41 Mantemos a ortografia original da obra de Cortesão (1956).

encontro entre o Rio da Prata e o Rio Pará, mas já considerava o Rio São Francisco como espinha dorsal nessa geografia. O seguinte mapa, de 1562, foi desenhado pelo ilustre cartógrafo e cosmógrafo português Bartolomeu Velho e ilustra perfeitamente as afirmações de Cortesão:



As representações se transformam, outros rios aparecem circundando o território da colônia portuguesa, mas, até meados do século XVIII, perdura a representação da Ilha-Brasil em mapas da América do Sul (id.: 136, tomo II)⁴². Magnoli amplia a análise feita por Cortesão ao afirmar que:

A força da noção da Ilha-Brasil derivaria, precisamente, da subversão do horizonte histórico e diplomático e da sua substituição por um ordenamento ancestral. No lugar dos tratados entre as coroas – e, em particular, do acerto de Tordesilhas –, ela invocava uma verdade prévia, anterior à história. Por essa via, introduzia-se a lógica da descoberta: a descoberta de uma terra preexistente, de um lugar de contornos definidos, de uma entidade indivisível. O Brasil erguia-se como realidade geográfica anterior à colonização, como herança recebida pelos portugueses. Ao invés de conquista e exploração colonial, dádiva e destino (1997, op. cit.: 47).

O que o autor reforça da tese de Cortesão, portanto, é o fato de que a amplitude alcançada pelo mito da Ilha-Brasil se vincula diretamente ao apelo a um critério geográfico que, naquele momento, foi utilizado como justificativa para as sucessivas incursões portuguesas a um território que, de acordo com o Tratado de Tordesilhas, pertencia à coroa espanhola.

A constatação da amplitude que o mito da Ilha-Brasil alcançou na cartografia e na política dos séculos XVI, XVII e XVIII levou Cortesão a formular uma pergunta crucial em suas reflexões: “Como e por que processo chegaram os primeiros colonos e exploradores a este conceito geográfico da Ilha-Brasil?” (id.: 138, tomo II).

1.3. O elemento Indígena no Mito da Ilha-Brasil

Como observamos anteriormente, a partir das considerações de Donnard (2009, op. cit.) sobre a extensão do mito celta na Península Ibérica, os portugueses, ao chegarem ao território colonizado, já traziam antecipações imaginárias baseadas no pré-construído do mito celta da Ilha-Brasil. A tese de Cortesão em resposta a sua pergunta sobre como esses colonos teriam chegado à “construção” desse conceito sobre o território colonizado, no entanto, problematiza essa questão ao incorporar um novo elemento, que, segundo o historiador, desempenhou um papel fundamental na corroboração do mito: o povo indígena.

42 Entre os mapas do período colonial destacados por Cortesão estão os de Lopo Homem (1519), Bartolomeu Velho (1562), Gerardus Mercator (1621) e J. Teixeira Albernás (1640). Acrescentamos um último, de autor desconhecido, utilizado em viagens inglesas pela costa da América do Sul no ano de 1685; mesmo sendo um mapa tardio, representa-se ainda com clareza a Ilha-Brasil. Todos os mapas estão disponíveis em <http://alabamamaps.ua.edu/historicalmaps/>, consulta em 25 de agosto de 2011.

Para o historiador, “à Ilha-Brasil geográfica correspondeu uma Ilha-Brasil humana, pré-e-proto-histórica” (1956, op. cit.: 141). Os povos tupi-guarani teriam se espalhado pelo território seguindo o curso dos rios que circundavam essa “ilha” e teriam sido esses grupos indígenas os responsáveis por comunicar “aos portugueses os elementos essenciais para a formação do conceito da Ilha-Brasil, e, em primeiro lugar, o conhecimento da fácil comunicação entre o Paraguai e o Madeira, pelo Guaporé” (ibid.).

Desse modo, o imaginário português do mito da Ilha-Brasil, cuja origem celta já se havia perdido, pouco a pouco se reterritorializava e, com os elementos indígenas que foram sendo incorporados, o mito foi dando legitimidade a uma ocupação do território colonial pela metrópole que se identificava a uma “herança”, na palavra de Magnoli.

Dentre os argumentos apresentados por Cortesão para comprovar não apenas a existência do conceito de Ilha-Brasil entre os indígenas, mas também a consciência desse fato “ancestral” por parte dos colonos portugueses, está a identificação desse território como uma “ilha cultural”: “desde o século XVI a Ilha-Brasil foi, mais que tudo uma ilha cultural e, em particular, a ilha da *língua geral*, que se tornou um vigoroso laço unificador do Estado colonial” (id.: 142, grifos do autor). O historiador afirma que, como efeito da ocupação portuguesa do litoral, um grupo indígena majoritário, de base tupi-guarani, se dispersou tendo como base o curso de rios – sobretudo os rios Amazonas, da Prata, Paraguai e Madeira – cuja distribuição geográfica contribuiria para a construção imaginária do conceito de “ilha”; esse movimento deu início a um processo de difusão da cultura tupi e o que já se configurava como *língua geral*; os portugueses, por meio das bandeiras e do movimento de ocupação do interior do território, teriam contribuído decisivamente com esse processo, expandindo e consolidando essa “unidade”, disseminando a língua geral com a repetição do trajeto anteriormente percorrido pelos indígenas.

Embora admitindo que a tese veementemente defendida por Cortesão carece de “evidências mais contundentes” (Magnoli, 1997, op. cit.: 53) e que sua descrição do papel do bandeirismo deu lugar a uma “inversão ideológica patente” (id.: 59), desenvolvida por outros autores durante os anos 60 e 70 do século XX, Magnoli reconhece o papel desse processo de difusão da língua geral pelos bandeirantes, assim como a importância destes na configuração do imaginário nacional:

Os bandeirantes refazem a trajetória terrestre e fluvial dos povos nativos. Saltam, ao longo do perímetro da Ilha-Brasil, de uma bacia hidrográfica a outra, pisando sobre as pegadas ancestrais dos indígenas. O bandeirismo, fonte luso-americana das fronteiras nacionais, só faz reafirmar um direito primordial, pré-colombiano e pré-colonial. No plano do mito da constituição da nacionalidade, os bandeirantes ocupam um lugar de destaque (id.: 58).

Magnoli, portanto, corrobora este aspecto da tese de Cortesão, admitindo o lugar do mito da Ilha-Brasil na fundação de um imaginário nacional que apontava para a *predestinação*. Este imaginário, baseado no argumento da inevitabilidade da unidade de um território *isolado* geograficamente, se constituiu num fator que, por um lado, favoreceu a difusão de características culturais indígenas – e, destacadamente, da língua geral de base tupi – e, por outro lado, reforçou a distinção entre a colônia portuguesa e os territórios espanhóis na América do Sul.

O papel que a língua geral possa ter desempenhado nesse processo de sedimentação do imaginário da Ilha-Brasil durante o período colonial adquire especial relevância neste trabalho. Neste sentido, invocamos estudos de Mariani (2001 e 2004, op. cit.), Borges (2003, op. cit.) e Souza (2005, op. cit.).

Quando se trata de explicar a situação linguística colonial, deve-se ter em conta que essa “unidade” em torno da língua geral, tal como descrita na análise de Cortesão, já se constitui numa construção imaginária do colonizador – assim aponta Borges (2003, op. cit.: 114-115) –; nessa construção, a língua geral foi “eleita como geral pelos jesuítas”, destaca Mariani (2004, op. cit.: 95).

A tese defendida por Cortesão – “a Ilha-Brasil foi, mais que tudo, uma ilha cultural e, em particular, a ilha da língua

geral” (Cortesão, op. cit.: 142) – deve ser tomada com cautela pois, se por um lado, realmente toca num tema central para a compreensão desse imaginário nacional que ia se configurando a partir do mito da Ilha-Brasil, como pode ser o da unidade lingüística, por outro lado, se vincula a uma naturalização do discurso historiográfico ou da historiografia linguística que, tomados pelos discursos e gestos políticos oficiais, produziram o apagamento da heterogeneidade linguística do território no período colonial em nome da criação e consolidação de um imaginário da unidade (*predestinada*) nacional.

O próprio Magnoli reconhece que

Cortesão não foi pioneiro na montagem desse mito de legitimação nacional” o que ele fez foi sintetizar e refinar uma série de obsessões nacionais nascidas no Brasil imperial do século XIX. Também a idealização da *língua geral* unificadora surgiu no Império, quando se empreendia pela primeira vez a aventura de contar a história da nação (1997, op. cit.: 53, grifos do autor).

Considerando tudo o que expusemos, acreditamos ser importante reafirmar que, quando se trata de considerar o papel que a língua geral desempenhou na formação do mito da Ilha-Brasil no período colonial e na construção de um imaginário nacional já no período imperial, não se pode perder de vista que tanto naquele primeiro momento quanto no segundo funciona uma concepção da língua geral que se vincula ao que ela pode significar enquanto entidade também imaginária, também ela construída e legitimada por discursividades vinculadas à unidade nacional.

O que não se pode negar é o fato de que esse imaginário da existência de uma língua geral foi utilizado como prova da unidade territorial, cultural e linguística num momento chave na definição do território colonial português na América, objeto geográfico sobre o qual se assentariam as bases da memória nacional. Referimo-nos ao Tratado de Madri, longamente estudado por Cortesão e também reconhecido por Magnoli como de “importância e lugar incomparáveis” na “mitologia da nacionalidade” (id.: 77).

1.4. A Ilha-Brasil, o Tratado de Madri e a teoria das fronteiras naturais

O Tratado de Madri, celebrado entre Portugal e Espanha em 1750, se constituiu numa tentativa de resolver a questão das fronteiras dos territórios coloniais de ambas as coroas na América, visto que seu principal antecedente, o Tratado de Tordesilhas, havia instituído uma linha divisória que “nunca chegaria a ser fixada *in situ*” (Kantor, 2007)⁴³, o que levou a disputas entre as duas metrópoles sobre o espaço colonial que ocupavam.

A partir do século XVII, o mito da Ilha-Brasil foi paulatinamente desaparecendo dos mapas da cartografia oficial portuguesa ou ocidental de modo mais geral. No entanto, operando já como um pré-construído na sociedade colonial do período, o imaginário produzido pelo mito se viu renovado pelas novas doutrinas que pregavam a delimitação das fronteiras por meio dos acidentes geográficos, que delimitariam naturalmente os territórios.

De acordo com Magnoli, “a teoria das fronteiras naturais surgiu na França iluminista, no século XVIII, funcionando como justificativa, *a posteriori*, dos limites do Estado nacional e princípio organizador das relações com os países vizinhos. (...)” (1997, op. cit.: 21, grifos do autor). O geógrafo ainda acrescenta que

a opção pela “fronteira natural”, considerada superior, traduz não apenas as supostas facilidades práticas de demarcação como, essencialmente, os significados imaginários que elas comportam. O apelo à “natureza”

43 Kantor explica que o “Tratado de Tordesilhas, assinado em 7 de junho de 1494, dividiu o mundo em dois hemisférios, por um meridiano distante de 370 léguas das ilhas de Cabo Verde, deixando à Espanha tudo que ficasse no Ocidente, e a Portugal o que se contivesse no Oriente. O acordo estabelecia o prazo de dez meses contados a partir da data do pacto, para que fosse demarcado o meridiano divisório”, algo que nunca aconteceu (id.). Para Goes Filho isto se deveu, entre outros motivos, a dois bastante pragmáticos: “Primeiro porque [o Tratado de Tordesilhas] fala em léguas, sem especificar o tipo de légua, sabendo-se que havia vários no século XV. Depois – este o carro-chefe dos livros de História – porque não indica a partir de qual ilha do arquipélago de Cabo Verde deveria iniciar-se a contagem das 370 léguas” (2000: 50).

implica a sublimação da história, a abstração da contradição de “construções geopolíticas datadas” – ou seja, de “tempos inscritos nos espaços” – que confere conteúdo político às fronteiras e freqüentemente revela a sua precária legitimidade (ibid.).

O que o autor afirma acerca da relação entre a “fronteira natural” e “sublimação da história” se vincula diretamente ao imaginário de “ancestralidade” e de “predestinação” que ele mesmo e Cortesão detectam como fundamentais na difusão do mito da Ilha-Brasil.

A doutrina da fronteira natural funcionou também como suporte ideológico para o imaginário de “insulação” do território colonial português e, posteriormente, também da nação independente. Tal como afirmou Magnoli – e que colocamos como epígrafe quando iniciamos nossa reflexão sobre o mito da Ilha-Brasil – “a Ilha constitui o território perfeito”, se considerarmos alguns aspectos práticos – como o da defesa – e simbólicos da constituição das fronteiras nacionais.

Nestas condições de produção é que devemos pensar o Tratado de Madri, isto é, como um documento cujo objetivo era resolver os litígios sobre os territórios coloniais de Portugal e Espanha na América e cujos efeitos se fizeram sentir na consolidação de um imaginário de insulação do Brasil que já se havia manifestado desde os primórdios da colonização. A argumentação em favor de Portugal no Tratado de Madri, defendida por Alexandre de Gusmão, contava também com os pressupostos teóricos da doutrina das fronteiras naturais, que corroborava a existência de um território já pré-delimitado antes da chegada do colonizador e da necessidade de manter unida a porção de terra que a própria natureza havia determinado que assim se mantivesse. Seu argumento mais forte e definitivo, no entanto, foi o da *uti possidetis*, “a posse legitimada e justificada por uma circunstância de realidade, pela ocupação efetiva” (id.: 74). A “circunstância de realidade” era a unidade territorial (insulação), cultural (povos tupi-guarani) e linguística (língua geral) pré-colonial e imaginariamente construída pelo colonizador a partir do mito da Ilha-Brasil; a “ocupação efetiva” foi aquela levada a cabo pelos bandeirantes. Neste sentido, Magnoli afirma que

o Tratado de Madri funciona como depositário da epopéia territorial bandeirante que, como vimos, reafirmou o direito primordial inscrito no mito da Ilha-Brasil. Assim, a realidade geográfica anterior à história franqueava o seu caminho, consubstanciando-se como realidade política: o corpo da Pátria (id. 77).

Com o Tratado de Madri, “pela primeira vez desenhava-se no papel a forma compacta, triangular, do mapa que nos é hoje familiar” (Goes Filho, 2000, op. cit.: 4). No entanto, devido a uma série de fatores políticos que envolveram as condições de suas negociações e sua posterior execução, esse Tratado foi modificado e anulado por outros posteriores (El Pardo, 1761 e Santo Ildefonso, 1777); suas decisões, porém, coincidem com as que foram tomadas em 1801 no Tratado de Badajós (Magnoli, 1997, op. cit.: 77). Neste sentido, os efeitos do Tratado de Madri sobre o processo de consolidação do imaginário de insulação e predestinação do território brasileiro na América do Sul foram determinantes para a formação do imaginário nacional.

1.5. A Ilha-Brasil e o Imaginário Nacional

Os aspectos vinculados à origem, des/reterritorialização e consolidação do mito da Ilha-Brasil que expusemos anteriormente nos ajudam a compreender o modo como esse conceito funcionou na memória discursiva sobre a nação e também, em muitos momentos, como um efeito de pré-construído na formação do imaginário nacional do século XIX.

O que nos interessará observar brevemente sobre esse momento serão alguns deslocamentos pelos quais passou o imaginário geográfico da insulação, que havia sido reforçado no período colonial, como vimos, primeiramente com base numa unidade cultural e linguística indígena e, em seguida, com a imposição da língua portuguesa após o Diretório de Pombal.

Oliveira observa que os “elementos da narrativa nacional” sempre foram pensados “a partir da idéia de geração de continuidade histórica para o território nacional, e tendo a diplomacia imperial como elemento de desenvolvimento e maturação da mitologia territorial nacional” (2008). Com base em afirmações de Carvalho (1996), Moraes (2005) e Porto-Gonçalves (2006), o autor conclui que “as condições particulares da monarquia e da escravidão moldaram o discurso identitário, impondo-lhe características ideológicas específicas: o território, e não a sociedade, emergiu como traço definidor da nacionalidade” (id.)⁴⁴. Para Oliveira, as ideologias nacionais se construíram “à sombra” da questão do território, sua ocupação e a manutenção de sua unidade. Segundo o autor:

A monarquia brasileira via, portanto, que construir o país era levar a civilização aos sertões, ocupar o solo e subtrair os lugares da barbárie (integrar o índio, apropriar-se da terra, etc.). *Civilizar*, enquanto ideologia geográfica, deveria ser entendido como uma forma de qualificar a expansão territorial, no bojo do processo de invenção da nação. (id., grifos do autor).

A partir das considerações que Oliveira constrói e relacionando-as com o que expusemos sobre como o mito da Ilha-Brasil que se difundiu e enraizou no imaginário colonial, observamos como, durante o século XIX, os aspectos relacionados à cultura indígena e à língua geral que estavam presentes na formação desse imaginário são apagados e prevalece, simplesmente, a importância do “território” enquanto espaço físico.

Os sentidos se deslocam e o território se ressignifica. No entanto, o imaginário de insulação e distinção do Brasil com respeito à América do Sul, continua. Naquele momento, porém, ele passa a ser pautado por outros fatores, entre os quais destacamos a imaginária unidade linguística e o regime político monárquico.

No que se refere ao primeiro aspecto, se recordarmos que os *Estatutos do Collegio de Pedro Segundo* (Brasil, 1838, op. cit.) já indicavam o ensino de “Grammatica Nacional” como disciplina regular, podemos observar o modo como, no início da monarquia independente, se deu a continuidade do processo de construção dessa unidade linguística imaginária em torno da oficialidade da língua portuguesa, que havia tido início com o *Diretório de Pombal*.

Esse é, portanto, um período em que todas as demais línguas que habitam o espaço brasileiro “são silenciadas” ou sofrem uma política de silenciamento⁴⁵, na medida em que todos os esforços são empregados na transmissão do imaginário nacionalista “*uma língua, uma nação*” – nas palavras de Auroux (1992, op. cit.: 49).

Neste sentido, podemos afirmar que o Brasil independente não era mais a “ilha da língua geral”, pois se encontrava em pleno funcionamento o aparato educacional – e estatal, de modo geral – que o tornaria a *ilha da língua portuguesa* no contexto americano.

O segundo aspecto, que aponta para o âmbito político, diz respeito ao fato de que o Brasil era uma *monarquia imperial* entre os muitos vizinhos de origem hispânica da América, que, após suas independências, se converteram em *repúblicas democráticas*⁴⁶. Neste sentido, acreditamos que o seguinte fragmento, constante do *Manifesto Republicano* de 1870, demonstra a reformulação do mito de insulação territorial e linguística, no qual se faz referência a uma *insulação política*:

⁴⁴ Neste trecho, Oliveira parafraseia Moraes, quem afirmou que “o Brasil não será concebido como um povo e sim como uma porção do espaço terrestre, não uma comunidade de indivíduos mas como um âmbito espacial” (Moraes, 2005: 93 apud Oliveira, 2008).

⁴⁵ Sobre as formas e os efeitos desse processo de silenciamento das outras línguas que habitavam o espaço de enunciação brasileiro, cf. Payer (2006, op. cit.).

⁴⁶ Em seu estudo sobre as Memórias de Juan Bautista Alberdi, Arnoux observa a cautela com que os intelectuais hispano-americanos consideravam o Brasil no período que coincide com esse contexto de diferença política que apontamos. Segundo a autora, Alberdi “se distancia de esa memoria (...) y polemiza con ella al desestimar el peso de los sistemas políticos y privilegiar el aspecto económico para los cuales los contactos territoriales y las vías de navegación compartidas resultan esenciales” (2008, op. cit.: 152). Parece-nos que o esforço argumentativo de Alberdi e sua tentativa de conciliar as diferenças corrobora o que estamos afirmando, inclusive, a partir de outro ponto de vista: a imagem de insulação do Brasil não apenas se constituía em base do imaginário nacional como também operava na visão que do país podiam ter seus vizinhos americanos.

Somos da América e queremos ser americanos.

A nossa forma de governo é, em sua essência e em sua prática, antinômica e hostil ao direito e aos interesses dos Estados americanos.

A permanência dessa forma tende ser forçosamente, além da origem da opressão no interior, a fonte perpetua da hostilidade e das guerras com os povos que nos rodeiam.

Perante a Europa passamos por ser uma democracia monarchica que não inspira sympathia nem provoca adhesões. Perante a América passamos por ser uma democracia monarchizada, aonde o instinto e a força do povo não podem preponderar ante o arbítrio e a onipotencia do soberano. Em taes condições *pode o Brasil considerar-se um paiz isolado, não só no seio da América, mas no seio do mundo.* O nosso esforço dirige-se a supprimir este estado de cousas, pondo-nos em contacto fraternal com todos os povos, e em solidariedade democratica com o continente que fazemos parte. (In: Carneiro Pessoa, 1976: 64, grifos nossos)⁴⁷.

A partir do que expusemos e da observação dos fragmentos que destacamos deste Manifesto Republicano, podemos detectar um processo de deslocamento dos sentidos do imaginário colonial da insulação territorial e linguística, que, ao longo dos séculos XVIII e XIX, passa a refletir, sobretudo, uma situação de isolamento político graças ao regime monárquico que havia se instaurado no país após a independência de 1822.

1.6. O “Brasil-Ilha” do Século XXI

Nossa tentativa de interpretar os sentidos aos que remetia a metáfora do “Brasil ilha”, nos levou a considerar o papel desempenhado pelo mito ancestral da Ilha-Brasil – assim como os sucessivos deslocamentos aos que ele foi submetido no processo de des/reterritorialização pelo que passou no período colonial – na formação de um imaginário a partir do qual a insulação territorial e linguística do país se constituem em aspectos centrais na produção de uma identidade nacional.

Apontamos no início desta apresentação a forma como tem sofrido reformulações a imagem do Brasil como uma *ilha de língua portuguesa cercada de países hispano-falantes por todos os lados*. Chamamos a atenção, portanto, para as relações que esta imagem estabelece com aquela que foi utilizada como argumento para a definição das fronteiras coloniais entre Portugal e Espanha, segundo a qual o Brasil se constituía num território insulado cujas próprias condições naturais haviam favorecido a dispersão de grupos indígenas e, posteriormente, a dos bandeirantes colonizadores que, seguindo um trajeto determinado pelos rios da região, alargaram as fronteiras do território português na América e expandiram o alcance da língua geral.

O que nos parece importante ressaltar nessa memória sobre a Ilha-Brasil construída ao longo dos séculos são os deslocamentos aos que esse argumento geográfico se viu submetido, produzindo uma interessante inversão: se, naquele momento da colônia, o fato de o Brasil ser uma “ilha da língua geral” funcionou como argumento para a separação territorial – e conseqüentemente histórica, política, econômica, social e cultural – com respeito aos demais países sul-americanos, no século XXI, a constatação de que “o Brasil, onde se fala apenas o português, tornou-se uma ilha” é utilizada como justificativa para as tentativas de aproximação tendo como foco, precisamente, o ensino da língua oficial desses outros países: o espanhol.

Neste sentido, afirmamos que o papel que a língua portuguesa do Brasil desempenhou na formação e na consolidação

⁴⁷ O Manifesto Republicano foi publicado no jornal fluminense A República em 3 de dezembro de 1870, contava com a assinatura de mais de cinquenta políticos, intelectuais ou destacados profissionais da época, entre eles Quintino Bocayuva e Joaquim Saldanha Marinho. Mantemos a ortografia original do documento.

de um imaginário de *predestinação* (MAGNOLI, 1997, op. cit.: 47) – e, acrescentamos, de *exclusividade* do país no contexto sul-americano – encontra-se submetido a uma tensão neste início de século XXI: a que coloca a língua portuguesa, enquanto elemento da identidade nacional, em relação com o espanhol, justamente uma língua que se identifica com territórios dos quais, desde o período colonial, as narrativas históricas tentavam nos isolar.

Referências Bibliográficas

ARNOUX, E. N. de., 2008. *Los discursos sobre la nación y el lenguaje en la formación del Estado (Chile, 1842-1862)*. Estudio glotopolítico. Buenos Aires: Santiago Arcos/SEMA.

AUROUX, S., 1992. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Ed. da Unicamp.

BORGES, L. C., 2003. Língua geral: revendo margens em sua deriva. In: FREIRE, J. R. B. & ROSA, M. C. (orgs.). *Línguas gerais: política linguística e catequese na América do Sul no período colonial*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, pp. 113-131.

BRASIL, 1838. *Regulamento nº8, de 31 de janeiro de 1838*. Disponível em <http://www.camara.gov.br>, consulta em 14/09/2009.

CARNEIRO PESSOA, R. (org.), 1976. *A idéia republicana no Brasil através de documentos*. São Paulo: Alfa-Ômega, pp. 39-65.

CORTESÃO, J., 1956. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*. Tomos I e II. São Paulo: Imprensa Oficial/Fundação Alexandre de Gusmão, 2006.

DONNARD, A., 2009. O Outro Mundo dos celtas atlânticos e a mítica Brasil, ilha dos afortunados: primeiras abordagens. In: *Nuntius antiquus*. Nº 3. Belo Horizonte: FAL/UFMG, pp. 14-28. Disponível em <http://www.letras.ufmg.br/neam/nuntius/edicoes3.html>, consulta em 15 de janeiro de 2010.

GOES FILHO, S. S., 2000. *Navegantes, bandeirantes e diplomatas. Um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil*. São Paulo/Rio de Janeiro: Martins Fontes/Biblioteca do Exército Editora.

HERNÁNDEZ, V. *Brasil, ¿el país más arrogante?* BBC Mundo, 24/9/2010. Disponível em http://www.bbc.co.uk/mundo/america_latina/2010/09/100922_brasil_elecciones_arrogancia_vh.shtml, acesso em 17/08/2011.

KANTOR, I., 2007. Usos diplomáticos da ilha-Brasil: polêmicas cartográficas e historiográficas. In: *Vária História*. Vol. 23, nº 37. Belo Horizonte, pp. 70-80. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-87752007000100005&script=sci_arttext, consulta em 16/01/2010.

LAGARES, X. C., 2009. *Español en Brasil: negocio o educación*. España, 27/08/2009. Disponível em <http://librodenotas.com/cartasdesdebrasil/16619/el-espanol-en-brasil-negocio-o-educacion>, consulta em 25/02/2010.

MAGNOLI, D., 1997. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Ed. da UNESP/Moderna.

MARIANI, B., 2001. A institucionalização da língua, história e cidadania no Brasil do século XVIII: o papel das academias literárias e da política do marquês de Pombal. In: ORLANDI, E. P. (org.). *História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas: Pontes, pp. 99-124.

_____, 2004. *Colonização linguística. Línguas, política e religião no Brasil (séculos XVI e XVIII) e nos Estados Unidos da América (século XVIII)*. Campinas: Pontes.

OLIVEIRA, I. T. M., 2008. Imaginação geográfica, território e identidade nacional no Brasil. In: *Revista Urutágua*, nº 15. Maringá: Universidade Estadual de Maringá (UEM). Disponível em <http://www.urutagua.uem.br/015/15oliveira.htm>, consulta em 23/01/2010.

PAYER, M. O., 2006. *Memória da língua. Imigração e nacionalidade*. São Paulo: Escuta.

SOUZA, S. A. F. de, 2005. *O movimento dos sentidos sobre as línguas estrangeiras no Brasil: discurso, história e educação*. Campinas: IEL/Unicamp. Tese de doutorado.

ZOPPI-FONTANA, M. G., 2009. *Acontecimento linguístico: o discurso político e a comemoração da língua*. Trabalho apresentado no IV Seminário de Estudos em Análise do Discurso (SEAD). Porto Alegre: UFRGS.

A MEMÓRIA NA LÍNGUA: A IMBRICAÇÃO DO POLÍTICO NO LINGUÍSTICO

Lucia Maria Alves FERREIRA⁴⁸

RESUMO: Esta reflexão situa-se na interface entre o campo dos estudos sobre a memória social e o dos estudos da linguagem, mais especificamente aqueles que têm o discurso como objeto sócio-historicamente inscrito na materialidade da língua, lugar em que também se inscrevem os embates pelo controle das práticas simbólicas responsáveis pela produção de sentidos. Examinar a língua como objeto simbólico em que se constitui o sujeito e a memória social implica, em primeiro lugar, em lembrar que a língua é efeito de uma institucionalização, uma unidade construída socialmente e para a qual contribuíram e contribuem os mais diversos instrumentos linguísticos, da escolarização à produção literária, aos decretos, às reformas, aos meios de comunicação de massa. Este trabalho da memória, muitas vezes imperceptível e insidioso, sempre tem uma face silenciada, resultado dos embates e tensões pelo controle das formas do dizer. É nesse sentido que, ao nos apropriarmos do conceito de lugar de memória (NORA, 1993), propomos uma reflexão acerca da língua como lugar em que a memória histórico-discursiva, que trabalha nos processos de identificação do sujeito, deixa vestígios, não apenas nos enunciados, mas também na estrutura da língua. Na discussão serão revisitadas reflexões sobre situações em que processos de silenciamento operaram na relação dos sujeitos com sua língua materna⁴⁹.

PALAVRAS-CHAVE: língua; memória; lugar de memória

Introdução

A reflexão proposta neste texto situa-se na interface entre um campo em construção, o dos estudos da memória social, e o campo dos estudos da linguagem, mais especificamente daqueles que têm o discurso como objeto sócio-historicamente inscrito na materialidade da língua. Os estudos mais recentes da memória social tendem a reconhecer as dificuldades em conceituá-la a partir do campo em que emerge, problemático, permeado de lutas, na tensão constante entre a lembrança e o esquecimento.

Com relação à sua face material, a memória pode inscrever-se nos mais variados suportes e sistemas de signos, mas, de todas as possibilidades, a língua afigura-se como a principal, na medida em que é responsável pela nossa irremediável entrada no simbólico.

Examinar a língua como objeto simbólico em que se constitui o sujeito e a memória social implica, em primeiro lugar, em lembrar que é efeito de uma institucionalização, uma unidade construída socialmente, para a qual contribuíram e contribuem os mais diversos instrumentos linguísticos, da escolarização à produção literária, aos decretos, às reformas, aos meios de comunicação de massa. Este trabalho da memória, muitas vezes imperceptível e insidioso, sempre tem uma face silenciada, resultado dos embates e tensões pelo controle das formas do dizer.

Neste trabalho, apropriamo-nos do conceito de lugar de memória (NORA, 1993), para propor uma reflexão acerca da língua como lugar em que a memória histórico-discursiva, o saber discursivo que fala antes e que torna possível todo dizer (Orlandi, 1999), deixa pistas, vestígios, não apenas nos enunciados, mas também na estrutura linguística.

Nos dias de hoje, em que casos de multilinguismo são apontados como norma e não exceção em contextos sócio-históricos distintos e em que as distâncias são encurtadas pela internet (Rajagopallan, 2003), reflexões acerca das relações entre memória e língua se impõem ética e politicamente. Em nome de um futuro que se almeja, cabe a nós

⁴⁸ Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro-UNIRIO; Centro de Ciências Humanas e Sociais-CCHS; Programa de Pós-Graduação em Memória Social-PPGMS. Av. Pasteur, 458, CEP 22290-240, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. lmf@connection.com.br

⁴⁹ Trabalho desenvolvido no âmbito do projeto institucional Sujeito, discurso e memória nas tramas dos sentidos sobre o Rio de Janeiro, no PPGMS-UNIRIO, com apoio do Edital MCT/CNPq/MEC/CAPES no. 02/2010. Participação no III Simelp com apoio do programa CAPES-Paex.

questionar os efeitos da imbricação do político nesta relação.

Memória Social, um Conceito em Construção

A dimensão social da memória foi inicialmente trabalhada por Maurice Halbwachs, da Escola Sociológica Francesa, na primeira metade do século XX, em meio ao processo de consolidação das ciências humanas e sociais. Duas obras concentram seu principal legado. A primeira, *Les Cadres Sociaux de la mémoire*, de 1925, foi publicada quando a Europa, ainda sob o impacto da Primeira Guerra Mundial, vivia a transformação de sociedades rurais, tradicionais e autoritárias, em sociedades urbanas, modernas, industriais. A segunda, *La Mémoire Collective*, foi publicada em 1950, cinco anos após sua morte em um campo de concentração.

Deslocando-se da concepção de memória como ato individual de natureza psicológica, predominante na época, Halbwachs formulou o conceito de memória coletiva. O autor não nega a existência de uma memória individual, mas entende que seu centro formador é a memória do grupo. Todas as nossas lembranças, mesmo aquelas que acreditamos mais individuais, como pensamentos e sentimentos, se relacionam com todo um conjunto de noções que muitos outros partilham conosco: lugares, datas, formas de linguagem, raciocínios e ideias, aquilo que o autor considerava a vida material e moral dos grupos sociais de que fazemos ou fizemos parte.

Os quadros sociais da memória, propostos por Halbwachs em sua obra de 1925, incluem as categorias de espaço e tempo, assim como também a linguagem. Para o autor, é a linguagem e todo o sistema de convenções sociais que a sustenta que nos permitem a cada instante reconstruir o passado.

Na concepção de Halbwachs, a memória coletiva seria um dos pilares para o funcionamento da vida social, pois, sem substratos comuns, a sociedade não poderia funcionar. Um dos melhores exemplos do funcionamento da memória coletiva apresentados pelo autor encontra-se em um ensaio intitulado *A memória coletiva dos músicos*, de 1939, publicado como anexo na obra *Memória Coletiva* (1990). Muitas vezes os músicos dependem dos sinais na partitura para executar sequências muito complexas e extensas de sons, mas o fazem porque conhecem as convenções sociais da sociedade musical. "... as lembranças dos músicos se conservam numa memória coletiva que se estende no espaço e no tempo, tão longe quanto sua sociedade" (Halbwachs, 1990: 185). Nesta mesma ótica, o autor (p. 181) argumenta que, em sua surdez, Beethoven jamais esteve só. Pelo contrário, esteve mais engajado do que nunca e do que todos na sociedade dos músicos. Conservava os símbolos da música, os sons e suas combinações, a linguagem do grupo. Mas, como nos lembra Abreu (2005), os autores são homens do seu tempo e os intelectuais da 1ª geração da Escola Sociológica Francesa (Durkheim, Marcel Mauss, Halbwachs) pensavam a memória coletiva como uma ação para combater os individualismos que inviabilizariam a vida em sociedade. As profundas mudanças nos modelos de sociedade, a crescente mobilidade social e individualização trouxeram novas questões para os estudiosos da memória social.

Ao longo do tempo, o conceito foi apropriado e ressemantizado, a partir de posições teóricas distintas. Diferentes autores vão significar os termos memória coletiva e memória social. Jacques Le Goff (1990), por exemplo, reserva o termo memória coletiva para os povos ágrafos, associando o termo memória social às sociedades com escrita. Seria portanto a possibilidade de construir uma história com documentos o fator de distinção entre os dois tipos de memória. Diferentes campos do conhecimento tomam a memória como objeto, formulam conceitos, configuram procedimentos analíticos. Consta-se a sua polissemia, a possibilidade de sua inscrição por intermédio dos mais variados suportes e sistemas de signos: simbólicos (palavras orais e escritas), icônicos (imagens), indiciais (marcas corporais, por exemplo). Evocado pelos diferentes campos, o que se percebe é que o construto memória social não pode ser tomado como objeto único e exclusivo de qualquer disciplina. Gondar (2005) propõe então que se pense o conceito de memória de modo a que se venha contemplar suas diferentes faces.

Embora possa ser trabalhado no interior de diversas disciplinas, se concebido no entrecruzamento ou atravessamento entre diferentes campos do saber, o objeto da memória social é transdisciplinar. Se o historiador ou o cientista social se interrogarem-se sobre a subjetividade, por exemplo, uma nova esfera de questões surgirá com a necessidade de se pensar a memória social.

Outra dimensão a ser destacada, segundo a autora, é seu caráter ético e político. Se pode ser vista como reconstrução do passado, erigida a partir de quadros sociais bem definidos e delimitados, como na perspectiva de Halbwachs, a memória social, também tecida por nossas expectativas diante do devir, pode ser o foco de resistência no seio das relações de poder, o que revela um comprometimento ético e político em sua construção.

Resta ainda a considerar, nos lembra Gondar, a natureza processual da memória social. Sua dimensão temporal é marcada pela tensão permanente, pelas diferenças potenciais lutando para se afirmar. A memória social não se reduz portanto à representação, que é apenas o referente estático da memória. A esfera social está em permanente mudança e, se pensarmos a memória como representação, estaremos desprezando as condições processuais de sua produção. É, então, na interface com esta constelação de atributos da memória que passei a me interrogar sobre o papel da linguagem na sua construção. É na linguagem que se constroem as culturas humanas. Consequentemente, a linguagem se apresenta como o lócus privilegiado para os estudos que pretendem investigar as memórias que conectam o passado e o presente dos grupos sociais e que orientarão as relações com o futuro.

Questionando a Memória social no Âmbito do Discursivo

A partir das dimensões acima delineadas e pensando a materialidade linguística, pode-se considerar que a memória social se constitui discursivamente e que, como tal, é permeável às injunções históricas e políticas próprias dos processos de construção de sentidos e do funcionamento do discurso. A exterioridade não se apresenta como algo a que a linguagem e a memória se correlacionam; pelo contrário, ela é parte de sua constituição. Não se pode considerar nem o discurso nem a memória sem que coloquemos em relação as condições sócio-históricas de sua produção.

A vertente teórico-analítica de abordagem do discursivo a que me filio, a AD, toma o discurso como um objeto ao mesmo tempo linguístico e histórico. A novidade trazida pela AD, no momento em que começa a se configurar como um corpo teórico-metodológico, no final dos anos 60 e anos 70, está justamente em questionar as ciências sociais, porque "se iludem com a instrumentalidade das ciências da linguagem" (Orlandi, 2008:33) e utilizam a análise de conteúdo como instrumento analítico. De uma outra perspectiva, a AD vai mostrar que o sujeito e a significação não são transparentes, porque estão mergulhados nas condições sócio-históricas em que se constituem e produzem o discurso. Os enunciados se inserem em redes de outros enunciados, relacionam-se com enunciados anteriores, retomando-os, deslocando-os, desdobrando-os, sempre convocando um espaço de memória. Cabe então ao analista de discurso, nas palavras de Foucault na *Arqueologia* (1986: 31-32), perguntar "como apareceu um determinado enunciado, não outro em seu lugar?" "que singular existência é esta que vem à tona no que se diz e em nenhuma outra parte? Da mesma forma, nos perguntamos por que esta configuração da memória e não outra?"

Mas, nos 40 anos de história da AD, muita coisa mudou. Inicialmente fortemente vinculada às teses althusserianas (os aparelhos ideológicos; a história como luta de classes; a interpelação do sujeito), a AD sofreu muitos deslocamentos em sua base teórica, devido a um conjunto de acontecimentos ocorridos durante as décadas de 80 e 90: as decepções políticas, a fragmentação das esquerdas, a crise do marxismo e do estruturalismo, a classe operária que desaparecia diante das novas reconfigurações econômicas; o advento das novas tecnologias de comunicação. Há, então, uma aproximação com a história, com Foucault, com Bakhtin (Gregolin, 2004, p. 157). Dentre os deslocamentos provocados na base teórica na década de 90, destacam-se a incorporação da ideia de heterogeneidade discursiva, que se revela nas relações intradiscursivas e no interdiscurso (a história, as memórias discursivas) e o foco na investigação das formas de circulação dos sentidos e suas interrelações em dados momentos históricos. Essas mudanças transformaram também o

corpus de análise. Se antes se trabalhava o discurso político e os textos escritos, o olhar do analista passou a perceber a heterogeneidade discursiva em diferentes materialidades significantes.

Sem perder de vista que o discurso acontece sempre no interior de outros discursos, com os quais estabelece correlações e deslocamentos, o analista que questiona a memória no âmbito da AD deve ter a interdiscursividade como objeto (Orlandi 1999), isto é, as redes de memória que se materializam na língua e que produzem os sentidos em dada configuração sócio-histórica. O discurso emerge, então, em relação com o domínio de memória que convoca para que se torne inteligível.

É nesse sentido que, acredito, a AD nos ajuda a compreender alguns dos mecanismos mobilizados na constituição da memória social. Se entendemos a memória social como um campo de disputas, um processo histórico em que se articulam lembranças e esquecimentos, podemos considerar que memória e discurso se constituem mutuamente, em uma relação de interdependência. Os sentidos se constroem a partir de redes de memória que produzem um efeito imaginário de continuidade, de coerência e de completude, mas que se encontram sempre em movimento, em processo, estabilizando-se em dados momentos e deslocando-se em outros.

Tomar então a língua como o lugar simbólico em que se constituem o sujeito, o sentido e a memória, implica, em primeiro lugar, em lembrar que a língua é efeito de uma institucionalização, construída socialmente, em um movimento constante entre a estabilização e a mudança. Este trabalho da memória, muitas vezes imperceptível e insidioso, sempre tem uma face silenciada, resultado dos embates e tensões pelo controle das formas do dizer.

O Funcionamento da Memória na Língua e a Língua como Lugar de Memória

Do campo da história, Pierre Nora em seu texto *Entre memória e história – a problemática dos lugares*, de 1993, oferece-nos uma reflexão sobre o fim das sociedades-memória, aquelas que se valiam da memória para preservar a sua história e as suas tradições. Diante dos meios de reprodução e armazenamento de que dispomos hoje e pelo profundo respeito que nutrimos pelos vestígios do passado, obrigamo-nos a acumular vestígios, testemunhos, imagens, discursos, em arquivos das mais distintas materialidades. Investidos de uma aura simbólica, esses arquivos são tomados como *lugar de memória*, lugar em que o passado se reinscreve, se metamorfoseia, “no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações”(NORA: 1993: 22).

Ao reivindicarmos para a língua o status de lugar de memória, é preciso que se tenha em mente pelo menos duas possibilidades de leitura. Uma em que se destaca a noção de perda daquilo que a língua já foi e que precisa ser restaurado, em nome de uma memória e de uma língua que se quer recuperar. Outra que destaca a dimensão processual de construção da língua e da memória, onde podem ser percebidos os afrontamentos, as tensões que se inscrevem nos enunciados e na estrutura linguística. Se no primeiro caso estaríamos mais preocupados com a preservação dos valores do grupo, no segundo o foco estaria na transformação social.

No âmbito dos estudos discursivos, mais especificamente da AD, a noção de memória é referida em diferentes reflexões teóricas. Para Pêcheux (1999: 56), a memória “é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos, de regularização ... um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos”. No mesmo texto, o autor destaca a memória discursiva, “aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos, etc) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível” (p. 52).

Observando um efeito de apagamento da história e da ideologia decorrente da grande quantidade de meios de memória disponíveis para o homem contemporâneo, Orlandi (1999: 10), afirma que, para saber como os discursos funcionam,

é necessário que nos coloquemos “na encruzilhada de um duplo jogo de memória: o da memória institucional que estabiliza, cristaliza, e, ao mesmo tempo, o da memória constituída pelo esquecimento que é o que torna possível o diferente, a ruptura, o outro”.

Ainda na mesma obra, a autora observa que, no âmbito do discursivo, a memória deve ser tratada como interdiscurso, “aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente”, o “já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra” (p. 31).

O conceito de memória discursiva, introduzido por Jean Jacques Courtine em 1981 na AD, retoma a noção de formação discursiva de Foucault na *Arqueologia*. Nas análises propostas nesta obra, Foucault nos mostra que toda formulação de algum modo repete, refuta, transforma, denega, formulações de um domínio associado, fazendo-as circular em novas conjunturas. A memória discursiva, que diz respeito à existência histórica do enunciado, seria então o mecanismo responsável pela retomada de narrativas, conjuntos ritualizados de discursos que se narram em circunstâncias bem determinadas, como os apontados por Foucault no texto *A Ordem do Discurso* (1970: 21-26).

Mas, nas preocupações com a memória, com aquilo que retorna no discurso, nas formulações, pelas redes de memória responsáveis pela construção dos sentidos, precisamos também considerar os silenciamentos, aquilo que não retorna, não porque foi esquecido, mas porque foi excluído justamente para que não haja um já-dito, uma memória. Trata-se, como observa Orlandi (1999: 66), daquilo que está fora da memória, “não está esquecido nem foi trabalhado, metaforizado, transferido. Está in-significado, de-significado”.

Retomando neste ponto a observação de Nora acerca dos lugares de memória, em particular o aspecto imprevisível das ramificações e ecos de enunciados pretéritos, reafirmamos a relevância das reflexões sobre a o papel ético e político dos estudos da memória na língua em um mundo em que as transformações viajam à velocidade da luz. Na sequência, revisito algumas discussões que, de diferentes perspectivas, abordam questões relativas à língua e à memória.

Do Português e da Língua Geral

Teve um tempo que nós, para viver, precisamos nos calar.
Hoje, nós, para viver, precisamos falar.
Pajé Luiz Caboclo
Indio Tremembé do Ceará,
(apud Bessa Freire, 2009)

É no contexto de colonização que melhor se percebem os embates ideológicos subjacentes à memória e que acabam por inscrever-se não apenas nos enunciados mas também na estrutura da língua. Acerca deste tema, Orlandi (2005) nos apresenta uma profícua reflexão a respeito do processo de funcionamento linguístico-histórico do português no Brasil a partir de Serafim da Silva Neto.

A autora aborda o processo pelo qual, na trajetória de institucionalização do português, a memória discursiva do português de Portugal (memória Outra) deixa de funcionar na situação enunciativa brasileira. Se, em um primeiro momento (situação enunciativa 1), falava-se de contato com o português de Portugal, em um outro momento passa-se a estabelecer a diferença a partir do local de enunciação (cá e lá). Em um terceiro momento, o processo discursivo não mais se remete à memória discursiva da língua de Portugal e passa-se a falar do contato com as outras línguas aqui faladas: africanas, indígenas e as línguas da imigração. Esta disjunção ideológica faz com que, com frequência, o mesmo fato linguístico possa ser nomeado brasileiro, se a língua é pensada em relação à língua do colonizador, ou tupinismo, se a referência for o contato com as línguas indígenas.

Em sua reflexão, Orlandi nos mostra que as marcas do processo de institucionalização da língua, impulsionado pelas mudanças sócio-históricas, inscreveram-se na própria estrutura linguística, constituindo uma outra memória.

Ainda na perspectiva da institucionalização do português no contexto brasileiro, Mariani (2004:31-33) observa que a colonização linguística supõe o estabelecimento de políticas para impor a comunicação com base na língua de colonização, dando lugar à hierarquização entre as línguas e os sujeitos que as empregam. Isso não significa, contudo, que não houvesse lugares de resistência. Os colonos usavam a língua geral, formando comunidades discursivas que não se comunicavam em português. Devido à relevância política da língua na comunidade, o tupinambá foi gramatizado pelos jesuítas. Abria-se, então, a possibilidade de uma escrita que poderia dar forma jurídica às novas relações sociais na colônia. A língua geral adquiriria assim status político-jurídico semelhante ao de qualquer língua europeia. Foi necessário um ato político-jurídico – o Diretório dos índios – para impor o português e colocar em silêncio a língua geral, caracterizando-a como “invenção diabólica”, e fazer calar as vozes que a falavam.

Com os mecanismos de silenciamento que vão sendo impostos à colônia, as línguas indígenas e a língua geral vão ficando cada vez mais ausentes, submetidas agora à memória da língua portuguesa. Os topônimos que designam a flora e a fauna, que trazem consigo outros dizeres e saberes, são categorizados como brasileirismos, atrelados a uma memória outra, vestígios dos mecanismos de apagamento.

Na interface dos campos da história social e da linguística, Bessa Freire (2008:130-147) aborda a questão da língua geral na região amazônica, onde a hegemonia do português vai se dar muito tardiamente. Na Amazônia, a língua geral se expandiu com o apoio da Coroa portuguesa, pois, no contexto de diversidade linguística, era ela que viabilizava o projeto colonial por funcionar como língua de comunicação interétnica. Documentação da segunda metade do século XIX nos mostra que o nheengatu ainda era predominante naquele período. Gonçalves Dias, encarregado de avaliar as escolas da região pelo presidente da província, observou que o sistema de ensino não funcionava porque a língua falada na escola, o português, não era a língua falada nas comunidades locais. O poeta/avaliador finaliza seu relatório recomendando a manutenção do português, pois “a vantagem da frequência das escolas estaria principalmente em se desabitarem da língua geral, que falam sempre em casa e nas ruas, e em toda parte” (p.131).

Depois de ser considerada ‘moribunda’ por mais de um século, o nheengatu, a língua geral amazônica (LGA), nos informa Bessa Freire (2009), foi declarada língua cooficial no município de São Gabriel da Cachoeira em 21/11/2002. Em território maior do que Portugal, onde são faladas vinte e três línguas diferentes, a LGA é, juntamente com o português, língua de comunicação interétnica, cumprindo, portanto, função semelhante a que teve durante muitos séculos.

A constituição de 1988 estabelece uma política de preservação das línguas indígenas e a educação bilíngue é o principal instrumento para tal. A premissa de base é que os índios devem aprender o português como segunda língua e não como língua materna. As suas línguas continuarão a funcionar na comunicação interna. O português servirá de comunicação entre índios (é hoje a língua de comunicação nas assembleias indígenas) e, é claro, permitirá a eles circular em outro campo do conhecimento, não construído em suas línguas, predominantemente orais.

Algumas comunidades indígenas brasileiras vivem portanto em contextos multilíngues e esta constatação traz um novo elenco de questões que não podem ser abordadas ingenuamente.

À Guisa de Considerações Finais - a Propósito da Língua como Lugar de Memória

Quando nos apropriamos do conceito de lugar de memória, observamos duas possibilidades de filiação de sentidos. Uma vincula-se à noção de perda, em nome de uma memória e de uma língua que se quer recuperar; a outra tem como foco a transformação social.

Não se pode ter a ilusão de que seja possível recuperar, ou mesmo reparar, os danos decorrentes dos silenciamentos e apagamentos produzidos historicamente. Payer (2009: 43) observa que, quando esta ilusão opera nos processos educacionais, a tendência é a ineficácia.

Por outro lado, o foco na transformação, no processo de constituição da memória na língua, permite que se vislumbrem tanto as tensões e embates quanto a atividade criativa que nela se inscrevem. A memória nos ajuda a compreender de que forma se fazem sentir na língua as tensões pelo controle dos sentidos.

Voltamos então ao início desta reflexão, quando destacamos que discussões acerca da memória e da língua pressupõem compromettimentos éticos e políticos que, sob o efeito do ideológico, naturalizam-se nos embates pelo poder de dizer nas práticas simbólicas. Bessa-Freire, em um belo texto publicado no Diário do Amazonas em 2009, nos aponta alguns desses desdobramentos:

A língua é arquivo da história, é canoa do tempo, responsável por levar os conhecimentos de uma geração à outra. Pretendemos remar as duas canoas, que já fazem parte de nossa vida: uma carregada de saberes tradicionais, a outra com os novos saberes, ambos necessários para nossa sobrevivência e para a afirmação da nossa identidade. Lutamos por um bilinguismo que guarde a nossa memória em português e em uma língua indígena, reatualizando permanentemente os saberes que elas veiculam. A maioria de nós, hoje, não pode mais viver sem as duas, que já fazem parte do nosso jeito de ser.”

Bessa Freire, 2009. Se eu fosse os índios: as línguas

Referências Bibliográficas

- ABREU, Regina. 2005. Chicletes eu misturo com bananas? Acerca da relação entre teoria e pesquisa em memória social. In: Gondar, Jô; Dodebei, Vera (orgs). *O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contracapa.
- BESSA-FREIRE, José Ribamar. 2008. Nheengatu: a outra língua brasileira. In: Lima, Ivana S.; Carmo, Lauro do (orgs). *História social da língua nacional*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa.
- BESSA-FREIRE, José Ribamar. 2003. *Da língua geral ao português: para uma história dos usos sociais das línguas da Amazônia*. Tese de Doutorado. Instituto de Letras - UERJ.
- COURTINE, Jean Jacques. 2009. *Análise do discurso político – o discurso comunista endereçado aos cristãos*. S. Carlos, SP: Edufscar.
- FOUCAULT, Michel. 2000. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense universitária.
- FOUCAULT, Michel. 1999. *A ordem do discurso*. S. Paulo, SP. Loyloa.
- GONDAR, Jô. 2005. Quatro proposições sobre memória social. In: Gondar, Jô; Dodebei, Vera(orgs). *O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contracapa.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. 2004. *Foucault e Pêcheux na análise do discurso – diálogos & duelos*. S. Carlos, SP: Claraluz.
- HALBWACHS. Maurice. 1992. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Albin Michel.

HALBWACHS, Maurice. 1990. *A memória coletiva*. S. Paulo, SP: Vértice.
LE GOFF, Jacques. 1996. *História e memória*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.

MARIANI, Bethania. 2004. *Colonização linguística*. Campinas, SP: Pontes.

NORA, Pierre. 1993. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História* 10, p. 1-178.

ORLANDI, Eni. 2005. O contato entre línguas e a relação ao outro: uma leitura possível de Serafim da Silva Neto. In: Guimarães, Eduardo; Brum-de-Paula, Rose (orgs). *Sentido e memória*. Campinas, SP: Pontes.

ORLANDI, Eni. 2008. *Terra à vista*. Discurso do confronto: velho e novo mundo. Campinas, SP: Editora da Unicamp.

ORLANDI, Eni. 1999. *Análise de discurso* – princípios e procedimentos. Campinas, SP.

ORLANDI, Eni. 1999. Maio de 1968: os silêncios da memória. In: Achard, Pierre et al. *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999.

PAYER, Maria Onice. 2009. O trabalho com a língua como lugar de memória. *Synergies Brésil* no. 7, p. 37-46

PÊCHEUX, Michel. 1999. O papel da memória. In: Achard, Pierre et al. *Papel da memória*. Campinas: Pontes.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. 2003. *Por uma linguística crítica* – Linguagem, identidade e a questão ética. S. Paulo, SP: Parábola.

NO FIO DA LÍNGUA, SUJEITOS E SENTIDOS EM MOVIMENTO

Lucília Maria Sousa ROMÃO⁵⁰

RESUMO: Esse trabalho reflete, problematiza e investiga o modo como o sujeito-navegador inscreve-se no ciberespaço, considerando-o como um “campo de documentos pertinentes a uma dada questão”, tal como Michel Pêcheux aponta. Discursivamente a internet é uma sobreposição de regiões de interdiscurso que são previamente selecionadas para estar on-line, ou seja, considerando que é impossível tudo dizer, dizeres e imagens, envelopados dentro deste ou daquele arquivo etiquetado com o selo www, apresentam-se como marcas de uma inscrição do político na própria maneira de ler o arquivo. Tal questão é política e ideológica e diz respeito ao fato de que os arquivos, em geral, e os eletrônicos, em particular, não podem ser interpretados apenas do ponto de vista técnico, o que pode ser enriquecido pela contribuição da teoria discursiva que compreende a língua em seus processos históricos de produção de sentidos. Assim, pensar a questão do político no arquivo dialoga com uma reflexão sobre o poder de disponibilizar instrumentos de permanência de certos sentidos, de recolher ou aniquilar regiões de memória, de saturar certos sentidos tidos como oficiais e legitimados, por fim, e de constituir lugares de resistência.

PALAVRAS-CHAVE: discurso; sentido; sujeito; rede eletrônica; movimento.

Minha apresentação terá dois momentos, o primeiro sinalizando reflexões sobre o conceito de arquivo em Derrida (2001), Colombo (1991) e Pêcheux (1997), promovendo, tanto quanto possível, um diálogo entre diferentes maneiras de ler o arquivo e tatear o digital até, em um segundo momento, tecer análises discursivas de recortes de textualizações produzidas por sujeitos-navegadores que se situam nas comunidades do Complexo Maré, no Rio de Janeiro, ou seja, que ocupam um lugar no urbano tatuado pela exclusão social. Designando “ao mesmo tempo o começo e o comando”, Derrida (op.cit., p.11) sinaliza que arquivo “coordena aparentemente dois princípios em um: o princípio da natureza e da história”. Compreender o começo e o comando implica considerar uma ordem seqüencial e organizativa estabelecida por uma instância de poder (na maioria das vezes uma instituição) a partir da tarefa de selecionar e efetivar uma triagem seletiva e/ou hierárquica de documentos. Isso inscreve uma voz tida como legitimada a definir respostas para as seguintes questões: o que deve e pode ser guardado? Quem autoriza a guardar o quê? Como essa ordenação é procedida? A partir de que posição alguém define o que entra e fica fora do arquivo? Na certa, o comando é sempre estabelecido a partir de uma relação de e com o poder, pois os sentidos considerados legitimados por um sujeito em posição de autoridade no âmbito social detinham uma inscrição política.

Isso reclama uma reflexão sobre o político, visto que não ocorre sem escolhas por mostrar certos sentidos e silenciar outros, nem sem re-cortes de dizeres autorizados e outros impedidos de circular naquele lugar; ou seja, o arquivo põe em circulação sentidos do privado que devem ser mantidos como verdadeiros e lidos de um só modo, saturando-os pela repetição e fazendo parecer evidente, pelo efeito ideológico, que eles são únicos. Nessa direção, o arquivo é sempre uma parte, um fragmento marcado pela ilusão do todo. Lidar com o não-todo e com a incompletude do arquivo faz uma linkagem com o que as instituições arquivísticas procuram escamotear, a sua própria condição de falta, a condição insuportável de que há uma ausência constitutiva ao ato de guardar. E não apenas elas crêem que tudo pode estar ali reunido, os defensores entusiasmados da rede eletrônica (e aqueles que se filiam ao senso comum igualmente) anunciam que, na Biblioteca de Alexandria da pós-modernidade, cabem tudo e todos.

Alguns anunciam um dilúvio informacional capaz de banhar todos com as mesmas águas e os movimentos tempestuosos na trama digital como indiciários de que todas as fronteiras foram abolidas (LEVY, 1999). Com esse olhar, a ilusão de apagamento das contradições está posta a produzir efeitos de liberdade para todos de maneira homogênea e igualitária. O mesmo desejo de guardar (supostamente) tudo e de tudo ter sob controle e comando inscreve-se na atualidade, fazendo retornar o imperativo da potência e o (desejado) tamponamento de furos e faltas do/no arquivo. Com a explosão

⁵⁰ USP, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Departamento de Educação, Informação e Comunicação, Rua Conde Afonso Celso 604, 14025-040, Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil, luciliasm@uol.com.br

de tecnologias comunicacionais, miniaturização, informática, esse efeito foi pontencializado de tal modo, que parece natural, pelo mecanismo ideológico (PÊCHEUX, 1975) de evidência, que todos estão on-line com possibilidade de navegar para qualquer canto, de ter poder de acessar todos os arquivos eletrônicos; enfim, de promover certa submersão em uma esfera do poder-dizer sem limites no fluxo hipnótico de entrar e sair, de estar em rede(s). Isso se combina com algo que Derrida (2001) aponta: o arquivo inscreve temporalidades e sela uma relação de permanência com o tempo, pois tanto criptografa e escava o tempo passado, quanto promete adentramento e permanência no futuro. Pensando no jogo das formações imaginárias (PÊCHEUX, op.cit.), aponto que essa dobradiça temporal do/no arquivo é mais complexa na rede, já que ela constitui-se no gerúndio em acessos eletrônicos. Melhor dizendo, é no fluxo de o sujeito estar na rede investindo palavras na sua navegação, que são materializadas inscrições em arquivos anteriores e em outros que deixarão pegadas no que no Arquivo (ROMAO, 2010), entendido aqui como lugar discursivo nunca acessável, formado pela soma de todos os arquivos interconectados.

Em relação a isso, as tecnologias de comunicação alardeiam uma discursividade na qual estão instalados sentidos de sem-limite, tais como “viver sem fronteiras”, “no limits”, “você pode ter o mundo na palma de sua mão”, “você livre pelo mundo todo”, “você é, você pode”, naturalizando a máxima de ilusórios trans-bordamentos do sujeito em relação ao tempo, espaço e poder. De certa forma, a internet é uma das vigas de sustentação desses movimentos em que as ilusões de poder-dizer-tudo ganham corpo presente e isso tem relação com o arquivo. Vejamos. Colombo (1991, p. 17) ressalta “uma autêntica vocação para a memória, espécie de mania arquivística que permeia conjuntamente a cultura e a evolução tecnológica”, visto que o poder de guarda(r) sinaliza um suposto efeito de proteção contra o esquecimento. Isso fica quase que garantido pela eficácia das máquinas de registrar e condensar dados, de modo mais rápido e compacto, em diferentes suportes e em unidades cada vez menores, mais portáteis e potentes; tudo para não perder depois, para registrar no e para além do tempo presente, para driblar o medo de não ter todos os dados em mãos. As cópias de segurança de arquivos eletrônicos indiciam a ordem de guardar (e de salvar no dizer informático) documentos intactos para além dos sinais e rugas do tempo, marcas amareladas do que seria tido como indesejável. Nessa linha, o tempo do instante, não sem a possibilidade de furo, passa a ser dilatado e distendido para além de algo passível de medida pois, como o próprio autor afirma, está em curso “um novo deslocamento na concepção de tempo, uma vez que a duração não mais comparece medida, e sim produzida.” (op.cit., p.80).

Acarício a idéia de que, na moldura das atuais condições de produção, os arquivos contemporâneos – entendidos ao modo de que Pêcheux (1997) chamou de “campo de documentos sobre uma dada questão” – vendem a imagem de totalidade e completude e mantêm a ausência e a falta fora do seu seio de dizer, afastadas como impossíveis de serem tateadas. Satura-se, nos trabalhos científicos e nas práticas institucionais de arquivos, o que está presente, seja pela organização feita e pelo que foi preservado segundo critérios específicos; ao mesmo tempo, produz-se um silenciamento da perda, do esquecimento, do que escapou ou do que não foi possível abarcar, efeitos incômodos de/ para dizer em tempos de plenitude e potência. Em relação ao digital, isso se complica e, colocando justamente aí a minha pena, proponho pensar a internet como um espaço discursivo, no qual o Arquivo (ROMAO, 2011) é inacessível e inacessável, já que ele compreende a malha de pequenos arquivos conectados sem uma dimensão explícita de fisicalidade e com veios de ligação imprevisíveis entre si.

O que se esconde do Arquivo não é apenas a sua distensão ou extensão de sua potência, mas o escamoteamento de sua fragilidade, a nunca-possível abordagem de seus contornos e os seus limites que implicam o furo e a falta para o navegador sempre em fluxo, em trânsito, em dívida para continuar a buscar o arquivo seguinte. Pêcheux (op.cit., p.56-57) anunciou as “clivagens subterrâneas entre maneiras diferentes de ler o arquivo”, atribuindo a mãos de técnicos de informática a arquitetura de gestos de leitura na contemporaneidade. O ponto mais problemático Nele é que a dimensão de sua presença ausenta-se na mesma intensidade com que se dá a conhecer, ou seja, é impedido ao sujeito-navegador estar em todos os arquivos da rede, bem como é não se aplica a ele a possibilidade de tudo acessar, mas somente o que está dado e/ou autorizado a circular. Assim, o sujeito caminha por trilhas que, na maioria das vezes, não escolheu, tampouco construiu, sustentadas que estão por outros sujeitos que podem a qualquer momento fazer desaparecer certo arquivo do Arquivo.

Em certos links, inscreve-se em fendas de dizer nas quais comparecem efeitos de ruptura e deslizamento dos estabilizados, fazendo emergir outros modos de dizer de/sobre a violência e a resistência, por exemplo. E tais arquivos eletrônicos enfeixam a constituição e a circulação de ramificações e labirintos por onde o poder transita de outro modo, capilarmente articulado com a comunidade. Tal condição implica o político em uma ordem de sutileza diferente, aliás, bastante diferente, daquela já estabelecida em outros contextos que uma voz de autoridade legítima e recorta o que deve ser reproduzido. E isso tem relação com um modo de ocupar o espaço da comunidade, da favela, da cidade, inscrevendo em arquivos digitais gestos de leitura bastante diferentes daqueles que fundam os relatos midiáticos, por exemplo.

quarta-feira, 5 de agosto de 2009

Cavalo preto

Nas noites sombrias das favelas
todos esperam o cavalo preto
que vem fazendo barulho pelas ruas
com suas ferraduras blindadas.

O cavalo feito para matar
aterroriza a quem deveria proteger
não respeita ninguém
Quem ele procura para condenar
já é condenado desde pequeno
Quando ele os encontra suas sentenças
já foram aplicadas.

Todos na cidade o conhecem
quem mora lá acha que ele deve
continuar matando e atemorizando
Quem mora aqui pensa que ele não deveria existir.

E neste jogo de empurra, empurra
O cavalo vai se criando
Com o sangue de inocentes
e as ruas da cidade nas favelas inundando.

Enviado para o Foto&Jornalismo Maré
POSTADO POR FOTO&JORNALISMO MARÉ ÀS 19:00⁵¹

O “cavalo preto” condensa sentidos de terror e afeta os moradores da favela em uma espera já marcada pelo previsível, visto que “todos esperam...” e “todos o conhecem”. É curioso que a “espera”, que no senso comum consiste em algo de bom que o sujeito possa aguardar para si no presente ou futuro, aqui conte com o sentido de espera da morte e violência, o que marca um mecanismo de antecipação tido como evidente e único pela força da repetição em dadas condições sócio-históricas. O sujeito assume-se na posição discursiva de quem está dentro da comunidade pobre – da favela – e vê o cavalo chegar de “lá”, de fora para agredir os que vivem “aqui” dentro. Tal jogo está posto no funcionamento dos versos: “quem mora lá acha que ele deve continuar matando e atemorizando/ quem mora aqui pensa que ele não deveria existir”, a fronteira dos que estão fora e dentro, dos daqui e de lá, ou seja, dos lugares discursivos marca o direito negado daqueles que serão presa fácil (muitas vezes presos e torturados) do cavalo preto. Essas pistas indiciam que do cavalo preto se espera apenas a agressão e nenhuma espécie de respeito, pois ele “foi feito

51 <http://fotojornalismomare.blogspot.com/> Acessos ao longo dos meses de agosto, setembro e outubro de 2010.

pra matar, aterroriza a quem deveria proteger, não respeita ninguém”.

Infelizmente esses efeitos não são novidade nenhuma (MEDEIROS, 2010, a sair) e podem ser percebidos no modo como autoridades policiais fazem falar dizeres de comando dentro e fora das ruelas das favelas, marcando a inevitável necessidade da “força” para exercer seu trabalho como se não existisse outro modo de dizer, como se subir o morro com armas nas mãos e com um aparato repressor truculento fosse natural. Destaco aqui que nesses momentos produz-se um espetáculo que a(s) mídia(s) acompanham de fora estourando seus níveis de audiência, nunca de dentro da comunidade, nunca discursivizando a favela como um lugar de direitos negados. No poema, é justamente de dentro que o sujeito se posta, se situa e se assume, colocando em curso os sentidos de ser invadido, violentado, ameaçado por aquele que vem debaixo e adentra a comunidade como um cavalo preto a relinchar a morte, “fazendo barulho pelas ruas com suas ferraduras blindadas”.

De novo, o “não” está marcado no modo como os sujeitos navega-dores desses blogs dizem dos representantes do Estado que, em tese, deveriam defendê-los, apresentando-os como agressores do direito à vida, dentre outros direitos assegurados pela constituição do país. Entretanto, pelos sentidos em discurso no poema, as “sentenças”, que novamente inscrevem uma tarefa do Estado de Direito, especialmente no tocante a dar pareceres judiciais, encontram-se prontas, julgadas e escritas, regularizando efeitos fechados para as camadas pobres, restando como palavra final, a morte, o “não” maior. Nesse sentido, “Quem ele procura para condenar já é condenado desde pequeno/ Quando ele os encontra suas sentenças já foram aplicadas”. O sujeito não se alinha a essa condenação já dada a priori e, sobre a superfície ditada pelo cavalo preto, afirma o seu “não” de desacordo, rebeldia e resistência marcando que tal cavalo preto “não deveria existir”. Novamente o “não” faz dobradura sobre uma ordem de negativas historicamente constituídas e repetidas pelo efeito ideológico de evidência, sendo aqui furada pelo sujeito com seu movimento poético de dizer não ao extermínio de que é vítima.

Outro movimento de resistência a fazer link com o recorte anterior, colocando força contrária e dizer de condenação ao modo como as políticas públicas têm tratado os moradores das comunidades pobres, qual seja, pela via da repressão e da violência. E tal movimento só foi possível pelo arquivo eletrônico dos navega-dores da Maré, arquivo este inscrito na rede a produzir um dizer de/sobre o “nós” no “aqui”, que iconiza a relação dos sujeitos com o de-dentro da comunidade, com seus atos políticos e poéticos de dizer. Posição que se autoriza a enunciar por si mesmo sem a mediação da mídia e/ou dos representantes, que assume o “não” da recusa onde antes cabia o “não” da omissão e da negligência. E a propósito de dizer “não”, apresento o recorte que se segue.



Jogador precisa se

“Você é um favelado sem lenço e sem documento perdido nas ruas do Rio”. Este é o texto de abertura do game, que tem divertido alguns e revoltado outros. O objetivo é comprar o estádio do maracanã. Para isso, o jogador – um morador de favela alcoólatra – tem que praticar crimes.

De acordo com o jogo, ele começa roubando galinhas e depois parte para os assaltos nas ruas. A novidade foi criada na Alemanha por dois estudantes e reproduzida em outros sete países. No mundo, mais de

cinco milhões de usuários já utilizam o jogo. No Brasil, são mais de 90 mil.

Os criadores afirmam que tudo não passa de uma brincadeira. Mas os moradores dos morros do Rio, não acharam a menor graça. Para eles, o assunto tem que ser tratado com seriedade.

Este é mais um dos jogos que exploram a pobreza da capital fluminense. No mercado, eles receberam o nome de “Favela Games”. Em lan houses de alguns morros cariocas, estes jogos estão sendo proibidos por uma iniciativa dos próprios moradores.⁵²

O jogo, criado “por dois estudantes” alemães, materializa uma posição-sujeito estrangeira à comunidade e ao próprio Brasil, que vê a favela e seus moradores como criminosos, o que pode ser flagrado nas sequências discursivas: “rei dos favelados”, “um favelado sem lenço e sem documento perdido pelas ruas do Rio”, “morador da favela alcoólatra” que “começa roubando galinhas e depois parte para os assaltos nas ruas”. Ser favelado equivale, nesses termos, a estar ligado ao mundo do vício e do crime, o que possibilitaria um “jogo” de matar que, na realidade, existe de verdade e instala o efeito ideológico dominante de que apenas a força bruta dá conta de colocar “ordem” no morro, na favela.

Se na realidade esse jogo de matar tem como agente o “cavalo preto” contra o qual se erguem os gritos de sujeitos aqui estudados, nesse caso, qualquer um dos internautas pode ocupar a posição de matar por “brincadeira”, como a fazer de conta que isso não tem efeitos. Ou seja, esse jogo sustenta a formação imaginária de que os pobres da favela devem ser tratados na ponta da metralhadora, não lhes restando mais do que o extermínio. O sujeito mora-dor é nomeado pelos de fora, pelos que não conhecem e tampouco se atrevem a escutar o que está fervilhando como dor dentro da comunidade. A voz de fora legitima a nomeação de favelado-bandido e dá o “não” à vida como imperativo e como única via possível. Mas a insistência de dizer – e, sobretudo, de torcer o dizer do não desdobrando-o em outra negativa – faz teimosia e insiste em (d)enunciar que não há graça nem brincadeira nisso, negativa que comparece novamente da seguinte forma: “os moradores dos morros do Rio, não acharam a menor graça. Para eles, o assunto tem que ser tratado com seriedade (...) Em lan houses de alguns morros cariocas, estes jogos estão sendo proibidos por uma iniciativa dos próprios moradores.”. Nesse caso, a proibição funciona discursivamente como ponto de torção, de basta, de interrupção, pespontando um fio de continuidade em relação aos outros recortes analisados. No “não” da comunidade, está dito que uma “outra Maré é possível”, que “queremos mais respeito” e que o “cavalo preto (...) não deveria existir”, o espaço da favela é falado nesses links de outro modo, fazendo furo nos sentidos repetidos e tidos como evidentes.

3. Efeito de Fim: A Inscrição de uma Ausência que Continua na Rede

É fato que as privações materiais assolam a maioria das comunidades das favelas no Rio e no país em geral, submetendo-as a faltas de muitas ordens - moradia, saneamento, trabalho, escola etc. Os “nãos” estão postos nas condições de produção dadas pela ausência do Estado de Direito, que deveria assegurar vida digna e, em seu lugar, exerce a única função que parece ter restado a ele no capitalismo tardio, a repressão e o refinamento das forças coercitivas e violentas para silenciar os que estão na borda, na margem, na esfera dos “nãos”. Nesse lugar, emerge a resistência de dentro das comunidades que se organizam para fazer valer direitos negados historicamente e ainda hoje sabotados pelos representantes do Estado, e a net aparece como uma possibilidade e uma aposta no dizer e na circulação de outros sentidos.

No Arquivo, algo sempre escapa, escapole e fura, visto que ele é ordem do inacessível e inacessível, mas nos arquivos é possível escutar a voz de sujeitos, seus movimentos de desfiar gritos de “nãos” para tecer algo; algo de uma tessitura semelhante aos gritos de galo de João Cabral, que anunciou com eles o tecido de uma nova manhã sinalizando que é preciso que um “apanhe esse grito que ele/ e o lance a outro: de outro galo/ que apanhe o grito que um galo antes/ e o lance a outro; e de outros galos/ que com muitos outros galos se cruzam/ os fios de sol de seus gritos de galo/ para que a manhã, desde uma tela tênue,/ se vá tecendo, entre todos os galos”.

⁵² <http://blog.primeiramao.com.br/index.php/2010/05/26/game>. Acesso em 10 de outubro de 2010.

Referências Bibliográficas

- BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2001
- COLOMBO, F. **Os arquivos imperfeitos** – memória social e cultura eletrônica. Tradução: Beatriz Borges. São Paulo: Editora Perspectiva, 1991.
- DERRIDA, J. **Mal de arquivo**, uma impressão freudiana. Tradução: Cláudia de Moraes. Rio de Janeiro. Relume Dumará, 2001.
- LÉVY, P. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.
- MEDEIROS, V. “Posso me identificar?”: mídia, violência e movimentos sociais. In: **Leituras do político**. Org: Ana Zadwais e Lucília Maria Sousa Romão. Série Ensaio. Editora da Universidade Federal do Rio Grande do sul, 2010. (no prelo).
- PÊCHEUX, M. [1975]. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução: Eni P. Orlandi. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. En: Orlandi, Eni P. (Org.). **Gestos de leitura**: da história no discurso. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.
- ROMÃO, L. M. S. [2006]. O cavalete, a tela e o branco: introdução à autoria na rede eletrônica. **Revista Delta**. 22 (2). Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/delta/v22n2/a04v22n2.pdf>>. Acesso em: 17 abr. 2009.
- ROMÃO, L. M. S. **Discurso e rede eletrônica**, movimentos opacos do sujeito. (mimeo).
- ROMAO, L. M. S.; BENEDETTI, C. A navegação do sujeito no discurso jornalístico impresso e eletrônico. **Revista Verso e Reverso**, ano XXII, n. 49, 2008/1. Disponível em <http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/versoereverso/index>. Acesso em: 12 nov. 2010.
- ROMAO, L. M. S. Fios de grito na rede - navega-do-res (d)enunciam o extermínio. Aceito, a sair.

A LETRA, O EQUÍVOCO E AS FRONTEIRAS DA LÍNGUA NACIONAL⁵³

Mônica Graciela ZOPPI FONTANA⁵⁴

RESUMO: Na última década o debate sobre a “internacionalização da língua portuguesa” tem ocupado espaço crescente na mídia, na academia, nas instâncias do Estado brasileiro e, além-fronteiras, em outros estados nacionais nos quais se fala essa língua, sendo inclusive assunto central de encontros de órgãos internacionais como a CPLP. Neste trabalho, abordamos esta questão por um ângulo específico: os efeitos produzidos sobre o imaginário de língua nacional pelo imaginário de “internacionalização da língua” quando referidos a um espaço de fronteira. Especificamente, analisamos o projeto de lei 065/2005 apresentado à Câmara Legislativa do Município de Foz de Iguaçu que propõe alterar a grafia do nome da cidade substituindo o ç por ss. O referido projeto provocou um alvoroço na cidade, dando lugar a audiência pública e a debates nos jornais locais, onde se confrontavam posições a favor e contra a alteração da grafia. Finalmente, foi aprovado pela Câmara em 19 de outubro de 2005 e posteriormente vetado pelo prefeito em 14 de novembro do mesmo ano (veto mantido em nova votação da Câmara) com base em uma consulta popular informal. Nossa análise se debruça sobre um corpus de documentos legislativos e matérias jornalísticas. Origem tupi da denominação, mudança nos acordos ortográficos sobre Língua Portuguesa, inserção internacional da língua e da cidade na internet, memória histórica do município e projeção imaginária da identidade local são alguns dos sentidos que se cruzam, articulam e confrontam nos processos de identificação que significam discursivamente tanto a língua quanto seus falantes.

PALAVRAS-CHAVE: língua oficial; globalização; identidade nacional; colonização linguística; língua transnacional

Transbordando Fronteiras: A Dimensão de Língua Transnacional

A partir dos anos noventa assistimos a uma intensificação da discussão sobre a promoção e difusão internacional da língua portuguesa, ocorrida tanto nos espaços acadêmicos e políticos do Brasil, quanto de outros países que reconhecem o português como língua oficial, notadamente no âmbito de órgãos supranacionais como a Comunidade de Países de Língua Portuguesa - CPLP, entre outros. A preocupação com a “internacionalização” da língua é recente, ultrapassa os limites da língua portuguesa e está diretamente vinculada ao discurso da mundialização e de mercantilização das línguas.

Desde 2002, ocasião de uma primeira apresentação no IX ICHOLS realizado conjuntamente pela USP e UNICAMP no Brasil⁵⁵, e especificamente a partir de 2005 com financiamento do CNPq, tenho desenvolvido uma pesquisa destinada a estudar a presença e funcionamento do Português do Brasil em espaços de enunciação ampliados. Dois projetos individuais de pesquisa⁵⁶ e algumas teses e iniciações científicas diretamente vinculadas a eles⁵⁷ recortaram como objeto diversos aspectos do processo de gramatização (Auroux, 1992) do português do Brasil nos últimos 25 anos, descrevendo os diversos modos de constituição de uma memória da língua que a significa em sua dimensão *transnacional*. Analisamos gestos de *institucionalização* de um saber específico sobre essa dimensão “internacional” da língua (criação de novas associações científicas e cursos de licenciatura), a elaboração e implementação de novos *instrumentos linguísticos* (gramáticas específicas de PLE, dicionários, livros didáticos e exame de proficiência produzidos no Brasil por autores brasileiros) e diversos *acontecimentos linguísticos* que têm participado efetivamente na construção de novos sentidos para a língua brasileira⁵⁸, que vem ressignificar o estatuto do português tanto como *língua oficial*

53 A participação no evento contou com apoio FAPESP, processo 2011/13610-6.

54 UNICAMP, Instituto de Estudos da Linguagem, Departamento de Linguística Rua Sérgio Buarque de Holanda, 571. CEP: 13083-859 Campinas, SP, Brasil. monzoppi@iel.unicamp.br .

55 Cf. Zoppi Fontana, 2002.

56 Este artigo apresenta resultados finais do projeto de pesquisa A língua brasileira no mercosul. Instrumentalização da língua nacional em espaços de enunciação ampliados, Bolsa PQ-CNPq processo 02969/2004-7 e do projeto O discurso político sobre a língua no Brasil a partir dos anos 90, Bolsa PQ-CNPq processo 306635/2007-0.

57 Cf. Diniz, 2009 e Caldeira, 2010.

58 Cf. Orlandi, 2009. Voltaremos mais adiante sobre os processos históricos e discursivos que participam da determinação da língua

quanto como *língua nacional* do país.

Como resultado do nosso trabalho (Zoppi Fontana, 2010), consideramos que **um espaço de enunciação transnacional** é delimitado a partir da *denegação* (isto é, a partir do reconhecimento e da negação desse reconhecimento) de fronteiras entre línguas nacionais diferentes praticadas por sujeitos constituídos em relação ao funcionamento jurídico-político de diferentes Estados/Nações. Interessa destacar que não se trata de um espaço onde se *apaguem as fronteiras entre as línguas*; ao contrário, defendemos que é necessário o reconhecimento dessas fronteiras para que a relação entre as línguas que nele se encontram produzam diversos modos de *transbordamento*. Ao analisar o último período do processo de gramatização do português no Brasil, iniciado, como demonstramos em outros trabalhos (Zoppi Fontana, 2009), no fim da década de oitenta do século XX, descrevemos a constituição de uma memória e uma imagem para a língua brasileira, na sua dimensão *transnacional*, que a significa como *instrumento de penetração do Estado e Mercado brasileiros em territórios para além das suas fronteiras nacionais*. Não se trata, portanto, de uma língua sem Estado (franca, global, veicular ou sem fronteiras), mas da língua do Estado e da Nação brasileiros que ultrapassa as fronteiras expandido o seu espaço de enunciação⁵⁹. É neste sentido que compreendemos a *dimensão de língua transnacional*, enquanto uma imagem e uma memória específica para o português do Brasil produzida como efeito dos processos de gramatização ocorridos no país nos últimos 25 anos. Trata-se de uma imagem e uma memória da língua brasileira que ao mesmo tempo que se alicerçam nos discursos que a instituem como unidade imaginária (a sua dimensão de *língua nacional*⁶⁰) pelos fortes laços de identificação com o funcionamento dos aparelhos do Estado-nação, sofrem o impacto dos discursos de *“internacionalização”* e *“mercantilização”* que deslocam, hoje, o debate sobre as questões linguísticas, ressignificando as memórias, os sentidos e os processos de silenciamento e dominação que definem a dimensão de língua nacional.

Definimos, então, a língua brasileira na sua dimensão de **língua transnacional** (Zoppi Fontana, 2009) como uma *língua nacional que transborda* as fronteiras do Estado-Nação brasileiro no qual foi historicamente constituída e com o qual mantém fortes *laços metonímicos*. É importante frisar uma consequência teórica desta definição: somos obrigados a considerar o aspecto *transnacional* atribuído a uma língua, não como uma simples qualificação de seu modo de circulação, mas como uma *dimensão da língua*, o que leva necessariamente a considerar o modo de existência histórica das línguas particulares e os processos discursivos de silenciamento e de dominação histórica que organizam as diversas memórias que as constituem. Embora não desenvolvamos essa discussão neste trabalho por falta de espaço, insistimos no fato de que do ponto de vista discursivo, portanto considerando a materialidade histórica das línguas, não podemos assumir como evidência empírica a aparição ou surgimento de “um português internacional ou transnacional” (nos seus efeitos de unidade imaginária); pelo contrário, é necessário refletir teoricamente sobre os acontecimentos linguísticos e os processos de gramatização que o produzem historicamente e defini-los como uma nova dimensão/memória da língua portuguesa que deve ser descrita e interpretada a partir dos processos de *colonização* e *descolonização linguística*⁶¹ que afetaram os países nos quais essa língua é falada.

Até aqui retomamos rapidamente conclusões de trabalhos anteriores sobre as quais não vamos nos estender por não ser este o objetivo do presente trabalho. Porém é relevante situar nossa atual reflexão nesse contexto mais amplo, para melhor reconhecer os sentidos historicamente produzidos para o Português do Brasil pelos discursos que defendem sua promoção como *língua de “comunicação internacional”*. A partir das análises que realizamos, definimos esses sentidos como uma nova *dimensão/memória da língua brasileira* que consiste em estabelecer uma relação simultânea e contraditória:

- por um lado, com o português enquanto *língua nacional*, o que implica pensar a constituição dessa língua a partir de processos de interpelação pelo Estado e seus aparelhos ideológicos, especificamente a Escola nos seus diversos níveis **de ensino**; e

portuguesa no Brasil como “língua brasileira”.

59 Guimarães (2002) define “espaço de enunciação” como um espaço de coexistência de línguas constitutivamente dividido por um litígio que distribui desigualmente o direito a dizer.

60 Payer (2009) denomina “dimensões da língua” às diversas memórias que organizam discursivamente o espaço simbólico e imaginário de uma língua em relação com os processos de subjetivação dos falantes.

61 Cf. Orlandi, 2009; Mariani, 2004.

- por outro lado, com a circulação e relação dessa língua em espaços de enunciação que ultrapassam as fronteiras do território nacional, no qual o português do Brasil disputa os sentidos de uma nova *língua de mercado*.

Considerando o funcionamento discursivo da *dimensão de língua transnacional* como um espaço de identificação simbólica e imaginária para a constituição do sujeito enquanto falante de uma língua, concluímos que os processos de interpelação que individualizam hoje o cidadão brasileiro na sua relação com a língua portuguesa sofrem simultaneamente e contraditoriamente a sobredeterminação pelos sentidos de *língua de Estado* (no embate das dimensões oficial e nacional) e de *língua de Mercado*. Compreender os efeitos nos processos de subjetivação destas dimensões da língua brasileira nos permitirá descrever o acontecimento objeto deste trabalho: o projeto de lei para alteração da grafia do nome da cidade de Foz de Iguaçu, situada na tríplice fronteira do Brasil com Argentina e Paraguai.

A Letra que Falha

Em 16 de maio de 2005, o vereador Djalma Pastorello (PSDB) apresentou à Câmara Municipal de Foz de Iguaçu (PR) o projeto de lei 65/2005 com proposta que *“Altera a grafia da denominação do Município de Foz do Iguaçu”*⁶².

Art. 1º A denominação do Município de Foz do Iguaçu passa a ter a grafia alterada para Foz do **Iguassu**.

Art. 2º Caberá ao Poder Executivo tomar as providências necessárias para que a nova grafia passe a constar em todos os documentos e impressos oficiais, bem como a comunicação a todos os órgãos municipais, estaduais e federais e a quem mais de direito, sobre a presente alteração.

O projeto provocou um alvoroço na cidade, dando lugar a audiência pública na Câmara Municipal e a debates nos jornais locais, onde se confrontavam posições a favor e contra à alteração da grafia. Finalmente foi aprovado pela Câmara em 19 de outubro de 2005 e posteriormente vetado pelo prefeito em 14 de novembro do mesmo ano (veto mantido em nova votação da Câmara), com base nos resultados contrários à proposta obtidos em uma consulta popular informal ocorrida antes do veto.

Nossa análise se debruça sobre um conjunto de documentos elaborados em torno deste projeto, visando descrever o modo como as diferentes dimensões da língua brasileira e seus efeitos nos processos de subjetivação determinam os sentidos produzidos no debate sobre a grafia do nome da cidade. A relevância da análise deste caso pontual se evidencia quando o interpretamos como uma metáfora regional de processos mais amplos que nos permitem refletir teoricamente sobre o movimento de mundialização crescente que afeta as práticas simbólicas de representação da língua na construção das identidades nacionais.

O corpus é composto por documentos legislativos (representando as políticas de Estado sobre a língua nacional e sua internacionalização) e matérias jornalísticas (que representam a repercussão da questão na opinião pública). O conjunto de documentos parlamentares (projeto de lei e texto do veto do prefeito, incluindo as respectivas justificativas) permitem observar um *saber espontâneo sobre a língua*, que retoma e reformula do lugar de enunciação do legislador memórias historicamente produzidas. Este recorte discursivo de textos jurídico-administrativos pode ser caracterizado como fazendo parte do *arquivo legislativo*, definido por Rodrigues (2010:296) como “o conjunto de textualidades elaboradas durante o processo legislativo de apresentação e tramitação de um projeto de lei”, que se caracterizam, conforme a autora, por sua circulação restrita ao âmbito parlamentar e pelo seu funcionamento discursivo como *proposição*, o que as diferencia do **funcionamento de imposição** normativa que caracteriza a lei, uma vez que é sancionada.

62 Tomei conhecimento desse projeto de lei por meio do levantamento de dados realizado por Marcel Caldeira para sua pesquisa de iniciação científica (Caldeira, 2010), na qual analisava os processos de designação da língua em textos legislativos, recortando especificamente como corpus de seu trabalho os projetos de lei apresentados em vários Municípios brasileiros para a implementação de serviços de pronto atendimento gramatical por telefone.

Os documentos jornalísticos que integram o corpus analisado reúnem matérias publicadas em diversos jornais *online* e portais da web (*Folha.com*; *H2FOZ*, *O jornal das Cataratas*; *Paraná online*; *Notícias da Câmara Municipal de Foz de Iguaçu*).

Para iniciar nossa análise reproduzimos abaixo parte da justificativa apresentada pelo vereador Pastorello, que se encontra incluída no projeto de mudança de grafia do nome da cidade.

Percebe-se a grande dificuldade encontrada pelos povos de outros países quando de referem a nossa cidade, sendo que comumente substituem o “Ç” por “SS”, tendo em vista que o “Ç” é um símbolo gráfico de uso quase que exclusivo do Brasil. Só para exemplificar, o idioma mais utilizado em todo o mundo, o inglês, não possui o “Ç” em seu alfabeto, substituindo-o por “SS” quando escreve a palavra Foz do Iguassu ou Cataratas do Iguassu (Iguassu Falls). Da mesma forma o espanhol, segunda língua mais falada do mundo não possui o “Ç”, como também o alemão, italiano, francês, etc. Nossa cidade depende de divulgação para atrair mais turistas, contribuindo para o incremento de nossa economia e, sendo assim, devemos procurar facilitar o trabalho de divulgação e não dificultar como hoje acontece pela grafia com letra que não existe nos alfabetos mais usados do mundo.

A alteração da grafia de Iguaçu para Iguassu dará um caráter internacional à denominação de nosso Município e facilitará significativamente a divulgação de nossas atrações turísticas, especialmente as Cataratas do Iguaçu, nossa grande estrela. (Projeto de lei 65/2005, Djalma Pastorello (PSDB), vereador da Câmara Municipal de Foz de Iguaçu, 16-5-2005)

Observe-se que a razão alegada para a proposta de mudança é a ausência da grafia “Ç” principalmente no alfabeto do inglês, que aparece qualificado como “o idioma mais utilizado em todo o mundo”, embora se mencione também outras línguas, notadamente o espanhol, caracterizado como “segunda língua mais falada do mundo”. Encontramos assim desenhado, nesta breve citação, um esquema hierárquico do *espaço de enunciação na tríplice fronteira*, dominado pelo inglês, seguido do espanhol e, finalmente, das outras línguas de origem europeia, cabendo ao português o grau mais baixo da escala, o que obrigaria a se adequar às exigências formais dos idiomas que encabeçam a classificação. Não podemos deixar de mencionar o silenciamento absoluto das línguas indígenas faladas na região e, em particular, do guarani, que é reconhecido como língua oficial no Paraguai e cuja escrita já comportou historicamente a grafia em questão.

No projeto de lei o inglês é significado como língua global de negócios (portanto de turismo e dos lucros possíveis a ele vinculados) ao tempo que o português é compreendido como língua que produz isolamento por ter uma grafia de “uso quase exclusivo do Brasil”, prejudicando destarte o turismo. A letra “Ç”, no seu traço diferencial, funciona como *metonímia da língua* (ela por si só distingue a língua oficial do Brasil de outras), mas também como *metonímia da cidade*, dado que seria necessário “internacionalizar” a língua para internacionalizar a cidade e, conseqüentemente, o país. Manter o “Ç” no nome da cidade representaria, face ao mundo, a exclusão do Brasil, que ficaria ilhado do mercado de turismo internacional. Importa destacar o quanto estas formulações do projeto do vereador retomam os sentidos de transbordamento das fronteiras nacionais e projeção da língua alhures que constituem a dimensão/memória *transnacional* da língua brasileira, tal como produzida nas últimas duas décadas do processo de gramatização do português no Brasil, como efeito do discurso da mundialização⁶³ sobre o discurso sobre a língua.

Sustentados na reflexão que expusemos no início deste trabalho, assumimos que pensar a identidade das línguas e dos sujeitos dessas línguas em relação a um *espaço de enunciação* determinado, é considerar uma determinada configuração territorial como *espaço metaforizado pelo jogo contraditório de diversas memórias da língua* (Payer, 2005), a partir das quais se produzem os processos de identificação simbólica e imaginária que constituem o sujeito do discurso na relação material entre línguas co-existent⁶⁴.

Como podemos observar no projeto em pauta e como já tivemos ocasião de demonstrar na análise de outros projetos

⁶³ Cf. Orlandi, 2009.

⁶⁴ Retomamos aqui parcialmente o texto apresentado durante o IV Seminário de Análise de discurso, realizado na UCSAL-BA em 2007 (cf. Zoppi Fontana, 2010).

parlamentares⁶⁵, as duas dimensões da língua brasileira - *nacional* e *transnacional*- estão presentes hoje nos processos de identificação que constituem o sujeito brasileiro, especificamente quando enuncia do lugar do legislador, ou seja do lugar do Estado nacional. Ambas as dimensões significam as práticas de políticas de língua adotadas na última década, tanto direcionadas a regular o espaço de enunciação interno quanto a circulação e gestão da língua no exterior. A dimensão de *língua transnacional*, uma vez produzida historicamente na memória discursiva, passa a assombrar a dimensão de *língua nacional* como um seu duplo inseparável, deslocando suas fronteiras internas na medida em que transborda suas fronteiras externas.

O Equívoco da História

Ao analisar o segundo argumento apresentado pelo vereador como justificativa de sua proposta nos deparamos com um novo aspecto deste movimento contraditório entre as dimensões de língua brasileira. Vejamos um recorte:

É importante frisar que Foz do **Iguassu** era escrita desta maneira até a década de 40, conforme se verifica em documentos oficiais existentes, sendo que sua alteração veio a obedecer a acordo celebrado entre a Academia Brasileira de Letras e a Academia de Ciências de Lisboa, criando o novo “Vocabulário Ortográfico e Ortoépico da Língua Portuguesa”, publicado em 1932.

Como se trata de nome próprio e, especialmente pela necessidade de seu uso internacionalmente, é possível o retorno à ortografia original, visando especialmente, o resgate histórico do Município.

(Projeto de lei 65/2005, Djalma Pastorello (PSDB), vereador da Câmara Municipal de Foz de Iguaçu, 16-5-2005)

O segundo argumento apresentado pelo vereador faz uma escansão temporal da história do município tomando como ponto de observação a *língua oficial*, principalmente no que tange a sua ortografia oficialmente imposta por acordos internacionais. Nesse sentido, a nova grafia para o nome da cidade (com “SS”) proposta no projeto significaria, de fato, uma volta ao passado histórico do município, a suas origens. Com efeito, em 14 de março de 1914 foi criado o município pela lei no. 1.383, sancionada pelo então Presidente do Estado do Paraná, cujo primeiro artigo estabelece: “Art. 1º. Fica elevado á categoria de Municipio, com a denominação de Iguassú, o districto judiciario, desse nome, a ex-colônia militar”.

Perceba-se que na formulação do vereador podemos reconhecer a representação de um hiato significativo entre a *língua nacional*, significada como passado histórico do Brasil merecedor de “resgate”, dada sua autenticidade, e a *língua oficial*, resultado de decisões políticas que sofrem a interferência de estados e instituições estrangeiras: não por acaso é citada explicitamente a Academia de Ciências de Lisboa. Dito em outras palavras, o argumento do vereador se inscreve em um discurso que considera a escrita atual da língua nacional como efeito do *desvio* da língua oficial, que se afasta de suas origens históricas para aproximar-se de uma identidade híbrida e artificial fruto da pressão de centros de poder estrangeiros. A disputa jurídica instaurada pela letra faz visível o litígio que constitui o espaço de enunciação brasileiro, especificamente no território simbólico e espacial da tríplice fronteira, explicitando as divisões internas da aparente homogeneidade da *língua oficial*, que mostra as rachaduras de sua imaginária estabilidade e unidade.

Contudo, podemos nos perguntar, enquanto analistas, o que este “resgate histórico” silencia? Qual passado histórico é apresentado como evidência e quais outras histórias são por ele apagadas? Para avançar na análise trazemos outro recorte do corpus:

Primeiramente, a grafia “Iguassu” não existe no vernáculo. Iguaçu significa “água grande”, em tupi-guarani. E “Iguassu” significará o quê? [...] Pois bem, sem embargo do respeito aos motivos que levaram o legislador

⁶⁵ Zoppi Fontana, 2009b; 2010b.

“iguassuense” a editar a lei, grafando Iguazu com “ss”, ela é absurda (no sentido técnico-jurídico) na medida que adota uma grafia que não existe no vocabulário brasileiro. Portanto, neste caso, a lei fere o princípio da proporcionalidade ou razoabilidade, incidindo o legislador no que a moderna doutrina e jurisprudência chamam de excesso de poder legislativo. [...] Acrescente-se que mudança de grafia altera o sentido etimológico da expressão. Então, o nome não é mais “água grande”, na expressão tupi-guarani. É outra coisa. Logo, é mudança de nome mesmo.

(Vergiliano Mariano de Lima & Frederico de Lima “Foz de Iguazu” é inconstitucional. In: *PARANÁ ONLINE*, 30-10-2005. Disponível em: <http://www.parana-online.com.br/canal/direito-justica/news/14731> Acesso 29-7-2011)

Outra é a história que este documento recorta: agora trata-se da história dos processos de dominação das línguas indígenas e, em particular do tupi-guarani, que configuraram as relações entre línguas nesta região como efeito da *colonização linguística* (Mariani, 2004) sofrida pelos seus habitantes. O passado histórico significado é aquele dos índios que ali habitava e cuja língua deu origem a grande parte dos topônimos que nomeiam diversos locais do país. Atente-se para a sobreposição, na formulação dos autores da matéria, do traçado simbólico da *língua nacional* (denominada “vernáculo”) e da *língua tupi-guarani* (que faz parte do vernáculo). A letra “Ç” é interpretada como traço dessa língua originária que habita a língua brasileira: o “ç” é próprio do Brasil porque retoma suas origens indígenas. Desta maneira, a língua e, especificamente, um de seus traços diferenciais, passa a funcionar como metonímia da nacionalidade: como declarou o vereador Geraldo Martins (PT) ao fim da audiência pública realizada na Câmara Municipal por sua iniciativa: “Eu voto em favor da língua portuguesa, pela permanência do cedilha”⁶⁶. Importa lembrar aqui que a língua tupi-guarani, como todas as restantes línguas indígenas faladas no território brasileiro, eram ágrafas até a chegada dos colonizadores europeus, portanto, a escrita e o alfabeto historicamente estabilizado para essa língua foi a ela atribuído pelos jesuítas, a semelhança do alfabeto e escrita do latim. Assim, encontramos a grafia com “Ç” para o morfema “guaçu” no *Dicionário da Língua Tupi chamada de Língua Geral dos Índigenas de Brasil* de A. Gonçalves Dias em 1858 e no *Vocabulário na Língua Brasileira*, manuscrito português-tupi do século XVII coordenado e prefaciado por Plynio Barbosa em 1938 (ver anexo figura 1 e 2), embora em outros autores da época a grafia com “SS” também seja comum. Na formulação dos autores da matéria jornalística é possível perceber o silenciamento produzido sobre o gesto de dominação que impôs uma escrita alheia às línguas originariamente faladas no território do Brasil. Este silenciamento é constitutivo dos processos discursivos que significam a língua portuguesa no Brasil e faz parte da “disjunção necessária” que conforme Orlandi (2009) caracteriza a língua brasileira.

A memória do português de Portugal inicialmente funcionando como memória Outra que dá a distância das situações enunciativas deixa de funcionar na situação discursiva brasileira [...] A língua que se fala aqui já não se refere mais à memória da língua de lá mas a que começa a se gestar aqui mesmo na prática linguística brasileira. Haverá sempre uma marca de origem, dupla, essa que denominamos “disjunção” necessária, que fará ressoar a nossa memória duplicada em efeitos para fora e para dentro de nosso território linguístico. É nossa heterogeneidade linguística que ressoa em nossa história como efeito da colonização.

Assim, o espaço da cidade metonimicamente representado por seu nome é atravessado pela presença-ausente das fronteiras que se deslocam no corpo da língua, ainda produzindo silêncio: a letra “Ç”, na sua grafia, é a forma material que representa a dominação jesuítica que possibilitou a existência histórica da língua geral e de sua escrita. É no espaço aberto por esse silenciamento histórico que o equívoco da letra “Ç” pode ser interpretado, na sobreposição contraditória que significa como continuidade “o vernáculo”, “o vocabulário brasileiro”, o “sentido etimológico tupi-guarani” e a letra cedilha. Este silêncio é constitutivo da posição do legislador identificado como brasileiro em uma cidade afetada pelos efeitos de fronteira.

Efeitos de fronteira

Como demonstramos, o movimento imaginário de internacionalização da língua, na sua projeção além-fronteiras,

⁶⁶ In: “Mudança de grafia divide opiniões em audiência”. Portal da Câmara Municipal de Foz do Iguazu, Notícias. 30-8-2005.

faz visível e desloca as fronteiras internas da língua, no embate oficial/nacional: uma fronteira em deslocamento tendencial, inassinalável. A dimensão de língua transnacional intervém nos processos de individuação do sujeito em relação ao aparelho jurídico-administrativo, significando a língua oficial na contradição ideológica produzida pela interpelação do Estado e do Mercado própria da nossa formação social. No caso que analisamos, os efeitos desta sobredeterminação se mostraram no embate da regulamentação jurídica e dos interesses de mercado na definição da grafia do nome da cidade. O litígio em torno da letra “Ç” pode ser interpretado, então, como sintoma de uma história de relações desiguais **entre** línguas e **na** mesma língua no espaço de enunciação brasileiro. Ao mesmo tempo, significa-se no *transbordamento para fora* das fronteiras da *língua nacional* e da memória que a constitui, no movimento imaginário de sua “internacionalização”, e **para dentro**, pelo efeito de retorno que produz a “disjunção” necessária imposta pelo processo de colonização e descolonização linguística.

Desta maneira observamos como o real da história toca no real da língua e se materializa em uma letra que falha na disjunção necessária que constitui a língua brasileira. O efeito de universalização, homogeneidade, atemporalidade e autonomia da língua oficial produzido pelo funcionamento do aparelho jurídico-administrativo do Estado se estilhaça sob o peso do político que movimenta os sentidos na história.

O discurso da mundialização é dominante nesta conjuntura histórica e afeta diretamente os sentidos da batalha jurídica e política que analisamos: a internacionalização da cidade por meio da mudança de grafia do seu nome é significado como um movimento de aproximação ao inglês, língua do turismo e dos negócios. É esse mesmo discurso da mundialização que determina a posição do vereador, impedindo a emergência dos sentidos de integração regional que poderiam significar o espaço territorial da Tríplice Fronteira. A especificidade histórica, linguística e simbólica dessa fronteira aparecem completamente apagadas no projeto de lei proposto por Pastorello: em nenhum momento é lembrado o fato de que do outro lado da fronteira brasileira, nos seus vizinhos hispano-falantes, “Iguazu” é grafado com “Z”- “Iguazú” (ver anexo figura 3), ou que no Paraguai, o guarani também é língua oficial e, portanto, a grafia estabilizada para essa língua e seus vocábulos são um *presente* e não somente um passado etimológico. Estes esquecimentos necessários permitem significar a grafia com “SS” como única solução para o impasse do isolamento imposto imaginariamente pela grafia autóctone com cedilha. A história de outras grafias alternativas ou da mesma grafia compartilhada se perde como efeito dos discursos que projetam imaginariamente a cidade no espaço global, isto é, no espaço hegemônico do inglês.

Referências Bibliográficas

- Caldeira, Marcel. 2010. A determinação de sentido em projetos de leis ortográficas e gramaticais e sua relação com o debate acadêmico-científico sobre a língua. Projeto de Iniciação Científica, bolsa FAPESP processo 2009/17007-2.
- Diniz, Leandro. R. A. 2008. *Mercado de línguas: a instrumentalização brasileira do português como língua estrangeira*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.
- Guimarães, Eduardo. 2002. *Semântica do Acontecimento*. Campinas; Pontes.
- _____. 2005. *Multilinguismo, divisões da língua e ensino no Brasil*. Campinas, Cefiel/IEL/Unicamp.
- Mariani, Bethânia. 2004. *Colonização linguística*. Campinas: Pontes.
- Orlandi, Eni. 2009. *Língua Brasileira e outras histórias*. Discurso sobre a língua e o ensino no Brasil. Campinas: RG editora.

Payer, M. Onice. 2005. Sujeito e sociedade contemporânea. Sujeito, Mídia, Mercado. In: *Revista RUA*, Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da Unicamp, n. 11, p.9-25.

_____. 2009. Imigrante: sujeito moderno. Dispositivos de objetivação do sujeito e da língua na modernidade. In: Zoppi Fontana, M. (Org) *O Português do Brasil como língua transnacional*. Campinas: RG Editora, p. 43-58

Rodrigues, Fernanda Castellanos. 2010. *Língua viva, letra morta*. Obrigatoriedade e ensino de espanhol no arquivo jurídico e legislativo brasileiro. Tese (Doutorado em Língua Espanhola e Literatura Espanhola e Hispano-americana). São Paulo: FFLCH-USP.

Zoppi Fontana, Mónica. 2002. Instrumentos linguísticos e cidadania no Mercosul. Uma posição de autoria no processo de gramatização da língua brasileira. In: *Resumos do IX ICHOLS – International Conference on the History of Language Sciences*. Campinas: UNICAMP e São Paulo: USP.

_____.2007. A língua brasileira no Mercosul. Instrumentalização da língua nacional em espaços de enunciação ampliados. In: *Actas 1. X Simposio Internacional de Comunicación Social*. Santiago de Cuba: Centro de Linguística Aplicada, p.1316-1321.

_____. 2009a. O português do Brasil como Língua Transnacional. In: Zoppi Fontana, M. (org) *O Português do Brasil como língua transnacional*. Campinas: RG Editora, p. 13-42

_____.2009b. Acontecimento linguístico: o discurso político e a comemoração da língua. In: *Anais do IV SEAD- Seminário de Estudos de Análise de discurso*. Porto Alegre: UFRGS, novembro 2009. CD-r Disponível em: http://www.discurso.ufrgs.br/sead4/prog/s2_Mónica.pdf Acesso 29 set 2011

_____. 2010. Ser brasileiro no mundo globalizado: alargando as fronteiras da língua nacional. (Trabalho apresentado no IV SAD. Salvador: Universidade Estadual da Bahia, 2007). In: Di Renzo, Ana M. e tal. *Linguagem e História*. Múltiplos territórios teóricos. Campinas: RG Editora, p. 129-152

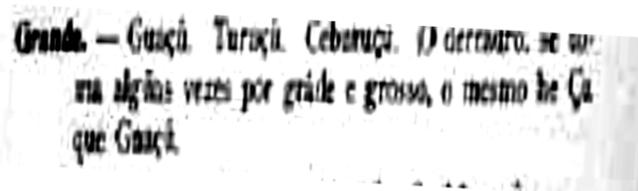
_____. 2010b. Legislar sobre a língua. Resumo expandido. *GT de Análise de discurso: XXV ENANPOLL*. Belo Horizonte: UFMG. Resumo abreviado disponível em: http://www.anpoll.org.br/eventos/enanpoll2010/data/admin/exibe_resumo.php?CodResumo=549 Acesso 25 ago 2011

ZOPPI FONTANA, M. e L. DINIZ. 2006. Política linguística no Mercosul: o caso do certificado de proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras). In: *Língua(s) e povo(s): unidade e dispersão*. Congresso Internacional de Política Linguística na América do Sul. João Pessoa: Idéia, p. 150-156.

_____.2008. Declinando a língua pelas injunções do Mercado. Institucionalização do Português língua estrangeira. *Estudos Linguísticos*. v. 37, n.3 São Paulo: GEL. p. 89-119. Disponível em: http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/volumes/37/EL_V37N3_10.pdf Acesso 29 set 2011.

ANEXOS

Figura 1



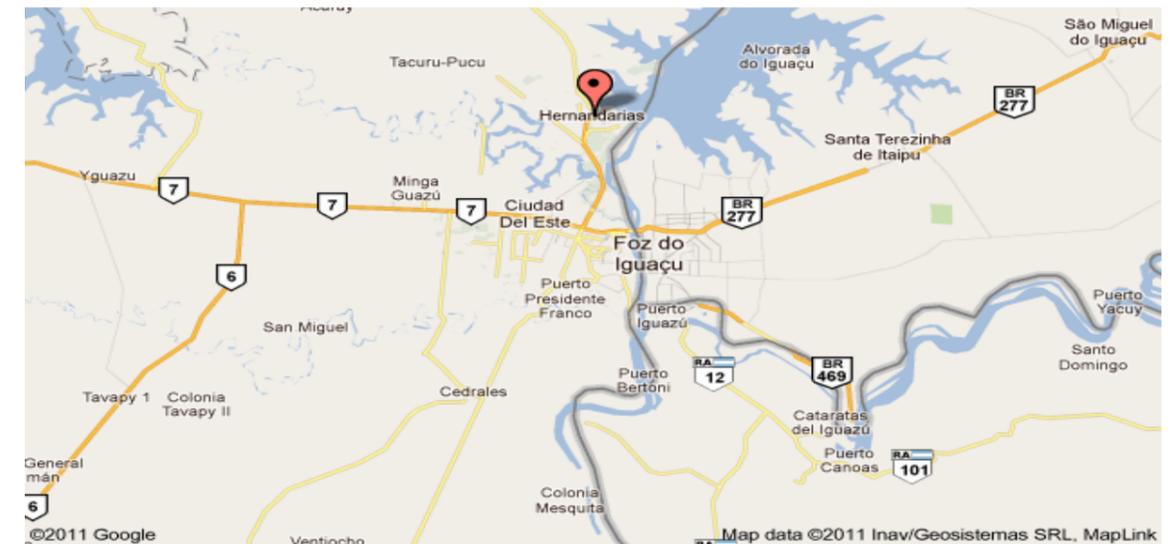
Verbetes “grande”. In: *Vocabulário na Língua Brasileira*. Manuscrito Português-tupi do século XVII coordenado e prefaciado

por Plínio Barbosa. Vol XX da Coleção. Departamento de Cultura, São Paulo, 1938. Disponível na Biblioteca Digital Curt Nimuendaju- FFLCH/USP. Disponível em: http://www.fflch.usp.br/dl/documenta/imagens/PDF/Ayrosa_1938.pdf Acesso 25 ago 2011

GOAÇU, grande.

Verbetes “goaçu”. In: *Dicionário da Língua Tupi chamada de Língua Geral dos Índigenas de Brasil*. A. Gonçalves Dias. Lipsia: F.A Brockhaus, 1858. Disponível na Biblioteca Digital Curt Nimuendaju- FFLCH/USP. Disponível em: http://biblio.wdfiles.com/local--files/dias-1858-diccionario/dias_1858_diccionario.pdf Acesso 25 ago 2011

Figura 3



<http://maps.google.com.br/m?defaultloc=Concej+esar+Espinola,+Hernandarias,+Alto+Paran%C3%A1,+Paraguay&q=-25.407306,-54.63089&hl=pt-BR&ll=-25.550207,-54.63089&z=10> Acesso 29-7-2011

**MÁRIO DE ANDRADE:
INTELCTUAL E ESCRITOR CONTEMPORÂNEO**

Marli Fantini SCARPELLI⁶⁷

RESUMO: Poeta, ficcionista, crítico, agenciador cultural do Movimento Modernista brasileiro, publicamente desencadeado em 1922, feroz crítico da cooptação de intelectuais ao Estado e funcionário público ao Ministério Capanema, instigador da inteligência artística brasileira e caixa de ressonância dela, devoto da alegria de viver e cultivador crônico de doenças, Mário de Andrade provoca o trânsito de todas as vias por que circula até, às vezes, ao engarrafamento. Nesse percurso, inverte ou até perverte as direções. E se ele produz paradoxos, é também e *por cause* um profícuo (e generoso) doador de sentidos de tudo quanto toca. Na sua relação transgressora e incestuosa com a língua (materna) e com a mãe pátria, sob o gesto de (des)construção e “abrasileiramento” da língua portuguesa, de dessacralização da identidade nacional, de insultos às instituições, de fuga para o devir, ele “mostra o traseiro ao pai político” à doxa e promove a ruptura do sentido único e direcionador que costuma impedir deslocamentos e nova direção. Mediante a “subversão simultânea do bom senso e do senso comum”, Mário legou-nos uma nova lírica, uma nova produção de sentido como a que Deleuze vê despontar da potência do paradoxo.

PALAVRAS-CHAVE: Mário de Andrade, modernismo, correspondências, paradoxo, contemporaneidade.

1. Dispositivos, Intersubjetividade E Transgressão

São múltiplas e multifacetadas as facetas de Mário de Andrade, ativo agenciador das amplas esferas de crítica, cultura, ética, estética e particularmente da literatura brasileira. A despeito de seu corpo ser grande, Mário ainda bebe no copo dos outros, mas não sem antes beber na fonte de Musset.⁶⁸ Dignas de acento são ainda as redes intersubjetivas construídas através das fecundas correspondências com seus pares, mestres ou discípulos. Para examinar a relevância desse escritor-crítico, caberia salientar seu papel exponencial no movimento modernista, desde a Semana da Arte Moderna. Entre 11 e 18 de fevereiro de 1922, esse evento se realizou no Teatro Municipal de São Paulo, contando com a participação de escritores, artistas plásticos, arquitetos e músicos. Com o objetivo mais evidente e imediato de renovar o ambiente artístico e cultural da cidade, com “a perfeita demonstração do que há em nosso meio em escultura, arquitetura, música e literatura sob o ponto de vista rigorosamente atual”, como informava o Correio Paulistano a 29 de janeiro de 1922, a Semana de Arte Moderna irá despontar, no cenário nacional, como o acontecimento estético-cultural mais relevante da primeira metade do século XX. A despeito de sua forte afinidade com as tendências da vanguarda européia, o movimento modernista brasileiro teve seu horizonte a preocupação de recuperar, renovar e divulgar as letras, as artes, o pensamento crítico e o caráter nacionais.

Tendo em vista o perfil múltiplo de Mário, buscaremos focar, dentre outras, suas reflexões críticas, seu papel de agenciador cultural a exercer inequívoca liderança na Semana de Arte Moderna. Identidade nacional, etnia, liberdade, o projeto de “ampliação da língua brasileira”, o confronto com a formação histórica do país e suas relações com o poder são temas pertencentes às esferas de interesse e investimento de Mário. Tais temas são fecundados e difundidos pelo escritor-crítico paulistano através de poesia, contos e, dentre outras produções, os textos críticos vinculados ao movimento modernista, bem como suas correspondências com inumeráveis interlocutores. Para melhor compreendermos essa imensa malha temática associada à transgressora postura andradina, bem como seus efeitos em

história, cultura e estética brasileiras, adotaremos o conceito foucaultiano de “dispositivo”, bem como de noções afins, a exemplo da intersubjetividade.

Sistema de relações complexas e plurais, o dispositivo, segundo Foucault, exerceria papel central na constituição do sujeito. Trata-se, contudo, de um sujeito implicado em uma rede intersubjetiva e recoberta por vários elementos enredados no contexto histórico, sócio-cultural, econômico, político, por sua vez constitutivos não somente do sujeito, mas também do contexto com o qual este interage:

[os dispositivos são] um conjunto heterogêneo que engloba discurso, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos (FOUCAULT, 1992:244).

Investido na crítica a poderes, condutas e conceitos unificadores ou essencialistas, Foucault aposta na multiplicidade enquanto forma estruturante de tornar mais operativos os saberes e os campos disciplinares. Estes, por si sós, não possuiriam outra prerrogativa senão a de tão-somente efetuar operações redundantes e, portanto, iterativas. Em outras palavras, simples somas de elementos, desprovidos da competência necessária para a produção de sentidos e alteridades. Foucault salienta, nesse sentido, que “é preciso que as disciplinas façam crescer o efeito de utilidade das multiplicidades, e que tornem cada uma delas mais útil que a simples soma dos elementos”. Vale dizer que a “transversalidade”, outro conceito foucaultiano, desemboca na interatividade entre saberes heterogêneos e múltiplos, em síntese, uma teia articulada e articuladora de funções e relações (FOUCAULT, 2004:181). Ao enfatizar a importância da conexão entre tais elementos, seja ela discursiva ou não, Foucault lhe atribui função determinante (Vigiar e Punir) no engendramento de subjetividades. De modo geral, um dispositivo coloca em jogo estratégias de poder e modos de constituição dos saberes ligados, os quais são interiorizados pelos indivíduos que, sob essa influência, subsumem as normas estabelecidas, ingressando no campo da intersubjetividade.

Em recente publicação, Giorgio Agamben sugere caminhos alternativos para se pensar a noção de dispositivo, sua função “ eminentemente estratégica” e seu papel na produção da subjetivação, ao mesmo tempo em que tece significativos pontos de aproximação e de afastamento em relação à tese desenvolvida por Foucault (AGAMBEN, 2009:20-29). O dispositivo é a rede que estabelecemos entre os elementos, é uma formação histórica que, em um dado momento, remete a um conjunto de forças, o qual, na relação com os viventes, produz os sujeitos (2009:38). Em contrapartida, no mundo do capitalismo atual, os dispositivos “não agem mais tanto pela produção de um sujeito quanto por meio de processos que podemos chamar de dessubjetivação” (2009:47).

Sejam artísticos, políticos, sociais, filosóficos, lingüísticos e não lingüísticos, os dispositivos sempre podem ser reconhecidos enquanto sistemas acentrados que lidam com relações de forças de diversas naturezas, como as de poder e de saber. Trata-se, enfim, para Agamben de um conjunto heterogêneo resultante da rede que se estabelece entre diferentes forças (2009:28). Nesse sentido, é inegável que a multiplicidade implicada nos dispositivos lhes possibilite, de um lado, desconstruir poderes, leis, instituições, convenções e, de outro lado, renovar ou cancelar novas experiências estéticas, ainda possíveis no contexto de efervescência de idéias, imagens e linguagens operadas pelas vanguardas européias e, no caso brasileiro, pelo modernismo que irrompe na década de 1922. A profanação, a fratura das tradições, bem como a renovação das convenções estéticas nacionais são os contradispositivos mediante os quais Mário de Andrade logrou ser um homem de seu tempo, ou seja, ao mesmo tempo em que incorporou o passado ao presente, foi capaz, graças a sua não fixidez, de também habitar o devir.

1. Mário de Andrade e o Modernismo

Figura exponencial do modernismo, com considerável liderança na Semana de Arte Moderna de 1922, Mário de Andrade foi um reconhecido agenciador literário e cultural a quem se pode perfeitamente tributar a capacidade de

⁶⁷ Marli Fantini SCARPELLI é Professora Associada da Faculdade de Letras UFMG e bolsista do CNPq, com bolsa de produtividade em Pesquisa, graças à qual, bem como ao ônus CAPES este trabalho pode ser realizado. Endereço: Rua Sagitário, 81- Apto.302; Bairro Santa Lúcia; CEP: 30360-230; Belo Horizonte; MG – Brazil; marlifan@terra.com.br

⁶⁸ Em “Prefácio interessantíssimo”, Mário profana o tabu da pureza e da originalidade nos seguintes versos: “Sinto que meu copo é grande demais para mim, e inda bebo no copo dos outros”. Trata-se de dupla transgressão visto Mário ter-se alegremente apropriado de versos de Musset, neste seu irreverente elogio do plágio: “Eu odeio como a morte o estado do plagiário;/ Meu copo não é grande, mas eu bebo no meu copo;/ É preciso ser ignorante como um professor de escola / Para se jactar de dizer uma única palavra / Que ninguém neste mundo tenha dito antes de nós!” (MUSSET, apud SCHNEIDER, 1990:95).

interferir e fraturar pontos de força unificadora do corpo nacional vigente à época. Por meio de intervenções estéticas e culturais, logrou ademais desestabilizar e descosturar linhas de poder e de saber vigentes, então, no Brasil.

São por demais conhecidas as centenas ou milhares de correspondências entre Mario e Bandeira, Mario e Sabino, Mario e Drummond, Mario e Henriqueta, Mario e Oneyda, dentre outros inúmeros escritores, músicos e intelectuais contemporâneos do autor de Macunaíma. As interlocuções entre ele e seus pares sanciona o afloramento de redes intersubjetivas, centrais para o desencadeamento de novas idéias, manifestos, enfim de um inesperado e significativo salto teórico-crítico em praticamente todo o Brasil.

Trata-se de exercícios epistolares a denotar o cuidado de si, do outro, das relações livrescas e afetivas. Ao mobilizar páginas atrás de páginas, Mário, missivista contumaz, transportava-se até seus amigos, aconselhando, ensinando literatura, música e até cuidados pessoais e interpessoais. Curiosamente, dada sua erudição, potência poética e desmesurada tendência a metamorfosear-se, a cada nova interlocução, ele revela-se outro, e sua poética fulgura em experimentos inauditos.

De sorte que Mário é muitos. Ele fala em trezentos e cinquenta. Às vezes em mais. No poema de abertura do Remate de males, o eu poético declara-se fraturado, multifacetado em trezentos e cinquenta pontos de dispersão e dissolução. A ultravocalidade do eu poético reverbera suas clivagens e rasuras em duplos e duplicações. Eis Mário de Andrade: recortado, em mosaico. Não obstante a ânsia de integridade, imperam a divisão, os cacos e esfacelos.

Eu sou trezentos, sou trezentos-e-cinquenta,
Mas um dia afinal eu toparei comigo...
Tenhamos paciência, andorinhas curtas.
Só o esquecimento é que condensa.
E então minha alma servirá de abrigo (ANDRADE, 1987).

Através da relação epistolar com seus inumeráveis correspondentes e discípulos, Mário de Andrade, dentre outros procedimentos, intercambia experiência, conhecimentos e criação. A partir dessa grande rede interativa, ele também se instrui e se reconhece. Foucault se pauta na arte epistolar dos gregos na qual identifica o modo como se pode exercitar no cuidado de si e do outro. A partir dessa modalidade de relação entre Sêneca e seu discípulo Lucílio, Foucault discorre sobre a função e o valor das correspondências, que, segundo ele, constituem um duplo trabalho de auto intervenção sobre o destinatário e o emissor; recolher-se em si mesmo tanto quanto é possível; dedicar-se àqueles que são suscetíveis de ter sobre si um efeito benéfico; abrir a sua porta àqueles a quem se tem esperança de tornar melhores, “são préstimos recíprocos. Quem ensina instrui-se” (FOUCAULT:146-7).

Ademais do caráter proselitista e intersubjetivo, a escrita seja de si ou do/para o outro é um mecanismo, um dispositivo que leva o sujeito a interagir e a “mostrar-se, dar-se a ver”. Foucault salienta, nessa perspectiva, que se deve entender que a carta “é simultaneamente um olhar que se volve para o destinatário (por meio da missiva que recebe, ele sente-se olhado) e uma maneira de o emissor se oferecer a seu olhar pelo que de si mesmo lhe diz. De certo modo, a carta proporciona um face-a-face” (2006:150).

2. A irmãzinha de caridade

Em carta de 1942 à amiga Henriqueta Lisboa, Mário lhe confia, não sem culpa ou tormento, a ambivalente oscilação entre desejo e repúdio, ocorrência que intermitentemente o toma de assalto. Posto de ordem metafísica ou existencial, tal estado deixa ademais entrever um conflito de ordem comportamental, mais precisamente de natureza sexual. O impulso obriga o emissor a exercitar um rigoroso auto-controle: “ando muito controlado moralmente, ando ‘direitinho’ de assombrar”. Ainda que expressa em tons oblíquos e dissimulados, a revelação é certamente incômoda para ambos, visto formular-se no contexto tradicional, provinciano e católico que permeia a relação dos interlocutores.

Salienta-se, todavia, o imperativo de justificar-se por um impulso que o repugna e que, por um viés classificatório posto que nebuloso, faz aflorar um Mário controlador de si mesmo. O controle não é, contudo, suficiente para impedir a irrupção dos desejos homossexuais nem mesmo o conseqüente mal estar. Ao se auto-atribuir pontuações pelo bom comportamento e pelo desempenho “vital”, Mario desabafa: “estava tão desgostoso com a parte vil do meu ser, quis estadeá-la, pra me libertar dela”. Todavia, sob a mediação da carta e, indubitavelmente da “irmãzinha de caridade”, Mário se vale da prerrogativa de encenar seu duplo, o qual impõe, imperativo, que ele seja o temerário “trezentos e cinquenta e um”, empecilho para as “boas notas” que o seu moralismo o abriga a atribuir-se.

Surpreendentemente, ao conferir caráter intimista e confessional à correspondência, o “mea culpa” do escrevente desencadeia dois resultados praticamente antagônicos: de um lado, o Unheimlich, termo cunhado por Freud para expressar estados sinistros e ameaçadores, fazendo aflorar mal estar, inquietação e estranheza (FREUD, 1976: 277-281; de outro lado, graças à cuidadosa e apaixonada mediação da “irmãzinha de caridade”, é facultada ao escrevente a reversão de culpa e auto-censura em sublimação estética, resultando na superação, posto que provisória, de repulsa e horror.

Que coisa dolosamente grave, em mim, esse indivíduo infame, diabólico, que eu carrego toda a vida comigo. E que eu, nem só “não quero”, mas me seria impossível ser. Desde criança, que coisa desagradável, instintivamente desagradável, esse qualquer pensamento infame que me batia de sopetão inteirinho feito. Mas não carecia de nenhuma reação dirigida, nenhum pensamento raciocinado, para afastar o tal. A reação era instintiva. Era física. (...) Foi aí que eu fiquei horrorizado comigo e lhe escrevi, menos para lhe contar o que não posso ser, do que para me libertar de mim. E me libertei de fato. Voltei a ser apenas trezentos e cinquenta e um (1990:12-113).

Nessa mesma carta – quiçá à que tenha conferido tons e timbres mais sombrios a seu auto-retrato — Mário se culpa e se desculpa; declara-se falso, impostor e superficial; descobre-se incongruente na vida e na ficção. Mas, graças exatamente às suas contradições, o tom nem sempre é nebuloso ou melancólico. Inesperadamente, despontam de seus escritos o conhecimento de si e do outro, compreendendo a modulação vida e palavra, a realimentar-se em fecunda recursividade, atualizar o circuito de amizade, conhecimento e criação.

Ressalta o fato de Mário manter-se reservado com respeito a seus quatrocentos e quarenta e nove duplos, quando entra em correspondência com outros interlocutores, quase sempre homens, até mesmo com Fernando Sabino, por quem patenteia forte inclinação amorosa. A amizade travada com o amigo mineiro se pauta por tamanha intensidade, que este convida o correspondente para seu padrinho de casamento. Enciumado, Mário deixa de comparecer à cerimônia realizada em Belo Horizonte. A ausência é suplementada com muitas corbeilles de flores, encomendadas à “irmãzinha de caridade” e por ela entregues aos noivos. São atos e fatos falhos, um se sobrepondo ao outro.

Na vasta e apaixonada correspondência com Sabino, frente, por exemplo, ao titubeante estilo do “artista quando jovem”, Mário traça o mapa da escrita e, bem humorado, faz-lhe o elogio da pilhagem: “Você precisa muito de ler Machado de Assis, mas ler com reler, roubando ele, plagiando ele, nem no estilo, nem no espírito, mas na delicadeza do sentimento. (...) Roube dele tudo quanto possa ser útil a você, jogando o resto fora” (ANDRADE, 1981:45).

Clivagem, paradoxo, rasura? Pouco importa a classificação. O certo é que diferenças atrás de diferenças, apropriações atrás de apropriações denotam o mosaico de situações e citações manifesto na afetuosa dicção de que se revestem as cartas de Mário quando se trata de investir na iniciação intelectual de seu jovem pupilo.

3. Sob as Ordens do Patrão

Em um contexto mais formal, sob as ordens de seu chefe Rodrigo Mello Franco, então diretor do SPHAN, Mario, funcionário do órgão, discorre, numa de suas cartas-relatório endereçadas ao chefe, sobre a pesquisa a ele designada

de biografar a vida do Pe. Jesuíno. Na carta, tomando a defesa do “Patrimônio”, acusa indignado: “È incrível como os autores montam uns nos outros ou Mesmo se plagam descaradamente. E o que é pior, se corrigem, com a maior desfaçatez, quando percebem incongruências uns nos outros, mas sem a menor documentação nem honestidade” (ANDRADE, 1981:185).

Ao final de sua longa relação epistolar com Rodrigo Mello Franco, em 1945, Mário ainda trata da “Biografia de Jesuíno”, caso que lhe rendeu conflitos durante os quatro e dificultosos anos de conturbada elaboração. Justificando-se da metodologia adotada — prevalência do juízo crítico sobre a pesquisa documental — ele confessa ter ignorado o trabalho levantamento bibliográfico que conferiria fundamentação histórica e, portanto, maior legitimidade à biografia. Malgrado o distanciamento crítico responsável pela consciência (ferida) frente à própria conduta inadequada, fica patente, pela justificativa abaixo, a quebra da promessa de rigor, implícita em carta anterior, datada de 21/06/1941:

A parte da biografia é que me atena, preciso reler, modificar. É preciso. Tive, com fuga do livro pra aí, o que quer dizer que ainda não publicada, a obra principiou vivendo por si, sem minha autorização ou condescendência, tive a noção exata de que, se o tom ficção está certo pro caso, me deixei levar às vezes por uma, como dizer, pra uma liberdosidade, uma licenciosidade literária, uma imodéstia no tratamento do tom. Sobretudo naquele refrão de Jesuíno tomar consciência de seu mulatismo, olhando na frente a mão mulata dele, pintando, tocando os órgãos. É ter feito disso um refrão que tornou licenciosa a análise psicológica. Eu só podia fazer disso um refrão tratando de biografia histórica, se tivesse apoio bibliográfico (ANDRADE, 1981:187).

O adendo a este último relatório de trabalho, com ares e timbre de carta testamento, desdiz a desculpa e, além de registrar a incoerência de Mário, afirma-se como um dos seus legados à modernidade: para ele, se digerida e bem metabolizada, uma idéia pode ser (trans)criada em nova paternidade. E reinaugurar-se de forma inaudita.

Rodrigo

Contando o caso das Carmos ao Saia, diz ele que já falara comigo sobre paciência. É assim que a minha feliz memória me permite descobrir e inventar muitas coisas à custa de inteligência alheia. Resta é o prazer, quase físico, do descobrimento, que esse não se tira.

Abraços.

Mário (198:186).

4. O Prazer do Paradoxo

Não é raro, em sua interlocução com discípulos e amigos, Mário discorrer sobre um assunto obsessivo e recorrente: a doença, que abordada de forma intensa, envolvente, paradoxal. Mais que “um cuidado de si”, o missivista confere à doença um tratamento especial, um voluptuoso e vibrante envolvimento de interpenetração e convívio essencial: “Eu quando fico doente, me trato, vivo a doença, vivo pra doença” (ANDRADE, 1982:246). Todo esse êxtase se concentra no contexto da morte do filho de Carlos Drummond de Andrade, de cuja dor Mário compartilha. Todavia, ao mencionar suas próprias experiências dolorosas, ele pronuncia este paradoxo: “A própria dor é uma felicidade” (1982:46).

O proselitismo, o cuidado de si e do outro são procedimentos usuais de que Mário se dota para “educar” seus jovens interlocutores, dentre os quais Drummond. Na missiva em foco, ressalta o propósito de apontar ao poeta aprendiz a balizar sua vida por disciplina e metas. Sem deixar, ademais, de reconhecer e aceitar os imprevistos, sugere o imperativo de exercer alguma forma de controle sobre eles. Essa “lição” pode ser identificada na carta de 23/08/25, onde, ao adotar como modelo o próprio modelo de vida, Mário sinaliza duas coordenadas cujo ponto máximo de tensão desemboca no paradoxal “imprevisto previsto”, cujo percurso em mão dupla se traduz na passagem abaixo:

E por isso que tenho uma vida traçada de acordo com o que me pareceu o meu destino, tinha uma existência

estupenda uma alegria honesta de criança uma bruta movimentações de imprevistos. É uma coisa muito sabida já que o imprevisto é uma gostosura porém isso da gente não saber o que vai fazer por diante, não se traçar uma existência, não ter uma finalidade, deixar tudo ao deus-dará ter uma vida imprevista me parece sem sofisma que é a própria negação do imprevisto. É um imprevisto previsto, esperado que até exclui a possibilidade do desejo, força motora do gosto, porque tem de vir fatalmente. (...) Eu tenho um gostinho pelos paradoxos, bem se vê. Que que hei de fazer! Aborreço os paradoxos (1982:46).

A imagem poética de deriva não somente do eu poético, como também a do eu da enunciação epistolar é apropriada pelo autor de Macunaíma para engendrar as vias de mão dupla que deságuam nos espaços sem lugares da intersubjetividade. A profícua interação com seus pares, com o movimento modernista e com todo o entorno transgressivo traduz-lhe o caráter dilemático, franqueia sua tendência à desterritorialização e à fuga para o devir. Não é difícil reconhecer o parentesco de Mário com a Alice, de Lewis Carroll, em seu devir louco, produtor de transversalidade, com novas direções, dimensões, sentidos. Dentre as produções discursivas de Mário de Andrade, salienta-se a conferência “O Movimento Modernista” como um espaço de inequívoca contradição e ambivalência. Apresentada em 1942, portanto vinte anos após a “Semana da Arte Moderna”, a conferência se propõe à revisão crítica do “movimento”. A dicção híbrida e coletiva, expressa pelo pronome “nós”, começa paulatinamente a sofrer corrosão, em virtude da interferência de um “eu” voluntarioso, vulnerável e clivado pela decepção decorrente do fracasso do movimento. Desse modo, a subjetividade ferida irá eclipsar a intersubjetividade que discursava em nome de memória e realização coletivas. Ademais de se dotar de inflexão e foco pessoais, passa a falar de si mesma e a se escrever (ANDRADE, s/d).

A ambivalência tanto pode ser inferida a partir da (in)coerência político-ideológica do sujeito da enunciação quanto do desvio do rumo tomado pelo discurso cuja crescente fratura dilacera a sintaxe e a tangencia para assíndetos desconectados entre si. Doravante, vários motes desvinculam-se do tema proposto. Assim sem foco, as linhas de força da conferência colidem com a direção pressuposta e descentralizam-se para situar-se à deriva do discurso. O início da conferência acenara para a promessa de biografar o movimento modernista e de detectar-lhe a importância histórica, enquanto “o prenunciador, o preparador e por muitas partes o criador de um estado de espírito nacional” (ANDRADE, s/d:231). No entanto, a relativização da “importância” do movimento começa a ser esboçada, quando é nele identificada uma lacuna, imperdoável no entendimento de Mário:

O movimento não gerou as mudanças político-sociais que dele se esperavam. O movimento de inteligência que representamos, na sua fase verdadeiramente modernista não foi o fator de mudanças político-sociais posteriores a ele no Brasil. Foi essencialmente um preparador; o criador de um estado de espírito revolucionário e de um sentimento de arrebatamento (ANDRADE, s/d:241).

A sensação de inoperância culmina no afã de computar os fatores responsáveis pela “falha” do “movimento”. É justamente a frustrante avaliação que implicará a reviravolta no tom e (im)precisão da conferência. Quando se refere aos oito anos que vão da “semana” de 1922 até 1930, a conferência registra um “tempo de festas para seus participantes”, do “cultivo imoderado do prazer”; da “maior orgia intelectual que a história do país registra” (s/d:238). As reuniões dos modernistas não são rememoradas enquanto encontros críticos-teóricos, mas enquanto “movimento dos salões”, com festas, festins e banquetes. Malgrado temperados por “acaloradas discussões de arte moderna”, acabam aguçando os sentidos do leitor frente ao sabor da “maravilha da comida luso brasileira”, à visualidade dos “almoços e jantares perfeitíssimos na mesa de cunho afro brasileiro”. Culminando em um festival hedonista, a passagem convida o leitor a um exercício de voyeurismo — a olhar, pelas frestas do tempo, “o mais gostoso dos nossos salões” (s/d:241).

Uma vez desencadeado o pacto dionisíaco, Mário recua. Melhor dizendo, ao esbarrar na autocensura, o inebriante curso, que até então vinha sendo conferindo à biografia, perde a baliza, derrapa e faz colidir prazer e culpa, duas forças antitéticas em embate, que finalmente se ancora num antitético “amargo prazer”. Tendo em vista que “destruição” era uma das belicosas palavras de ordem do Modernismo, não estranha que, depois que tudo foi dito, exponham-se, à

flor da pele, um sensualismo ferido, uma perda, um fading: “Doutrinários, na ebridez de mil e uma teorias, salvando o Brasil, inventando o mundo, na verdade tudo consumíamos, e a nós mesmos, no cultivo amargo, quase delirante do prazer” (s/d:241).

Prazer e culpa, destruição e autodestruição, participação e alienação colidem e franqueiam o “devir-louco imprevisível”, que, segundo Deleuze, constitui o espaço do paradoxo (DELEUZE, 1974:81). Desterritorializado, o “nós” do discurso desemboca no “eu”; a “biografia” se converte em autobiografia; o tempo literário devora o cronológico, e o passado se presentifica, pois nele se forjaram as dividas que ora motivam o mea culpa:

Atuais, atualíssimos, universais, originais, mesmo por vezes em nossas pesquisas e criações, nós, os participantes do período melhormente chamado “modernista”, fomos com algumas exceções nada convincentes, vítimas da vida e da festança em que nos desvirilizamos. Si tudo mudávamos em nós, uma coisa nos esquecemos de mudar: a atitude interessada da vida contemporânea. E isto era o principal! Mas aqui meu pensamento se torna delicadamente confessional, que terminarei este discurso falando mais diretamente de mim (ANDRADE, s.d:252).

Ao final da conferência, Mário denuncia o desvio na direção que pretendia conferir a sua obra, uma encarnação do projeto de “amihoramento político-social do homem” (p.255). Melancólico, mas sem perder o insight, ele reconhece, no desrumo, um paradoxo, um “paradoxo irrespirável”:

Mas eis que chego a este paradoxo irrespirável: tendo deformado toda a minha obra por um anti-individualismo dirigido e voluntarioso, toda a minha obra não é mais que um hiperindividualismo implacável! E é melancólico chegar assim ao crepúsculo, sem contar com a solidariedade de si mesmo. Eu não posso estar satisfeito de mim. O meu passado não é mais meu companheiro. Eu desconfio do meu passado (p.254).

5. Biografia e Autobiografia

Montaigne postula que “quando tudo está contado, nunca se fala de si mesmo sem perda” (Apud SHNEIDER, 1990:102). Uma vez perdida a dicção formal e o distanciamento histórico/crítico da conferência, o sujeito da enunciação caminha paulatinamente para a fragmentação, a opacidade, à clivagem entre o pessoal e o coletivo, o subjetivo e a intersubjetividade. Inteiramente entregue à deriva, ele passa a falar, dolorosa e transgressivamente, de si mesmo. Balizado, portanto, por incoerência e fratura, o discurso andradino transgride e viola o senso comum, as normas retóricas e sociais. Respostas, se as houvesse, seriam pouco convincentes, pois, se capazes de esclarecer as razões limitadoras de uma escrita dotada de racionalidade ou “bom senso”, não logriam justificar por que Mário se nega a submeter-se à castração imposta pelo tipo de texto (e contexto) que se trata (e castração datada; fosse escrito neste terceiro milênio, intrusões dessa natureza seriam. recursos pós - modernamente legítimos e até mesmo valorizados). Mas não. Produzida no contexto conservador e provinciano de 1942, a conferência desponta como um discurso dessacralizador a ameaçar as sagradas esferas de saber e de poder.

Para além do contexto supra mencionado, em não raras situações, Mário, talvez motivado a prender ou apreender o próprio corpo fugidio, modula sua identidade com a de outrem, seja por aspiração à heterogeneidade, seja por recurso à intersubjetividade, ou simplesmente por motivação de ordem especular. Exemplo eloqüente de tais tendências pode ser conferido na biografia do Pe. Jesuíno, artista mulato (como Mário) cuja pintura se localiza numa igreja de Itu, a ser tombada pelo SPHAN — Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — onde Mário será colaborador, desde 1937 até 1945, data de sua morte.

Em face da patente especularidade já vislumbrada em várias escrituras de Mário, não chega a causar espanto a interface híbrida entre o sujeito e o objeto da enunciação que despontam da *Biografia do Padre Jesuíno* — uma das tarefas

àquele encomendada quando sob a diretoria de Rodrigo de Mello Franco no SPHAN. Não obstante a exigência de que a “biografia” se dotasse de caráter técnico e documental, a modulação entre o eu e o outro, entre a subjetividade e a objetividade, entre a ficção e a realidade pode ser atestada desde a “introdução” da biografia. Quanto à metodologia, o biógrafo descreve minuciosamente sua opção de pautar-se em um gênero biográfico alicerçado na mescla do documental com uma espécie de “conto biográfico”, justamente dotado de “expressão literária”.

Como já registramos, o paradoxo é um dos recursos nucleares da (meta) poética de Mário. Paradoxos a todo vapor, motor de sentidos e devires insuspeitados. O emprego em escala incomum desse recurso metafórico sanciona a demolição das vias de mão única que, via de regra, sinalizam para o bom senso, o senso comum e, justamente, para valores estético-culturais da prolecta tradição nacional. Ao agenciar mudanças na esfera pessoal, bem como na esfera pública (a exemplo do SPHAN), Mário de Andrade interfere em vários dispositivos coletivos. Logra, desse modo, engendrar novas redes recursivas em que irão ancorar-se relevantes mudanças nacionais no cenário político, sócio-cultural e literário das décadas iniciais do século XX.

A biografia do Pe Jesuíno é exemplar no sentido de demonstrar como Mário de Andrade se nutre da potência criadora do paradoxo e como o gênero limítrofe em que se pautou a metodologia Andradina se presta à desconstrução e renovação crítica da tradição literária brasileira. Ao justificar a metodologia em que se pauta para elaborar a biografia, ele propõe mesclar “interpretação dramática” com cuidados de “ordem técnica”, “arroubos de entusiasmo” com emprego de “notas documentais”, evidenciando-se a forma como ele tece suas próprias contradições, sem deixar, contudo, de iluminar seja seu percurso pessoal de ordem crítica, cultural e especialmente literária, seja o interpessoal de dimensão intersubjetiva e histórica de que a modernidade brasileira lhe é, em grande medida, tributária, conforme atesta o trecho seguinte:

Interpretei dramaticamente. Mas as Notas provam, esclarecem ou justificam a minha interpretação e repõem tudo no seu lugar. Quanto à obra, reservei para ela o melhor do meu esforço, fazendo-a intencionalmente de ordem técnica, cerceando ao possível os arroubos do entusiasmo (ANDRADE, 1963:7).

Em carta dirigida a Oneyda Alvarenga, amiga, aluna de piano e uma de suas interlocutoras, Mário revela mal estar e até desprezo frente à biografia, mas principalmente ao biografado. Ao comentar a natureza psicológica e étnica do Padre Jesuíno, ele não se contém e, a despeito de ter tentado, via controle metodológico, impor limite aos arroubos pessoais, ocorre justo o contrário: a fisionomia, a psicologia, a etnia do biografado são afetados pela identificação, preconceitos e intolerância do biógrafo. Ora, não há como provar, esclarecer ou legitimar sentimentos e intenções atribuídos por Mário a Jesuíno. As suposições e interpretações do biógrafo excedem de tal forma qualquer metodologia ou bom senso, que as hipóteses formuladas na correspondência mais correspondem a uma maliciosa psicografia do que à biografia. Resta supor que, nesse caso, o mais plausível é, no diálogo de Mário com Oneyda, ter havido a intrusão de outra “voz”, quiçá um “outro”, como se pode aferir do recorte abaixo:

(...) consciente de sua mestiçagem, e revoltado com o preconceito de cor, na sua primeira obra de pintor independente, em toda a consciência, se vinga das formas do mundo, e conquista para as pessoas de cor um lugar no céu católico, desrespeitando as leis das congregações da Senhora do Carmo inculpável, pintando no templo dela. Um anjinho mulato, um santo mulato e talvez negro, mas Disfarçando na cor. Esse marginalismo revoltado o levou a audácia maior ainda, na aspiração de se afirmar e adquirir pedigree. (...) reafirma nos quadros do Patrocínio a sua ambição de uma genealogia familiar. E retrata então os quatro filhos (ANDRADE, 1983:278).

Em descompasso com a metodologia proposta na “introdução”, a biografia deriva para o viés psicologista, destituído de qualquer critério epistemológico ou hermenêutico. O intolerante e anacrônico julgamento de valor destoa da tendência crítica de vanguarda pleiteada e, via de regra, adotada por Mário. Balizado pelo comparativismo oitocentista, tal

“juízo” se alicerça em critérios extra literários, procedimento falho, visto não ser, em si mesmo, “literário nem teórico, mas ético, social e ideológico” (COMPAGNON, 1999:43). Produzir obra de arte como vingança; criar o espaço da ficção para instituir-se a si e aos seus numa ordem social e familiar, inaugurando, assim, a própria genealogia; desenhar-se como um corpo com vistas a obter legitimidade sócio-social, ou, nas palavras do biógrafo, “adquirir pedigree” são alguns exemplos da “hermenêutica” pessoal eleita para biografar esse incômodo “outro” com o qual Mário de Andrade provavelmente se terá confundido. Isso posto, cabe equacionar até que ponto a biografia escrita por Mário não estaria modulada com sua autobiografia.

Curiosamente, o próprio “autor” do texto começa a duvidar se não teria carregado nas tintas da biografia. Na última carta endereçada a Rodrigo Mello Franco, Mário questiona os próprios métodos de pesquisa da “biografia”, mas não sem antes se surpreender com aquilo que ouve da própria voz: “Puxa, como eu estou me deixando escrever!” É bem provável que semelhante “escuta” o tenha levado à decisão de rever suas extrapolações e à resolução final de remexer na biografia e cortar-lhe os excessos, para os quais não houvesse “apoio bibliográfico”: “Então quero modestizar mais a parte da vida, um pouco só, quase que apenas tirando o refrão da mão” (ANDRADE, 1981:187).

Nada há cortes, nem quaisquer alterações, uma vez que a morte inesperada o impede de retomar a tarefa. Todavia, a suspensão do gesto, em lugar de apagá-lo, pontua-o e cristaliza a ambivalente inconstância de Mário. Sobretudo franqueia aos leitores a senha para se penetrar nesse desconcertante labirinto de espelhos, cuja superposição de imagens patenteia sucessiva e multifacetadamente o mosaico de identificações e estranhamentos que se recombina e se recicla a cada novo deslocamento de emissor e, respectivamente, receptor desse universo imponderável. É patente Mário se reveste de máscaras reversíveis e forjadas pela busca ostensiva de identificação e reconhecimento. Em missiva endereçada a Carlos Drummond de Andrade, ao focar o tema da outridade, Mário discorre sobre sua dependência pessoal frente à opinião dos outros e elege seu outro virtual: “Certos ‘outros’ está claro” (ANDRADE, 1982:206). A recusa a “qualquer outro” endossa nossa hipótese de que o interlocutor visado por Mário não é simplesmente outra pessoa, mas antes a que lhe propicie a vivência da alteridade, através da qual lhe seja facultado o conhecimento de si e do outro.

Nesse sentido, “fazer-se de espetáculo” é chancelar a relação especular como meio de atingir o conhecimento de si. Na carta de 24/08/44 a Drummond, malgrado a inconsciência do inconsciente, o sujeito da enunciação recorre paulatinamente à especularidade da correspondência para, de um lado, interagir com o outro, e, de outro lado (do espelho) fazer-se de espetáculo. Percebemos que seu desejo é saber, saber como é visto, quem ele é para o outro. E assim se reconhecer.

(...) eu fui levado pela necessidade de confissão e não pra me dar de espetáculo a você. É verdade, Carlos. Mas reconheço que de uns tempos para cá o meu “caso”, digamos o meu espetáculo me apaixonou. Não por me divertir, pelo contrário, não raro me amarga bem. Mas pra saber, pra saber (ANDRADE, 1982:207).

Uma variante desse destemperado e contraditório cenário pode ser identificada, em carta a Henriqueta Lisboa, para a qual missivista se identifica como um “epistolomaniaco” (ANDRADE, 1990, p.84). Através, portanto, dessas intermináveis e pormenorizadas correspondências com seus pares, cria-se um comércio simbólico como moeda de troca que sanciona, através da interação entre o eu e o outro, o ingresso do eu no privilegiado *habitat* da escritura, onde lhe é sempre facultado inventar e reinventar-se.

6. O Fantasma da Origem

Por trás desse enunciador “epistolomaniaco”, ocultam-se outras máscaras. Na carta de 15/10/1994, destinada a Drummond, Mário lhe confia sua “angustiosa impossibilidade de solidão.” Isso dito, questiona o amigo: “não será isso que faz de mim um infatigável escrevedor de cartas?” Noutra correspondência ao mesmo interlocutor, datada de 15/08/2010, ele reconhece: “Aliás outro dia ainda reconhecia com bastante amargura que duns tempos pra cá a

maioria das cartas que escrevo são para mim mesmo”. Finalmente, um jogo de espelhos que inverte a imagem a cada mirada, refletindo a vacilação entre ascender e descender (conflito que se projeta, por exemplo, no tratamento das aspirações genealógicas de Jesuíno).

Posto que tal conflito se revista de tons muito exacerbados na Biografia de Jesuíno, patenteia-se uma evidente tensão no relacionamento entre Mário e o pai, ou seja, entre Mário e a própria origem. Poderíamos compreender a gênese de tal conflito, sobretudo se aceitarmos a premissa de que em “todo o escritor esconde-se aquele velho sonho de ser original, o que, no limite extremo, quer dizer não ter origem, ser sua própria origem” (SCHNEIDER, 1990:349). O esgarçamento das relações com o pai ou com a origem problemática desemboca no anseio de Mário em suprimir o pai da ordem simbólica. Essa é uma questão tão ou mais complexa quanto mais se acha implicada no risco de tocar, desconstruir ou até profanar o lugar sagrado que ocupa (ou deveria ocupar) a lei paterna na ordem familiar e na ordem social.

O litigante laço de paternidade/filiação em Mário guarda similaridade com o percurso ambivalente e opaco que o impelem a ir em frente e recuar, ser e não-ser, ter arroubos de entusiasmo e prazer seguidos de convalescência e culpa. Nesse particular, não obstante o percurso dotar-se do signo de dubiedade — em homologia com outras experiências do escritor — os conflitos são mais acentuados, uma vez que esbarram na relação fantasmática com o pai e na ameaça de castração.

Um exemplo de paternidade/filiação de mal resolvida se patenteia na veemente e indignada recusa de Mário em aceitar o mérito pela chefia do Movimento Modernista. Eis como ele o diz a Drummond: “a história da ‘chefia do modernismo’ que me doe porque não quero absolutamente ser chefe de coisa nenhuma”. Entretanto, semelhante posição irá inverter-se diametralmente, quando Graça Aranha toma para si a paternidade do movimento: “o Graça Aranha foi na redação da *Noite* protestar contra a chefia que me deram porque a ‘chefia era dele’!!! (ANDRADE, 1982:69). Na carta subsequente (Ano Bom de 1926), Mário toma para si as rédeas do ‘movimento’ e mostra que não brinca quando ameaçado pela perda de autoridade ou poder: “Estou cansado de engolir o Graça com a mania de ser chefe e de por isso se meter em anedotas e manejos indignos. Acabo duma vez com essa mania de chefia” (ANDRADE, 1982:71-72). Quanto à relação com o pai, o repertório é amplo e fecundo, principalmente quando se toca em feridas como as da ‘autoridade paterna’ ou da ‘morte do pai’. O sentimento de amor e ódio ao pai é tão capilar, que a simples menção ao assunto motiva no vulnerável missivista sua memória de divergência e rivalidade. Tal motivação aflora, por exemplo, com a notícia da morte do filho de Drummond ou, da morte do pai de Fernando Sabino. Ao passo que, sendo o enfoque relativo à ‘origem’, às ‘doenças’ a qualquer forma de ‘ameaça’, ‘perda’ ou ‘luto’, as palavras de ordem serão, via de regra, ‘autoridade’ ou ‘poder, como atesta o recorte supra mencionado.

Digna de nota, nesse sentido é a reação de Mário ante bondade e amor manifestos por Henriqueta em relação aos próprios pais. Aturdido, ele se ressentia da própria incapacidade de se posicionar positivamente em relação ao pai, do que resultará um turbilhão de sentimentos contraditórios e irreduzíveis entre si. A consequência é a clivagem entre sentimento e ressentimento, o que não faz senão desocultar o ‘édipo ferido’ e a indisfarçável culpa:

Mas é estranhíssimo: eu nunca pude “perdoar” (é bem o termo!) meu pai! E não se trata de nenhum complexo de Édipo, sobre isto tenho mais que me analisado. Jamais senti por minha mãe nenhum amor confusionista, nem mesmo fui filho mimado. Desde muito cedo minha mãe e eu nos tornamos muito amigos, muito camaradas um do outro, e jamais sequer a imagem dela veio me perturbar em meus erros, em meus amores, nada. É uma companheira excelente, uma companheira maternal. Nunca a fiz sofrer demasiado, às vezes lhe conto meus casos horríveis, mas sem nenhum sadismo, pois que outras vezes a poupo e, sem mentir, oculto pela sem-razão de revelar. Si eu não posso “perdoar” meu pai é nele mesmo e por mim. A raiva que eu tenho dele sem querer deriva em grande parte do excesso de dignidade em que ele me respeitou (...). Como si eu não aspirasse ao conhecimento mais junto ao desconhecimento! E não é tudo. O mais assustador é que, com frequência, sobretudo nuns contos na primeira pessoas que ando fazendo ultimamente, eu boto pedaços de meu pai no reconto. Isto é: pretendo, no ato da criação, estar me utilizando de dados me fornecidos pela

psicologia do meu pai (...) Aliás essa deformação involuntária só principiou depois da morte dele, depois que ele não estava mais presente para se defender (ANDRADE, 1990:117-18).

Expulsar o pai da ordem simbólica é um gesto que o fará reaparecer no real, de forma alucinatória e às vezes caricatural. Tratando-se de um fantasma mal resolvido, Mário o converge para “contos” e “recontos”, ou seja, para a ordem do discurso, tornando-se este um dos temas centrais da escrita andradina. O que se increve é, portanto, que “só se escreve porque não se pode dizer e o que não se pode dizer” (SCHNEIDER, 1990:95). Uma dupla denegação do pai morto se patenteará na cena protagonizada por este cujo corpo é exposto na câmara mortuária para a qual todos os olhares convergem. Concebida como teatro, trata-se de uma encenação dupla e tensional, pautada na cosmovisão carnavalesca, que faz da morte uma festa:

Até enterro desilude. Não posso esquecer do momento em que, enterrado meu pai, cheguei em casa de volta do cemitério. Foi a coisa mais... sim: mais desilusória desse mundo. (...) Na verdade o que eu sentia era que estava no dia seguinte de um fato extracotidiano e que tudo estava continuando no seu terra-a-terra normal. Foi horrível a desilusão que senti. Queria continuar na “festa” do sofrimento, nas lágrimas, no mexe-mexe do enterro, papéis, gentes, e não havia mais nada (ANDRADE, 1981:45).

7. A Contemporaneidade de Mário

Se a cena que aí se prefigura enquanto imagem (fixa) roubada por quem se quer fazer de vitrine, enquanto um corpo exposto à freqüentação de olhares, há uma outra mais espetacular, alicerçada por um cenário reversível e projetado sob dimensões parodísticas. Engendrado no embate entre funeral e carnaval, o cenário descortina a alegoria (carnavalesca) mediante a qual o filho pode desferir seu golpe de misericórdia no pai morto. De um lado, a fantasia --- um pierrô, máscara profanadora que ameaça sair do “manequim” — onde aguarda, provocativa, a vez de imperar. De outro lado, o real: o pai morto. Ao passo que, da primeira cena decorre um tom de desilusão a sinalizar a perda, da segunda desponta triunfante o riso fúnebre a salientar o triunfo sobre a mudança e a “alegre relatividade” de tudo, a lhe conferir aquela “cosmovisão carnavalesca”, percebida por Bakhtin em *Problemas da poética de Dostoiévski* (1981:107).

Mas era preciso guardar o pierrô. Quer dizer: quando meu pai ficou doente, eu estava me preparando pra ir num grande baile de carnaval. Minha tia me dera um cetim verde-alface sublime e caríssimo. Eu mesmo desenhei um pierrô maravilhoso. Estava já bem passadinho, num manequim, no meu quarto. Com o doente, não fui ao baile nem pensei nisso, está claro. (...) Mas no carnaval seguinte pude usar a aplaudidíssima vestimenta sem a menor associação de imagens. Meu pai estava de um lado, o pierrô de outro, bom, luminoso, raro de modelo, chamando a atenção de todos no baile do Clube XV em Santos (ANDRADE, 1982:162).

Ao travar o embate entre o luto e o gozo, Mário toca perigosamente num espaço sagrado, culminando na profanação do interdito nuclear da própria noção de civilização, cuja baliza é a renúncia ao gozo (apud FREUD, 1976: v.XXI). Como, contudo, a de todos os Mário é uma marcha para a ruptura, para a desestabilização do senso comum, para a (des)construção da identidade pessoal e nacional, é previsível que seu sentido seja o imprevisível e a fuga para o devir. Pertencer e, concomitantemente, ser inatual ao próprio tempo, colocando-se anacronicamente frente a ele, torna contemporâneo o sujeito desse deslocamento, segundo postulação de Agamben:

Pertence verdadeiramente a seu tempo, é verdadeiramente contemporâneo, aquele que não coincide perfeitamente com este, nem está adequado às suas pretensões e é, portanto, nesse sentido, inatual; mas, exatamente por isso, exatamente através desse deslocamento e desse anacronismo, ele é capaz, mais do que os outros, de perceber e apreender seu tempo (AGAMBEN, 2009:59).

A performance da interioridade cindida não deixa, enfim, de traduzir metonimicamente a desconstrução e profanação operadas por Mário (e outros adeptos da estética modernista). Duplamente motivado pelo fluxo do Modernismo

brasileiro e das Vanguardas européias, Mário se ancora nas cordas bambas de sua própria temporalidade, mantendo-se atento aos desafios do devir. Se tal posicionamento faz dele um intelectual contemporâneo, isso ocorre justamente em virtude de seu deslocamento e seu anacronismo em face do contexto cindido entre dois séculos, inumeráveis interlocutores, saberes, desafios estéticos e culturais pelos quais ele, não sem conflitos, é capaz de transitar.

Referências Bibliográficas

AGAMBEN, Giogio. *O que é contemporâneo? E outros ensaios*. Trad. Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009.

ANDRADE, Carlos Drummond de. *A lição do amigo: cartas de Mário de Andrade a Carlos Drummond de Andrade*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1982.

ANDRADE, Mário de. *O Movimento Modernista. Aspectos da literatura brasileira*. São Paulo: Martins, s.d.

_____. *Cartas a um jovem escritor: de Mário de Andrade a Fernando Sabino*. Rio de Janeiro: Record, 1981.

_____. *Cartas de trabalho (Correspondências de Mário de Andrade com Rodrigo Mello Franco de Andrade – 1936-1945)*. Brasília: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Fundação Pró-Memória, 1981.

_____. *Oneyda Alvarenga. Cartas*. São Paulo: Duas cidades, 1983.

_____. *Padre Jesuíno do Monte Carmelo*. São Paulo: Martins, 1963.

_____. *Poesias completas*. Ed. Crítica de Diléa Zanotto Manfio. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo EDUSP, 1987.

_____. *Querida Henriqueta: Cartas de Mário de Andrade a Henriqueta Lisboa*. Org. Abigail de Oliveira. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1990.

BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Trad. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

BARTHES, Roland. *O prazer do texto*. Trad. J.Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 1987.

COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. Trad. Cleonice P. B. Mourão; Consuelo F. Santiago; Eunice Galéry. Belo Horizonte, UFMG: 1999.

DELEUZE, Gilles. *Sobre o paradoxo. Lógica do sentido*. Trad. Luiz R.S. Fortes. São Paulo: Perspectiva, 1974.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo, Editora 34, 1992.

FREUD, Sigmund. *O estranho Uma neurose infantil e outros trabalhos*. ESB. 24 V. Trad. Adelheid Koch et al. Rio de Janeiro: Imago, 1976. v. XVII.

FOUCAULT, Michel. *A escrita de si. O que é um autor?* Trad. António Fernando Cascais. Lisboa: Nova Vega, 2006.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 10ª ed, Rio de Janeiro: Graal, 1992.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2004.

FREUD, Sigmund. *O mal estar da civilização*. (Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud). Trad. Adelheid Koch et al. Rio de Janeiro: Imago, 1987, v.XXI.

LEITE, Jáder F.; DIMENSTEIN, Magda. Mal-estar na psicologia: a insurreição da subjetividade. *Revista Mal-Estar da Subjetividade*. Fortaleza, 2002, vol.2, n.2, pp. 9-26. ISSN 1518-6148.

SCHNEIDER, Michel. *Ladrões de palavras*. Trad. Luiz Fernando P.N. Franco. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.